

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DEIVSON FILIPE BARROS DA SILVA

MACEIÓ

2020

DEIVSON FILIPE BARROS DA SILVA

TEORIA LACLAUNIANA E PSICANÁLISE: UMA ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES
TEÓRICAS NO PENSAMENTO DE ERNESTO LACLAU

Dissertação apresentada à banca examinadora do
Programa de Pós-graduação em Psicologia, da
Universidade Federal de Alagoas, como exigência
parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia.
Orientador: Prof. Dr. Frederico Alves Costa

MACEIÓ

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S586t Silva, Deivson Filipe Barros da.

Teoria laclauiana e psicanálise: uma análise das articulações teóricas no pensamento de Ernesto Laclau / Deivson Filipe Barros da Silva. – 2020.
127 f.

Orientador: Frederico Alves Costa
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 124-127.

1. Psicanálise. 2. Teoria democrática radical e plural. 3. Laclau, Ernesto, 1935-2014. I. Título.

CDU: 159.964.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO

DEIVSON FILIPE BARROS DA SILVA

Título do Trabalho: “Teoria Laclauniana e Psicanálise: uma análise das articulações teóricas no pensamento de Ernesto Laclau”.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Frederico Alves Costa

Prof. Dr. Frederico Alves Costa (PPGP/UFAL)

Comissão Examinadora:

Marco Aurélio Máximo Prado

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado (PPGP/UFMG)

Cleyton Sidney de Andrade

Prof. Dr. Cleyton Sidney de Andrade (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 13 de outubro de 2020

DEDICATÓRIA

*À minha mãe, **Maria José**, por ter inscrito em mim esperança;
por ter-me presenteado com o desejo pelo saber;
por sua dedicação, que, por muitas vezes, a levou a abdicar de sua vida
em prol das realizações e da felicidade de seus filhos.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria e Eron, por sempre terem me apoiado e acompanhado durante essa caminhada, sem os quais nada teria sido possível. A vocês, minha gratidão e amor.

À tia Lourdes, com gratidão e afeto. Sua casa foi por dois anos um lugar de silêncio e segurança para minha escrita.

Ao meu amor, Thon, que me acompanhou desde o início do mestrado, com quem compartilhei angústias, discuti escritas e reflexões (tornou-se quase um laclauniano). Sua companhia e amor me transmitem segurança. Obrigado por tudo.

Ao Fred, meu orientador, que contribuiu imensamente para minha formação e me inspirou com sua dedicação à docência e à pesquisa. Grato por sua paciência e atenção.

Aos membros do Núcleo de Psicologia Política da UFAL, que participaram das discussões e reflexões precedentes a essa dissertação. Em especial, agradeço às “Mouffenianas”, Wagner, Thamires, Milena e Anna, com quem compartilhei angústias, alegrias e muito afeto. Obrigado.

A Flávio Costa (*in memoriam*), meu terapeuta, por sua escuta atenta e acolhedora – que de 2016 a 2020 contribuiu para que as angústias da vida acadêmica e do amor sejam suportáveis –, sem a qual eu poderia ter desistido.

Aos professores da Graduação em Psicologia da UFAL, por suas contribuições durante meu percurso de formação acadêmica. Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia, por suas contribuições para a construção desse trabalho. Em especial, agradeço à Profa. Dra. Adélia Augusta Souto de Oliveira, por sua atenção e suas muitas contribuições nas disciplinas de pesquisa, tanto na graduação quanto no mestrado.

À equipe técnica administrativa do PPG; em especial à Poly, sempre atenciosa e gentil.

Aos colegas de turma que, durante as disciplinas, contribuíram com discussões teórico-metodológicas e que, nos momentos que se fizeram possíveis, compartilharam de suas vivências e pesquisas.

Ao Prof. Dr. Cleyton Sidney de Andrade, por suas importantes contribuições em distintos momentos da minha formação acadêmica, por ter aceito os convites para participar da banca no Seminário Avançado de Qualificação e da banca de defesa.

Ao Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, pelas importantes contribuições a este trabalho, no Seminário Avançado de Qualificação, bem como por fazer parte da banca de defesa.

Aos amigos que, de alguma forma e em momentos distintos, contribuíram para que essa dissertação se tornasse possível. Ítalo, grato por sua compreensão e gentileza. Em tempos de pandemia, não fosse sua contribuição, eu não teria conseguido concluir a escrita da dissertação no prazo. Amanda Feitosa, Livia Barbosa, obrigado pelos momentos de afeto, de escuta, pelas contribuições à minha escrita, por me inspirarem a fazer pesquisa. Ana Carolina Dias, grato por suas contribuições ao meu trabalho enquanto membro (egressa) do NPP, por sua atenção e gentileza.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), que, por meio de edital, possibilitou os recursos da bolsa para a realização da minha pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa trata de um estudo teórico acerca da articulação entre a psicanálise e as demais tradições de pensamento constituintes da Teoria Democrática Radical e Plural desenvolvida por Ernesto Laclau e por Chantal Mouffe. Mais especificamente, refere-se a um estudo sobre as teorizações de Laclau, orientado pela seguinte questão de pesquisa: como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para as análises sobre o social e o político propostas por Laclau? Essa questão de pesquisa, que configura o objetivo geral, se desdobra nos seguintes objetivos específicos: a) compreender os conceitos principais da TDRP, considerando as diferentes influências teóricas do autor; b) apreender a maneira como a psicanálise é utilizada por Laclau de modo articulado às demais correntes de pensamento constituintes da TDRP; para tanto, considerando os diálogos que o autor estabelece com seus interlocutores. Para o alcance dos objetivos propostos, tomamos como material de análise um recorte da obra de Laclau constituído pelos seguintes livros: *Hegemonia e estratégia socialista – por uma política democrática radical* (1985/2015), publicado em colaboração com Mouffe; *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo* (1990/2000); e *A razão populista* (2005/2013). Mediante os referidos objetivos e material de análise, realizamos uma análise do discurso segundo o que propõe Orlandi (2009), de modo articulado aos procedimentos de leitura analítica e interpretativa propostos por Bastos (2009). A partir desse referencial metodológico, tomamos conceitos da teoria de Laclau como operadores de análise, a saber, os conceitos de articulação e antagonismo, que nos permitiram entender o modo como o pluralismo teórico ao qual recorre Laclau é articulado por ele de modo a constituir uma formação discursiva, a TDRP, antagônica a compreensões essencialistas e deterministas de sujeito e de sociedade. A análise desenvolvida ainda nos levou, no decorrer da dissertação, a defender três teses concernentes à lógica de funcionamento da TDRP, bem como, concernente às contribuições da psicanálise ao ser articulada à teoria laclauiana: a) no capítulo dois, a tese de que o social se trata de uma objetividade precária, constituída de modo contingente e discursivo; b) no capítulo três, a tese da primazia do político sobre o social, considerando o antagonismo como o critério definidor do político e a condição ontológica de possibilidade do social. Tese essa, contudo, retomada no capítulo quatro a fim de mostrar uma torção realizada por Laclau na compreensão sobre o antagonismo ao articular o conceito de deslocamento (o Real lacaniano) à sua teoria; c) no capítulo quatro, a tese de que, à medida que a psicanálise vai ganhando espaço na argumentação teórica de Laclau, ele reafirma certas lógicas argumentativas da TDRP ou provoca reordenamentos teóricos, o que resulta numa contínua aproximação de Laclau, em termos ontológicos, à psicanálise. Aproximação que possibilita a elucidação de conceitos como deslocamento, significante vazio, afeto, os quais permitem aprofundar as análises sobre o social e o político em termos dos processos constitutivos que lhes são concernentes. Por esses trilhos, destacamos ao menos três contribuições dessa pesquisa ao campo de discussões teórico-metodológicas na psicologia política e ciências afins: a) em termos metodológicos, demonstramos como a TDRP de Laclau e Mouffe serve não apenas a análises da construção discursivo-conflitiva da realidade, mas a análises da construção argumentativa de corpus teóricos; b) em resposta a pesquisas que destacam o pluralismo teórico constitutivo da TDRP e não explicam, especificamente,

como tal pluralismo é integrado, delimitamos de maneira mais precisa como Laclau propõe as articulações entre as teorias que compõem a TDRP; c) referente à articulação entre TDRP e psicanálise, a discussão que desenvolvemos abre caminho para perguntas que podem ser fecundas para orientar novas pesquisas.

Palavras-chave: Teoria Democrática; política e psicanálise; Ernesto Laclau; articulação; antagonismo; real.

ABSTRACT

The present research concerns a theoretical study regarding the articulation of psychoanalysis and further thought traditions constituent of the Radical Plural Democratic Theory developed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe. More specifically, it refers to a study on Laclau's theorizations guided by the following research question: How do the articulations between psychoanalysis and further currents of thought constituent of RPDT contribute to the analyses of the social and the political proposed by Laclau? This research question, which configures the general objective, unfolds on the following specific objectives: a) understand the main concepts of RPDT, considering the author's different theoretical influences; b) apprehend the way in which psychoanalysis is used by Laclau in an articulation to further currents of thought constituent of RPDT, therefore, considering the dialogues the author establishes with his interlocutors. In order to reach the proposed objectives, the following material has been elected: *Hegemony and socialist strategy* (1985/2015), published in collaboration with Mouffe, *New reflections on the revolution of our time* (1990/2000), *On populist reason* (2005/2013). In the face of the referred objectives and the material of analysis, we have realized a discourse analysis as proposed by Orlandi (2009) in articulation to the procedures of analytical and interpretative reading proposed by Bastos (2009). From this methodological referential we have undertaken concepts from Laclau's theory as analysis operators, namely the concepts of articulation and antagonism, which have allowed us to understand the way the theoretical pluralism to which Laclau resorts to is articulated by him as to construct a discursive formation, the RPDT, antagonistic to both essentialist and determinist understandings of subject and society. The analysis that has been developed has lead us, throughout the dissertation, to stand behind three thesis concerning the functioning logics of the RPDT, as well as concerning the contributions of the articulation of psychoanalysis to the laclaunian theory: a) on chapter two, the thesis that the social is a precarious objectivity, constituted in a contingent and discursive form; b) on chapter three, the thesis of the primacy of politics over the social, considering the antagonism as the defining criterion of the political and the ontological condition of possibility to the social. Such thesis, however, is reiterated on chapter four as to show the twist on Laclau's understanding of the antagonism by articulating the concept of displacement (the Lacanian Real) to his theory; c) on chapter four, the thesis that as psychoanalysis gains space in Laclau's theoretical argumentation, he reassures certain argumentative logics from RPDT or provokes theoretical reorderings, which results in a continuous approximation of Laclau, in ontological terms, to psychoanalysis. Such approximation allows the elucidation of concepts - displacement, empty signifier, affection -, which enables to deepen the analysis of the social and the political in terms of constitutive processes concerned to them. That way, we highlight at least three contributions of this research on the field of theoretic-methodological discussions in political psychology and related areas: a) in methodological terms, we demonstrate as Laclau and Mouffe's RPDT serves not only to analysis of the discursive conflict construction of reality, but also to analysis of argumentative construction of theoretical corpus; b) In response to researches that highlight the theoretical pluralism constituent of RPDT and, yet, do not explain explicitly how such pluralism is integrated, we delineate more precisely how Laclau proposes the articulations between the theories that form the RPDT; c) Regarding the articulation between RPDT and psychoanalysis,

the discussion we have developed allows for questions that can be fertile in conducting new researches.

Key-words: Democratic theory; politics and psychoanalysis; Ernesto Laclau; articulation; antagonism; real.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo 1 - Aspectos metodológicos da pesquisa.....	22
1.1 Levantamento bibliográfico e revisão da literatura.....	22
1.2 Delineamento da pesquisa.....	25
1.2.1 <i>Estratégias de análise</i>	27
1.3 Breve contextualização das obras.....	32
Capítulo 2 - Contingência e o campo da discursividade: o social como uma objetividade precária.....	38
2.1. Contingência a partir dos limites das respostas marxistas da II Internacional: do determinismo histórico e economicista à autonomia do político.....	39
2.1.1 <i>A formação da ortodoxia marxista</i>	40
2.1.2 <i>O revisionismo teórico</i>	44
2.1.3 <i>O sindicalismo revolucionário</i>	46
2.2 Contingência a partir da emergência do imaginário democrático.....	49
2.3. Contingência a partir da sua relação com a noção de antagonismo.....	52
2.4 Social como objetividade precária a partir da noção de discurso.....	55
Capítulo 3 - Antagonismo e hegemonia: a primazia do político sobre o social.....	62
3.1 Antagonismo: conceituação a partir da diferenciação entre as noções de oposição real e contradição lógica e a partir da subversão de relações de subordinação.....	63
3.2 Hegemonia: da emergência no contexto da Social democracia russa e da formulação de bloco histórico em Gramsci à sua elucidação na TDRP.....	70
3.2.1 <i>Hegemonia segundo a TDRP: do ponto nodal e das lógicas da diferença e equivalência à compreensão de significante vazio, significante flutuante e heterogeneidade</i>	76
3.2.1.1 <i>Ponto nodal e significante vazio</i>	78
3.2.1.2 <i>Significante flutuante e heterogeneidade</i>	81
3.2.2 <i>Considerações preliminares sobre as dimensões do social e do político</i>	89
Capítulo 4 - Contribuições da psicanálise à TDRP, articulações e reordenamentos.....	93
4.1 Hegemonia (1985): ponto nodal, sobre-determinação, sutura.....	94
4.2 Nuevas reflexiones (1990): deslocamento e sujeito enquanto falta.....	100

4.3 A razão populista (2005): nomeação e afeto, objeto a e das Ding em torno da noção de significante vazio.....	110
Considerações finais.....	116
Referências.....	124

Introdução

Se você está lendo a introdução dessa dissertação, suponho que seja por ter algum interesse pela teoria política de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe¹ ou por ter interesse pela teoria psicanalítica. Eu, particularmente, comecei a conceber a possibilidade de estudar as possíveis aproximações teóricas entre a psicanálise e a Teoria Democrática Radical e Plural (TDRP) de Laclau e Mouffe a partir de duas experiências. Quando ainda estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), fiz o estágio obrigatório no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), em que tive inserção na clínica psicanalítica de orientação lacaniana. Como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), participei da pesquisa intitulada “Articulação entre aspectos teóricos, políticos e históricos na produção científica da psicologia social brasileira sobre temas políticos”, a qual me possibilitou tomar conhecimento da teoria de Laclau e de Mouffe.

Tendo em vista essas duas experiências, além das leituras e estudos que desenvolvi durante meu percurso na graduação, voltados a entender os aspectos inconscientes e sociais presentes no processo de subjetivação, posso dizer que foi a partir do desejo de estudar a dimensão discursiva concernente aos processos de constituição do sujeito e de construção da realidade, algo que interessa tanto à psicanálise quanto à Teoria Democrática Radical e Plural, que a proposta de pesquisa que aqui apresento começou a ser elaborada. Isso posto, informo que esse trabalho tem por objetivo compreender como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para as análises sobre o social e o político propostas por Laclau.

A delimitação do referido objetivo de pesquisa é resultado de um processo dialógico estabelecido entre o autor que escreve a vocês, o orientador do presente trabalho e os demais membros do Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Alagoas, bem como decorre das considerações elencadas pelos membros da banca de qualificação², que avaliaram o projeto de pesquisa que antecedeu a presente dissertação.

Enfatizo a importância do processo dialógico que conduziu ao estabelecimento do objetivo desse trabalho, visto que a proposta de pesquisa inicialmente pensada conduzia a uma leitura que buscava avaliar a forma como Laclau se apropria da teoria psicanalítica, de

¹ A teoria política desenvolvida por Laclau e Mouffe, denominada Teoria Democrática Radical e Plural, foi proposta pelos autores no livro seminal *Hegemonia e estratégia socialista, por uma política democrática*, publicado em 1985.

² Cleyton Sidney de Andrade, professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL; Marco Aurélio Máximo Prado, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG.

modo a analisar se os usos teóricos feitos pelo autor correspondiam ou não a como os conceitos freudianos e lacanianos foram originalmente concebidos. Essa leitura correspondia a uma das três maneiras de compreensão sobre a articulação entre a TDRP e a psicanálise que observamos na revisão de literatura construída para o projeto de qualificação³, os quais apresentaremos a seguir.

Um primeiro modo de compreensão, desenvolvido por autores como Arditi (2010) e Gutiérrez (2011), caracteriza-se pela consideração de que existem homologias e sinonímias entre a teoria de Laclau e a psicanálise. O primeiro autor concebe o conceito de “ponto nodal” laclauniano como um sinônimo para o que Lacan propõe como “point de capiton”. O segundo destaca o caráter não todo da sociedade e o associa à compreensão de castração psicanalítica como fundante da abertura do social. Motta e Serra (2014), Peller (2011), Villa (2017), Blanco e Sanchez (2014) e Barbosa (2014) também podem ser incluídos neste modo de compreensão.

Uma segunda maneira de compreensão diz respeito a uma leitura semelhante a que propúnhamos no projeto de qualificação. Autores como Gallego (2009) e Aibar (2014) entendem que Laclau faz usos equivocados e/ou insatisfatórios de conceitos e pressupostos psicanalíticos. Gallego (2009) argumenta que os conceitos de “pulsão” e de “real” não são mobilizados por Laclau para explicar como ocorre a elaboração de demandas populares, quando seriam categorias importantes para esta explicação. Aibar (2014), por sua vez, discutindo a compreensão de “imaginário” na teoria democrática, concebe que Laclau ignora a importância das identificações imaginárias como participantes na constituição das identidades coletivas para não admitir uma possível positividade primária na constituição do social.

Um terceiro modo de compreensão caracteriza-se pelo reconhecimento de diferentes influências teóricas no pensamento de Laclau, entre elas a psicanálise, mas sem a análise sobre como precisamente ocorrem essas articulações. São os casos de Elorza, Tzveibe e Assunção (2010), Retamazo e Fernandez (2010).

Considerando esses três modos de compreensão e os diálogos com os demais membros do NPP UFAL, bem como as considerações da banca de qualificação, pude conceber que, na medida em que Laclau e Mouffe (1985/2015) constroem a TDRP em meio a um campo dialógico, lançando mão de uma pluralidade de tradições de pensamento – o

³A revisão da literatura foi realizada entre os meses de Junho e Agosto de 2018, a partir de um levantamento bibliográfico feito no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil). Maior detalhamento será apresentado no capítulo metodológico.

marxismo de Althusser e de Gramsci; a desconstrução de Derrida; o pós-fundacionalismo de Heidegger; a filosofia analítica de Wittgenstein; a filosofia política de Claude Lefort; a compreensão de antagonismo a partir do debate com Lucio Colletti; a psicanálise freudiana e lacaniana –, analisar a articulação da psicanálise com a TDRP, em termos de uma influência desarticulada das demais correntes de pensamento ou buscando encontrar homologias e usos “corretos”, se mostra um trabalho não muito profícuo. Seria pressupor que Laclau estivesse incumbido de algum tipo de fidelidade teórica à psicanálise.

O próprio Laclau (2005/2013), apesar de reconhecer as importantes contribuições da psicanálise para o seu pensamento, destaca não ter como objetivo desenvolver uma teoria psicanalítica. Salienta o uso desse aporte teórico articulado à pluralidade de tradições intelectuais que constituem a sua teoria democrática:

(...) embora eu tome Freud como meu ponto de partida, este livro não deve ser concebido como um empreendimento “freudiano”. Há muitas questões que Freud não abordou e muitas vertentes, de grande importância para nossos propósitos, que ele não seguiu. Assim, minha pesquisa deve apelar a uma pluralidade de tradições intelectuais. Espero que essa intertextualidade não a torne excessivamente eclética (2005/2013, p. 112).

Assim, a leitura que proponho para compreender como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para as análises sobre o social e o político propostas por Laclau se atenta, diferentemente dos modos de compreensão anterior, para a polissemia teórica presente no pensamento de Laclau. Esta compreensão é orientada pelas palavras de Laclau apresentadas anteriormente e por um pressuposto estruturalista/pós-estruturalista segundo o qual não há nada que seja significativo por si mesmo, inclusive fundamentos ontológicos e categorias analíticas. Todo conhecimento num dado sistema de ideias (como no caso da TDRP) tem seu sentido estabelecido ao dialogar com outros conceitos no mesmo sistema (LONGO, 2006).

Dito isso, supor e/ou esperar que obrigatoriamente um conceito psicanalítico funcione homologicamente a um conceito laclauiano de modo imediato, sem que seja flexionado na relação com outros conceitos laclauianos, é desconsiderar este pressuposto estruturalista/pós-estruturalista de que o sentido das coisas (conceitos) só se dá na relação com uma outra coisa interna à formação discursiva (sistema de relações) vigente.

Com o que foi exposto até o presente momento, é possível ao leitor a compreensão de que o objetivo geral que orienta essa pesquisa decorre de um processo de construção conjunta e que, em virtude das reflexões sobre os posicionamentos presentes na literatura

referente à articulação entre TDRP e psicanálise, bem como em decorrência da própria condição constitutivamente polissêmica da TDRP, o caminho escolhido nessa pesquisa é aquele orientado pela seguinte pergunta: como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para as análises sobre o social e o político propostas por Laclau?

Essa questão de pesquisa se converte no objetivo geral que apresentei no início da introdução e se desdobra nos seguintes objetivos específicos: a) compreender os principais conceitos da TDRP, considerando as diferentes influências teóricas do autor; b) apreender o modo como a psicanálise é utilizada por Laclau de modo articulado às demais correntes de pensamento constituintes da TDRP; para tanto, considerando os diálogos que o autor estabelece com seus interlocutores.

Sobre esses objetivos elencados, o leitor pode se perguntar: visto que a TDRP é constituída por uma polissemia de tradições teóricas, por que tomar como ênfase a psicanálise e não uma das outras tradições de pensamento constituintes do pensamento de Laclau? Pode também levantar as seguintes questões: qual a importância de se entender como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para as análises de Laclau sobre isso que é nomeado social e político? Por que estudar especificamente a obra de Laclau e não se debruçar sobre a produção de Mouffe? Apresentarei as respostas para essas perguntas.

No que diz respeito à primeira questão, me direciono a estudar a TDRP, tomando como ênfase a articulação entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes do pensamento de Laclau em virtude de, após o livro seminal da TDRP, *Hegemonia e estratégia socialista, por uma política democrática radical* (1985/2015), escrito em conjunto com Chantal Mouffe, a psicanálise ter ganho cada vez mais proeminência no pensamento do autor (STAVRAKAKIS, 2010; STAVRAKAKIS, 2015; GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2008; HOWARTH, 2008; MENDONÇA, 2012a), o que provocou reordenamentos teóricos em sua produção, levando estudiosos da TDRP a conceberem um “giro psicanalítico e/ou lacaniano” na obra de Laclau.

A crescente aproximação de Laclau com a psicanálise está presente em afirmações do próprio autor (GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2008; LACLAU, 2008), o qual, poucos anos antes de sua morte, disse acreditar ser possível que entre a psicanálise, a linguística e a política se estabelecem relações cada vez mais unificadas (ALEMÁN; LACLAU, 2011). Frente a tal colocação, destaco as considerações de Stavrakakis (2015), que, ao discorrer

sobre as interlocuções de Laclau com a psicanálise, nos apresenta algumas questões e nos convida a continuarmos a nos debruçar sobre esse campo de debate:

Obviamente, muitas questões permanecem em aberto nessa área em particular, pelo desejo de Laclau de trabalhar com a teoria lacaniana, assumindo todas as suas implicações éticas, teóricas e conceituais. Algumas dessas perguntas são: existe por acaso algum limite para os efeitos desse giro [psicanalítico] sobre a formalização da teoria do discurso? Como desenvolver teoricamente a relação paradoxal que existe entre discurso e gozo? Que implicações empíricas, políticas e estratégicas esse desenvolvimento teria? Em relação ao estudo do populismo, na linha indicada por Laclau, em que direções a confluência entre psicanálise e teoria política se desenvolverá no futuro? Felizmente, os numerosos pesquisadores que já foram alunos de Laclau, e seus numerosos interlocutores e companheiros de viagem em pensamento, já constituem uma comunidade internacional de intelectuais em expansão cujo desejo intelectual parece tão firme quanto o do próprio Ernesto. Existe uma maneira melhor de honrar seu legado? (STAVRAKAKIS, 2015, p. 30, tradução nossa).

A respeito da segunda questão, referente ao porquê ser importante entender como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para as análises de Laclau sobre o social e o político, a resposta é elucidada na medida em que: a) consideramos de importância ímpar o referido “giro psicanalítico/lacaniano” e os reordenamentos teóricos que provoca no pensamento de Laclau; b) entendemos o social e o político como as lógicas de construção e desconstrução do campo da discursividade (LACLAU, 1990/2000), as categorias que Laclau está a pensar no decorrer de toda a sua obra, nas análises que empreende sobre os processos de luta política (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 1990/2000; LACLAU, 2005/2013). Dito isso, à medida que a psicanálise provoca reordenamentos no decorrer da obra de Laclau e aquelas duas categorias são centrais à sua análise da dinâmica de constituição da sociedade, é de vital importância entender os reordenamentos teóricos e as implicações deles na análise sobre o social e o político.

Antes que eu possa apresentar a resposta para a terceira questão que levanto, faz-se necessário que, minimamente, nesse momento, o leitor entenda o que Laclau propõe com a TDRP e com a centralidade das noções de social e de político. Como já mencionado, *Hegemonia* (1985/2015) é o livro em que Laclau e Mouffe propõem a TDRP. Trata-se de uma teoria do discurso pós-marxista, segundo a qual os autores entendem que a realidade social é construída a partir de processos de significação; é socialmente construída por meio

de disputas antagônicas travadas entre formações discursivas que buscam se hegemonizar e fixar sentidos sobre a realidade (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

Formações discursivas são sistemas/estruturas de relações simbólicas que significam a realidade. Ao passo que se encontram sedimentadas, ordenando o campo da discursividade, o infinito sistema de relações simbólicas possíveis, essas formações discursivas são nomeadas por Laclau e Mouffe (1985/2015) como o social. O político, por sua vez, diz respeito à dimensão conflitiva experienciada no campo da discursividade mediante disputas antagônicas que se estabelecem entre as formações discursivas que buscam se tornar hegemônicas. Essas disputas implicam na desconstrução de estruturas discursivas sedimentadas e na instituição de novas formações discursivas como ordenadoras do campo da discursividade (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Dito isso, o político apresenta primazia sobre o social devido à inexistência de qualquer fundamento último, de qualquer essência subjacente ao campo da discursividade, sendo a sociedade como uma totalidade plena um objeto impossível (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 1990). Social e político são, portanto, duas lógicas constitutivas do campo da discursividade, fazem operar processos de hegemonização e de desconstrução das estruturas sociais.

Agora que entendemos a centralidade das compreensões de social e político para a TDRP, temos estabelecidas as condições para responder a terceira questão que proponho referente aos objetivos da presente dissertação. Como formulado: por que estudar especificamente a obra de Laclau e não se debruçar sobre a produção de Mouffe? A justificativa se alicerça a partir das considerações de Mendonça (2010).

Retomando o que já foi pontuado, se Laclau e Mouffe, inicialmente, formulam em conjunto a TDRP, posteriormente ao *Hegemonia* (1985/2015), seguiram caminhos distintos em seus trabalhos individuais. Segundo Mendonça (2010), enquanto Mouffe situa suas análises em torno de questões mais voltadas à dimensão ôntica, à política prática do cotidiano, instituições e formas de organização pragmática das relações sociais, com estudos situados no campo da ciência política, análises eleitorais, partidárias, institucionais; Laclau situa sua discussão, sobretudo, em torno do político, que diz respeito aos trabalhos localizados no campo da teoria política, em que se busca investigar o político enquanto ontologia conflitiva e constitutiva da sociedade.

Perante o que foi posto, uma vez que a presente dissertação se trata de um trabalho orientado a discutir fundamentos e reordenamentos teóricos oriundos da articulação entre

psicanálise e demais tradições teóricas constituintes da TDRP, direcionando-se mais propriamente para a dimensão ontológica da TDRP, no que diz respeito ao trabalho individual dos autores, focalizaremos a produção de Laclau.

Em conjunto com os pormenores relacionados aos objetivos da pesquisa, ressaltamos ainda que essa pesquisa é relevante na medida em que amplia os debates no Brasil sobre a TDRP⁴; mais especificamente, amplia o debate sobre o diálogo e a articulação entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da teoria democrática de Laclau. Além disso, refletir sobre a fundamentação e contribuição dessa teoria democrática para se analisar o social e o político nas sociedades contemporâneas se faz indubitavelmente importante diante do fortalecimento e da sedimentação de discursos autoritários e conservadores em diferentes países, entre eles, o Brasil.

Sobre a estrutura da dissertação, o trabalho será apresentado da seguinte forma: no **primeiro capítulo**, apresentarei a discussão sobre a metodologia da pesquisa; no **segundo capítulo**, discorrerei sobre a dimensão do social, que diz respeito aos processos de sedimentação do campo da discursividade. Nesse capítulo, a tese defendida é que o social se trata de uma objetividade precária, constituída de modo contingente e discursivo.

No **terceiro capítulo**, discorrerei sobre a dimensão do político, que corresponde à desconstrução das estruturas discursivas sedimentadas, possibilitando um reordenamento do campo da discursividade a partir da disputa entre formações discursivas antagônicas que objetivam hegemonizar o social. Para tanto, defendo a tese da primazia do político sobre o social, considerando o antagonismo como o critério definidor do político e, ontologicamente, a condição de possibilidade do social. Esta tese, contudo, será retomada no **quarto capítulo** a fim de mostrar uma torção realizada por Laclau na compreensão sobre o antagonismo ao articular à sua teoria o conceito de deslocamento (o Real lacaniano).

Importante salientar que as duas dimensões – social e político – se encontram entrelaçadas, de modo que a discussão sobre elas, em capítulos distintos, trata-se de uma

⁴Segundo Mendonça (2018), a TDRP tem ganhado proeminência nos últimos anos no Brasil, o que tem ocorrido de modo tardio, visto que, apesar do primeiro livro de Laclau, *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo, populismo*, ter sido publicado em inglês em 1977, traduzido e lançado no Brasil em 1979 – obra que é marcadamente marxista de corte althusseriano –, os livros da fase pós-estruturalista do autor só vieram a ser traduzidos para a língua portuguesa a partir de 2011. Segundo Mendonça (2018), um dos aspectos que podem apontar para a recepção tardia do pensamento pós-estruturalista de Laclau no Brasil é que, historicamente, a corrente de pensamento na teoria política que aqui se tornou hegemônica foi o liberalismo. Modo de pensar a política que tem se mantido em disputa com as tradições marxistas, as quais, assim como o próprio liberalismo, fecham “as portas para correntes teóricas que questionam a validade dos fundamentos sociais e políticos que tanto se agarram” (MENDONÇA, 2018, p. 01), como é o caso do pensamento de Laclau e Mouffe, contrário a qualquer essencialismo ou fundamento último.

decisão didática, a fim de que seja esclarecida a construção delas na obra de Laclau. As discussões desses dois primeiros capítulos contemplam o primeiro objetivo específico da pesquisa. Isso, na medida em que possibilitam compreender os principais conceitos da TDRP, considerando as diferentes influências teóricas constituintes do pensamento de Laclau.

No **quarto capítulo**, discorrerei especificamente sobre como a psicanálise é utilizada por Laclau, considerando a sua articulação com as demais influências teóricas que constituem a TDRP. Nesse processo, a tese defendida é que, à medida que a psicanálise vai ganhando espaço na argumentação teórica de Laclau, ele reafirma certas lógicas argumentativas da TDRP ou provoca reordenamentos teóricos. À medida que mostrarmos os reordenamentos e as manutenções, alcançaremos o segundo objetivo específico da pesquisa. Quanto ao objetivo geral – compreender como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para as análises sobre o social e o político propostas por Laclau, – elucidá-lo-emos mediante a apreensão do lugar estruturante que a psicanálise passa a ocupar no bojo da TDRP enquanto meio para responder a ambiguidades teóricas e fazer avançar as análises sobre o social e o político a partir de um ponto em que as contribuições da desconstrução atingem o limite que lhe são possíveis (ALEMÁN; LACLAU, 2011; LACLAU, 2005/2013).

Capítulo 1

Aspectos metodológicos da pesquisa

Compreendemos que o sentido de todos os objetos e práticas é socialmente construído, construção que ocorre de forma contingente, contextual e relacional (ARAÚJO, 2018). Sob estes pressupostos, concebemos a produção científica como uma prática discursiva que se dá por meio de disputas a fim de fixar sentidos sobre a realidade (COSTA; PRADO, 2016).

Posto isso, articulamo-nos aos postulados de Spink (2013) no tocante aos critérios que estabelecem o status de cientificidade do conhecimento. Segundo a autora, os critérios de cientificidade estão atrelados a aspectos históricos, político-ideológicos e metodológicos, os quais possibilitam interpretações da realidade. Assim, é necessário que haja a explicitação argumentada das escolhas, dos limites e possibilidades que caracterizam os procedimentos adotados em uma pesquisa (SPINK, 2013). Tal concepção de ciência como produção social e prática discursiva se encontra de acordo com o que propõe Melo (2007), ao afirmar que o pesquisador é um fabricante de fatos que mobiliza, transpõe, combina e recombina as partes constituintes da realidade, transformando-a e construindo-a.

Diante desta compreensão, apresentaremos neste capítulo a construção metodológica da pesquisa. Inicialmente, abordaremos os procedimentos utilizados para a elaboração do levantamento bibliográfico e da revisão da literatura, tendo esta última sido de fundamental importância para a elaboração de nosso problema de pesquisa, como abordado na introdução. Posteriormente, discutiremos a localização da pesquisa no campo da psicologia política, bem como a sua caracterização como uma pesquisa teórico-conceitual. Por fim, apresentaremos as estratégias de análise que nos permitiram alcançar os objetivos pretendidos na pesquisa.

1.1 Levantamento bibliográfico e revisão da literatura

Em um primeiro momento, como mencionado na introdução do presente trabalho, realizamos um levantamento bibliográfico, a partir do Portal de Periódicos CAPES, entre os meses de junho e agosto de 2018. A revisão da literatura, construída a partir deste levantamento, permitiu a compreensão de três posicionamentos quanto à articulação entre a psicanálise e a obra de Laclau, também apresentados na introdução da dissertação. A partir desta revisão, elaboramos o projeto de qualificação. Através de reflexões posteriores junto à banca de qualificação, ao orientador e ao NPP/UFAL, construímos nosso problema de pesquisa: “como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento

constituintes da TDRP contribuem para as análises sobre o social e o político propostas por Laclau?”. Aqui, apresentaremos os critérios e procedimentos que orientaram o levantamento bibliográfico.

A busca no Portal de Periódicos CAPES foi feita no modo “pesquisa avançada”, a partir dos seguintes filtros: a) campo - “qualquer”; b) tipo de material - “artigos científicos”; c) idiomas - “português” e “espanhol”. Os filtros utilizados foram selecionados respectivamente pelos seguintes motivos: a) buscar encontrar um amplo número de material; b) pelos artigos serem materiais de fácil acesso; c) pela habilidade do pesquisador com a leitura de texto apenas nos idiomas português e espanhol.

Foram utilizadas doze combinações de descritores. A escolha dos descritores decorreu da busca por palavras que remetessem à TDRP de Laclau e à psicanálise. Foram utilizados os seguintes descritores: “Laclau and Lacan”, “Laclau and Freud”, “Laclau and psicanálise”, “teoria democrática and psicanálise”, “democracia and psicanálise”, “antagonismo and psicanálise”, “hegemonia and psicanálise”, “significante vazio and Lacan”, “significante flutuante and Lacan”, “Laclau and discurso”, “político and psicanálise” e “política and psicanálise”.

Apesar das doze combinações de descritores utilizadas, apenas “Laclau and Lacan”, “Laclau and Freud” e “Laclau and psicanálise” forneceram artigos relacionados ao tema da pesquisa. Os demais descritores levaram a artigos que não correspondiam ao foco da pesquisa ou traziam discussões teóricas sobre psicanálise sem remeter a Laclau ou abordavam a teoria de Laclau na análise de temáticas diversas.

A combinação entre “Laclau and Lacan” resultou em 103 arquivos. Desse total, 33 arquivos foram desconsiderados por: a) não serem artigos; b) por serem textos repetidos; c) não serem textos em português ou espanhol. A partir da leitura dos resumos dos 70 artigos restantes, 58 foram desconsiderados por não proporem discussões entre a teoria democrática de Laclau e a psicanálise. Assim, apenas 12 artigos foram selecionados para serem lidos na íntegra.

A combinação “Laclau and Psicanálise” resultou em 16 arquivos. Desse total, oito arquivos foram desconsiderados por: a) não serem artigos; b) já estarem contidos na busca realizada com a combinação “Laclau and Lacan”; c) não serem textos em português ou espanhol. Dos demais artigos, seis foram desconsiderados por não proporem discussões entre a teoria democrática de Laclau e a psicanálise e dois artigos foram selecionados para serem lidos na íntegra.

Já a combinação “Laclau and Freud” resultou em 73 arquivos. Desse total, 72 foram desconsiderados por: a) já terem sido selecionados a partir da combinação dos outros descritores utilizados; b) por não serem artigos; c) por não serem artigos escritos em português e espanhol; d) por serem artigos que não discutiam a influência da psicanálise na teoria democrática radical e plural. Dessa maneira, considerando as três combinações de descritores utilizadas, selecionamos 15 artigos.

Após a seleção, foi realizada uma primeira leitura na íntegra dos artigos a fim de organizá-los em torno de eixos de discussão. Para tanto, foi construído um mapa da literatura que nos auxiliou a identificar pontos em torno dos quais os artigos se articulavam. Segundo Creswell (2017), o mapa da literatura é um sumário visual construído por meio de figuras, um recurso que auxilia no processo de categorização e organização do material encontrado. A partir dele, torna-se possível visualizar as discussões existentes na literatura sobre o tema estudado e compreender em que aspectos a pesquisa a ser realizada pode contribuir com a discussão já existente.

Em suas discussões, os autores da revisão da literatura localizam, implícita ou explicitamente, o foco de suas análises em torno dos registros real, simbólico e imaginário propostos por Lacan. Considerando o registro lacaniano que mais se associava à determinada discussão, foi realizado o agrupamento dos artigos. Dez artigos foram agrupados a partir do registro simbólico, os quais discutem, sobretudo, categorias associadas à compreensão de “discurso” de Laclau e à constituição e ordenamento discursivo do social. Três artigos foram agrupados em torno do registro imaginário e discorrem sobre o processo de constituição das identidades, em que está em jogo o investimento libidinal direcionado a figura do líder. Já relacionado ao registro real, foram agrupados dois artigos, os quais discutem a participação do afeto na constituição das articulações discursivas e instituição das identidades imaginárias.

Diante deste primeiro agrupamento e de uma nova leitura dos artigos, o material selecionado foi reorganizado em termos dos três já referidos posicionamentos de teóricos da literatura quanto à articulação da psicanálise à TDRP: a) o uso de conceitos psicanalíticos como homólogos e/ou a partir da relação de similaridade com conceitos laclauianos (11 artigos) (MOTTA; SERRA, 2014; PELLER, 2011; GUTIÉRREZ, 2011; VILLA, 2017; ARDITI, 2010; BLANCO; SANCHEZ, 2014; ENGELKEN-JORGE 2011; PRUDENTE, 2017; GIACÁGÍA, 2004; CERBIANO; MALUF; RAMOS; 2017; BARBOSA, 2014); b) a compreensão de que haveria usos insatisfatórios da psicanálise por parte do Laclau (dois artigos) (AIBAR, 2014; GALLEGU, 2009); c) o reconhecimento da influência da psicanálise na teoria laclauiana articulada a outras influências teóricas, ainda que haja ausência de

delimitações precisas sobre como ocorrem essas articulações (dois artigos) (ELORZA; TZVEIBER; ASSUNÇÃO, 2010; RETAMAZO; FERNANDEZ; 2010).

1.2 Delineamento da pesquisa

A presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa teórico conceitual (LAURENTI; LOPES, 2016) e se encontra localizada no campo da Psicologia Política. No que diz respeito a este campo de conhecimento, trata-se de um campo interdisciplinar das ciências humanas e sociais no qual se observa uma diversidade teórica e metodológica, que abarca debates sobre uma pluralidade de fenômenos políticos, ou seja, fenômenos que se constituem em torno de disputas pelo modo de construção da realidade e, assim, de relações de poder: formas de preconceitos e opressão, racismo, xenofobia, homofobias e machismo; ações coletivas e movimentos sociais; saúde pública; memória coletiva; socialização política; comportamento político/eleitoral; marketing político/eleitoral; valores democráticos e autoritarismos; participação social e políticas públicas; relações de trabalho; discursos e ideologias (COSTA, 2012; ROSA; SILVA, 2012, SILVA, 2012).

Desta maneira, salientamos, a partir de Costa (2018), a inexistência de um consenso no tocante a uma definição precisa concernente ao campo da Psicologia Política. Segundo esse autor, podem ser apreendidas três definições de Psicologia Política a partir dos editoriais publicados na Revista Psicologia Política da ABPP:

a) Compreensão da Psicologia Política como uma relação entre “Psicologia” e “Política” e, portanto, como uma relação entre dois campos que se articulam e que podem, assim, produzir tanto uma psicologia da política (aplicação de conceitos psicológicos à compreensão da política) como uma politização da psicologia (psicologia engajada politicamente). (...) O segundo caso aproxima-se da psicologia social da libertação, (...) uma psicologia política latino-americana. b) Delimitação da psicologia política a partir da psicologia social. (...) c) Afirmação da Psicologia Política como um modo de compreensão autônomo dos fenômenos políticos. (COSTA, 2018, p. 228).

Apesar desta dificuldade de consenso, compreendemos que esta pesquisa se localiza no campo da psicologia política e contribui para este campo de conhecimento por, ao menos, duas razões: a) buscamos compreender como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para as análises sobre o social e o político propostas por Laclau, isto é, estamos interessados em refletir sobre processos de sedimentação e de subversão de relações sociais; b) analisamos a teoria democrática proposta por Laclau considerando que o entendimento da dinâmica de constituição da sociedade requer uma perspectiva psicopolítica, ou seja, a compreensão de que os modos de sedimentação e subversão das relações sociais é dependente da produção de identificações

discursivas e, assim, da dimensão subjetiva. Desse modo, concebemos que o objeto de estudo da TDRP não é nem o social nem o indivíduo como algo dado, mas a construção discursivo-conflitiva da sociedade e das subjetividades coletivas.

No que diz respeito à compreensão da pesquisa como teórico conceitual, como Lauranti e Lopes (2016) argumentam, trata-se de investigações relativas a uma teoria particular. Em relação ao que se entende por teoria, os autores dizem que o termo se encontra imerso em uma diversidade de debates filosóficos referente às distinções entre teoria e prática, teoria e práxis, “diferenças e semelhanças entre teoria, princípio, lei e hipótese; o status e a estrutura das teorias científicas; a relação entre teoria e fatos; o estatuto cognitivo das teorias, e assim por diante” (LAURANTI; LOPES, 2016, p. 43). Frente a isso, para não adentrar no campo de debates que circunda a compreensão de teoria, os autores adotam uma definição que entendem como “genérica”, mas que serve para que circunscrevamos o que aqui pretendemos com o desenvolvimento de uma pesquisa teórica conceitual. Nos termos dos autores:

uma definição mais genérica de teoria como “um corpo coerente de conhecimentos sobre um campo de objetos” (Ferrater Mora, 1994/2001, p. 2852). Assim, a teoria psicológica poderia ser entendida como um conjunto de enunciados verbais a respeito do campo psicológico (Machado, Lourenço, & Silva, 2000). Os enunciados verbais de uma teoria psicológica compõem uma trama conceitual ou uma rede de conceitos, que, espera-se, sejam articulados entre si de modo coerente e não contraditório, fornecendo uma definição e explicação dos fenômenos psicológicos. Na medida em que a trama conceitual que compõe uma teoria é escrita, a teoria psicológica pode ser considerada um texto (Abib, 1996). Desse modo, a pesquisa conceitual pode ser definida como uma interpretação da teoria ou texto psicológico (LAURANTI; LOPES, 2016, p. 43).

No caso desta pesquisa, diante do objetivo proposto, pretendemos construir uma interpretação sobre a TDRP, mais especificamente sobre como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para a análise sobre o social e o político proposta por Laclau. Visto a impossibilidade de analisar toda a produção do autor em decorrência do tempo limite que tivemos para o desenvolvimento da pesquisa, a investigação foi realizada a partir de três livros : *Hegemonia e estratégia socialista* (1985/2015), *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo* (1990/2000) e *A razão populista* (2005/2013).

Segundo Mendonça (2012b), *Hegemonia* (1985/2015) e *Nuevas Reflexiones* (1990/2000) são duas obras que constituem a base teórica e epistemológica da teoria do discurso de Laclau. Enquanto isso, Costa (2010) sugere que a partir de *Hegemonia* (1985/2015), *Nuevas reflexiones* (1990/2000) e *A razão populista* (2005/2013) pode-se apreender três momentos da obra de Laclau que correspondem a reposicionamentos teóricos do pesquisador quanto à sua teoria do discurso. Logo, a escolha dos três livros, os quais foram publicados em décadas distintas⁵ e remetem às bases da teoria do autor e a reordenamentos na construção do seu pensamento, permitiu-nos compreender o modo como a psicanálise foi sendo articulada ao arcabouço teórico de Laclau.

Vale ressaltar que, além dos três livros elencados, a análise da articulação entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP que aqui desenvolveremos também toma considerações de comentadores da obra de Laclau como Zizek (1990/2000), Stavrakakis (2010; 2015), Glynos e Stavrakakis (2008), Mendonça (2012b) e Costa (2010; 2014). Isso se deve ao fato de que entendemos ser de vital importância recorrer a teóricos que estão a pensar a TDRP e a dialogar com Laclau na medida em que nos auxiliam a entender os reordenamentos teóricos ocorridos na obra analisada decorrentes dos usos que Laclau faz da psicanálise.

1.2.1 Estratégias de análise

Para alcançarmos os objetivos propostos para esta pesquisa, orientamo-nos a partir das considerações de Orlandi (2009) sobre análise do discurso (AD), articuladas aos procedimentos de leitura analítica e interpretativa propostos por Bastos (2009), os quais se aproximam no tocante à interpretação de textos.

Segundo Orlandi (2009), a AD busca compreender como objetos simbólicos (enunciados, textos, pinturas, músicas) produzem sentidos. No entanto, não busca estabelecer um sentido “verdadeiro”, mas produzir compreensões interpretativas a partir de um determinado dispositivo teórico – nesse caso, a teoria de Laclau – que mobilize conceitos a serem utilizados como operadores da análise (ORLANDI, 2009). Posto isso, a compreensão interpretativa viabilizada pela análise do discurso busca explicitar o processo constitutivo das significações concernentes a um dado objeto simbólico; além de permitir que se possa

⁵ É importante salientar que apesar de *Nuevas reflexiones* ter sido publicado em 1990, Laclau informa no prefácio que o livro vinha sendo pensado desde 1988.

apreender outros sentidos concernentes ao objeto analisado, que não aqueles socialmente hegemonizados (ORLANDI, 2009).

Recorrendo a Bastos (2009), os procedimentos de leitura analítica e a leitura interpretativa nos auxiliam a delinear os caminhos percorridos durante a pesquisa. A leitura analítica diz respeito ao processo pelo qual o pesquisador atentamente busca compreender o conteúdo do texto e a sua lógica argumentativa. Para tanto, Bastos (2009) oferece algumas questões norteadoras que foram utilizadas para indagar os textos de Laclau ao decorrer da leitura deles. São essas as indagações: a) qual o objetivo do autor do texto (Laclau)?; b) com quem o autor está dialogando ou discutindo (implícita ou explicitamente)?; c) quais categorias são utilizadas e quais são as hipóteses de trabalho do autor? As respostas para tais questões foram elucidadas por meio dos fichamentos dos três livros selecionados como material de análise, os quais foram a base para a construção dos capítulos analíticos da dissertação.

A leitura interpretativa, por sua vez, trata-se de – à luz da teoria que fundamenta a pesquisa, no caso, a TDRP – interpretar o material que foi produzido através da leitura analítica mediante os objetivos da pesquisa. O momento de leitura interpretativa (BASTOS, 2009) é aquilo que, nos termos de Orlandi (2009), corresponde ao momento de análise do discurso, momento de produzir compreensões interpretativas a partir de um determinado dispositivo teórico – a TDRP –, a fim de explicitar o processo constitutivo das significações concernentes à própria TDRP. Segundo Bastos (2009):

diante do material coletado e a partir da questão de estudo, [a leitura interpretativa] servirá para nos ajudar a relacionar de forma peculiar esse material com aquilo que queremos investigar. Estamos falando da situação de se ler o material coletado à luz da teoria de base que escolhermos. Em outras palavras, após a fase da leitura analítica, devemos proceder à leitura do material coletado de forma crítica e por uma interpretação eficaz. Tal interpretação eficaz é subscrita a partir do momento em que analisamos qualitativamente os textos coletados junto ao autor ou a teoria de base que escolhemos para nos ajudar no apoio teórico da pesquisa (p. 79).

Sobre o que foi posto acima, é importante deixar bem delimitados os seguintes pontos: a) que tomamos a TDRP como o nosso objeto de análise. Ao analisarmos essa teoria, buscamos especificamente compreender como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para a análise sobre o social e o político proposta por Laclau. Consequentemente, os reordenamentos e manutenções na compreensão do social e do político ao longo dos três livros de Laclau investigados na

pesquisa; b) que a TDRP, além de ser o nosso objeto de análise, é também o aporte teórico a partir do qual tomaremos conceitos como operadores de análise para realizarmos a leitura interpretativa/análise do discurso (ORLANDI, 2009; BASTOS, 2009).

Explicitemos sobre como tomamos conceitos da TDRP enquanto operadores analíticos. Entender a TDRP como uma formação discursiva implica concebê-la enquanto um “nós” em antagonismo a um “eles”. Deste modo, mostraremos como os conceitos psicanalíticos, concebidos como momentos dessa cadeia discursiva, são articulados aos demais momentos da cadeia, conceitos advindos de outras tradições de pensamento, através do antagonismo a outras formações discursivas (concepções teóricas).

A análise foi desenvolvida da seguinte forma: a) em um primeiro momento, no capítulo dois, discorreremos sobre a dimensão do social, de modo a defender a tese de que ele, o social, trata-se de uma objetividade precária constituída de modo contingente e discursivo. Ou seja, abordaremos os elementos contingência e discurso enquanto momentos da cadeia TDRP; b) num segundo momento, no capítulo três, discorreremos sobre a dimensão do político, de modo a defender a tese da primazia do político sobre o social, considerando o antagonismo como o elemento definidor do político e, ontologicamente, a condição de possibilidade do social, sendo a sedimentação deste sempre um processo hegemônico. Logo, mostraremos como os elementos antagonismo e hegemonia também são articulados como momentos da cadeia TDRP. A tese defendida neste capítulo, contudo, será retomada no quarto capítulo a fim de mostrar uma torção realizada por Laclau na compreensão sobre o antagonismo ao articular o conceito de deslocamento na TDRP.

Focalizamos estes quatro conceitos (momentos da TDRP) – contingência, discurso, antagonismo e hegemonia – na discussão sobre as dimensões do social e do político por considerarmos que eles, derivados de tradições teóricas distintas, ocupam uma centralidade nesta cadeia discursiva, sendo a precariedade do social e a primazia do político duas teses fundamentais à teoria. Com esta discussão, alcançamos o primeiro objetivo específico da pesquisa: compreender os pressupostos e conceitos da TDRP, considerando as diferentes influências teóricas do autor.

No quarto capítulo, discorreremos sobre como a psicanálise⁶ é articulada por Laclau às demais correntes de pensamento constituintes da TDRP. Nesse processo, a tese defendida

⁶ Os fichamentos produzidos a partir da leitura analítica, que permitiram a apreensão dos conceitos laclauianos, também auxiliaram na identificação dos conceitos psicanalíticos utilizados por Laclau. Em relação aos conceitos psicanalíticos ou laclauianos que são formulados a partir da influência psicanalítica, selecionamos

é que, à medida que a psicanálise vai ganhando espaço na argumentação teórica de Laclau, ele reafirma certas lógicas argumentativas da TDRP ou produz reordenamentos teóricos. Com isso, alcançaremos o segundo objetivo da pesquisa. Já o objetivo geral da pesquisa, alcançá-lo-emos no tópico de conclusão à medida que explicitarmos o lugar estruturante que a psicanálise passa a ocupar no bojo da TDRP enquanto meio para responder a ambiguidades teóricas e fazer avançar as análises sobre o social e o político. Perante o que está posto, para alcançar os objetivos de pesquisa, lançaremos mão das seguintes noções enquanto operadores analíticos chave: articulação e antagonismo (LACLAU; MOUFFE, 2015). Em relação à articulação, segundo Laclau e Mouffe (1985/2015):

(...) chamaremos *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante dessa prática articulatória, chamaremos *discurso*. As posições diferenciais, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos *momentos*. Por contraste, chamaremos *elemento* toda diferença não discursivamente articulada (p. 178).

Sobre o uso da noção de articulação como operador analítico, considerando o que propõe Howarth (2005), articular elementos como momentos de uma formação discursiva implica na modificação dos elementos para que se tornem compatíveis com as lógicas de funcionamento, as lógicas argumentativas da cadeia na qual são inseridas, no caso, na cadeia TDRP. Como poderemos ver a partir da análise que desenvolvemos, o estabelecimento de antagonismos em relação a outras concepções teóricas é condição fundamental para o processo de articulação. Mais especificamente em relação à psicanálise, é interessante pontuar também que, segundo Laclau (2005/2013), “as categorias da psicanálise não são específicas, mas pertencem ao campo daquilo que poderia ser denominado ontologia geral” (p. 178), sendo convergentes com as teses da precariedade do social e da primazia do político.

No que diz respeito ao antagonismo, trata-se de uma relação fundamental à prática articulatória, na medida em que esta ocorre a partir da delimitação de um inimigo comum aos momentos articulados no interior de uma formação discursiva. Nesta medida, a articulação transforma diferenças (elementos) em equivalências (momentos) a partir da estruturação de um sentido produzido na negação a um outro antagônico.

apenas aqueles que Laclau referencia sua origem, seja ao decorrer dos textos, nas notas de rodapé e/ou nas notas de final de capítulo. Tomamos tal posicionamento como um cuidado para a pesquisa, de modo a evitar atribuir influência psicanalítica na obra de Laclau sem que este mesmo a tenha realizado.

No caso desta dissertação, como demonstraremos, os momentos contingência, discurso, antagonismo e hegemonia são articulados por Laclau na cadeia TDRP a partir da negação a concepções essencialistas e deterministas da realidade. Da mesma maneira, observaremos que a articulação entre a psicanálise e outras teorias constitutivas da TDRP é construída no antagonismo àquelas mesmas concepções, reafirmando/fortalecendo lógicas argumentativas da teoria laclauiana ou reordenando-as na medida em que Laclau recorre a conceitos psicanalíticos para responder a ambiguidades teóricas e para aprofundar a análise sobre o social e o político.

Assim, tomaremos os conceitos de articulação e antagonismo para a análise da TDRP a fim de alcançar os objetivos desta pesquisa, tendo como base a ideia de que Laclau se apropria de conceitos de teorias diversas e os articula na negação a concepções essencialistas e deterministas da realidade. Tomamos por base a própria afirmação de Laclau em *A Razão Populista* de que, ao tomar Freud como seu ponto de partida, não buscou produzir um livro “freudiano”, recorrendo a conceitos, inclusive reformulando-os, caso pudessem ser úteis como instrumentos de análise sociopolítica.

Concernente ao processo de produção da pesquisa, pontuamos ter-se tratado de um trabalho cansativo e, por muitas vezes, angustiante. Isso porque ler Laclau se mostrou uma tarefa não muito simples em virtude das muitas referências e tradições de pensamento às quais o autor recorre. Em decorrência da densidade dos textos, era comum que, ao final da leitura dos capítulos dos livros de Laclau, muitas informações não tivessem sido assimiladas e, quando eram, havia incompreensões sobre o que Laclau estava a discutir.

Frente às dificuldades em torno da leitura e compreensão dos postulados de Laclau, sob o olhar atento do orientador do presente trabalho e a partir das contribuições dos membros do NPP, as discussões em grupo dos textos por mim produzidos eram seguidas por sucessivos convites a reler os textos de Laclau, a repensar os conceitos e a reestruturar os textos. Posso dizer que uma pesquisa teórico conceitual se configura em um movimento contínuo de ler os mesmos textos muitas vezes, de aprender, desaprender e aprender novamente de uma forma distinta ao que se pensava saber anteriormente sobre determinado conceito.

Apesar do aspecto cansativo e angustiante presente no processo de ler, reler e escrever muitas vezes sobre um mesmo conceito até que o entendimento sobre ele fosse coerente com o que o autor propõe, a pesquisa também me provocou sensações positivas. Em muitos momentos me vi instigado pelas leituras, animado por estar conseguindo compreender as articulações teóricas construídas por Laclau, por conseguir ver os reordenamentos e

manutenções teóricas que o autor faz operar na estrutura argumentativa da TDRP à medida que faz usos da psicanálise.

Apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, finalizo essa sessão com uma breve contextualização dos livros selecionados para a análise e, em seguida, adentraremos na discussão que proponho sobre a TDRP.

1.3 Breve contextualização das obras

O livro *Hegemonia e estratégia socialista, por uma política democrática* foi publicado por Laclau e Mouffe em 1985. Segundo os autores, desde o momento de sua publicação, o livro tem estado no centro de um conjunto de debates teóricos e políticos (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

No que diz respeito ao debate teórico, para os autores, três questões eram dominantes: a crítica ao essencialismo filosófico, o novo papel atribuído à linguagem na estruturação das relações sociais e a desconstrução da categoria “sujeito” em relação à constituição de identidades coletivas (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

O primeiro aspecto, segundo Laclau e Mouffe (1987), diz respeito ao campo de debates em que se localizam os seguintes autores e argumentações: Wittgenstein e sua noção de uma impossibilidade de sentido determinável fora dos diferentes “jogos de linguagem”; a afirmação da facticidade e historicidade do ser em Heidegger; a crítica pós-estruturalista, a partir de Derrida e Lacan, à fixação na relação significante/significado concernente à constituição do signo. Para Laclau e Mouffe (1987), essas tradições de pensamento contemporâneo possuem um denominador comum: o antagonismo à metafísica da presença, que, segundo eles, seria a pedra angular do pensamento filosófico tradicional (LACLAU, MOUFFE, 1985/2015).

A segunda questão diz respeito à centralidade atribuída à linguagem em áreas cada vez mais amplas das ciências sociais. O que segundo os autores é outra característica comum ao trabalho de teóricos como Wittgenstein e Heidegger, Derrida e Lacan. O debate sobre o qual se debruçam os autores não se trata da busca por simples explicações linguísticas (no sentido restrito da linguagem falada ou escrita) para o social, mas reconhecer que as lógicas relacionais originalmente analisadas no campo da linguística (no sentido restrito) possuem uma relevância e complexidade constitutiva que confunde a linguagem com o campo do social. Segundo Laclau e Mouffe (1987), ao mesmo tempo em que o modelo linguístico ganha relevância e é discutido em várias áreas das ciências sociais, é lócus de crescentes dúvidas sobre os limites da linguagem. É em torno desse debate sobre os limites da

linguagem, que implicam na precariedade do social, que os autores propõem sua compreensão de discurso (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Os debates desconstrucionistas direcionados à metafísica da presença, bem como às discussões sobre os limites da linguagem, segundo Laclau e Mouffe (1987), apresentam efeitos sobre a categoria de “sujeito” proposta pela tradição cartesiana, que passa a ser questionada enquanto unidade consciente responsável pelas ações sociais. No interior dos debates em que Laclau e Mouffe (1985/2015) se inserem, eles entendem que os agentes sociais são concebidos como sujeitos “descentrados”, constituídos pela unidade relativa e pouco integrada de uma pluralidade de “posições de sujeitos” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Agora, considerando o cenário de debates políticos da década de 1980 no qual *Hegemonia* se inscreve, Laclau e Mouffe (1985/2015) destacam a ascensão da “sociedade de consumo” como reflexo do crescente fortalecimento do sistema capitalista que vinha ocorrendo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Segundo os autores, o cenário de aquecimento da economia e crescimento do consumo fez emergir vários problemas sociais e, em resposta a eles, numerosas lutas políticas.

O desperdício de recursos naturais, a poluição e a destruição do meio ambiente, consequências do produtivismo, deram origem a movimentos ecológicos e a lutas “urbanas”, as quais expressavam diferentes formas de resistência à ocupação capitalista do espaço social. A urbanização generalizada que acompanhou o crescimento econômico acarretou a transferência das classes populares para as periferias das cidades. Nesse cenário, a falta generalizada de serviços e bens coletivos causou uma série de novos problemas que afetaram a organização de toda a vida social e, assim, fizeram emergir demandas sociais relacionadas à melhor qualidade de moradia, condições para o consumo e relacionadas à diferentes serviços e bens coletivos (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Em conjunto com estas demandas, os autores também puderam observar a emergência do novo feminismo, os movimentos das minorias étnicas, nacionais e sexuais, as lutas anti-institucionais, o movimento antinuclear, lutas sociais nos países da periferia capitalista. Essa variedade de lutas ampliou a extensão do conflito social, criando, assim, um potencial de avanço em direção a sociedades mais livres, democráticas e igualitárias. (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Para os autores, no cenário político e de produção teórica descrito, o meio pelo qual seria possível elucidar uma resposta às problemáticas emergentes com a ascensão do sistema capitalista neoliberal implicava o abandono de princípios essencialistas e deterministas

concernentes ao marxismo que norteava a esquerda europeia naquele momento (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015). Isso porque, segundo os ditames marxistas, a luta política seria a luta de classes; logo, apenas seria possível a partir da instituição do proletariado enquanto classe dirigente antagônica ao capital. Estratégia que se mostrava incompatível com o cenário político da Europa dos anos de 1980, caracterizado pela fragmentação do social em uma multiplicidade de lutas políticas particulares/antagonismos sociais.

Nessa direção, as reflexões propostas por Laclau e Mouffe (1985/2015) estão relacionadas à chamada “crise do marxismo”, que emergira ainda no tempo da Segunda Internacional (final do século XIX e início do século XX), e que diz respeito às críticas direcionadas ao determinismo econômico e histórico do marxismo. Nesse sentido, se, por um lado, Laclau e Mouffe (1985/2015) identificam os avanços capitalistas neoliberais como um inimigo que antagonizam à medida que representa uma ameaça aos avanços democráticos conquistados em termos de direitos coletivos, trabalhistas e seguridade social; por outro, são levados a identificar os essencialismos e determinismos marxistas como um outro inimigo.

Nesse sentido específico (dos essencialismos e determinismos), o marxismo se configura como antagônico à cadeia TDRP, na medida em que o autor e a autora defendem a necessidade de formular uma alternativa teórico política que permitisse à esquerda avançar na direção de um projeto político de sociedade que ampliasse os horizontes democráticos, de modo a contemplar o pluralismo de lutas políticas e demandas sociais.

Agora, passando do *Hegemonia* (1985/2015) ao *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo* (1990/2000), Laclau nos diz que, no período em que a obra começou a ser elaborada, em 1988, o mundo experienciava as transformações mais importantes desde o final da Segunda Guerra Mundial: o ciclo de eventos que havia se iniciado com a Revolução Russa chegou ao fim e, com isso, as esperanças de emergência de um Estado socialista forte se desvaneceram no imaginário coletivo da esquerda internacional (LACLAU, 1990/2000).

No âmbito das discussões teóricas e análises políticas, retomando as argumentações já desenvolvidas no *Hegemonia*, Laclau (1990/2000) reafirma que os fundamentos marxistas já não ofereciam um horizonte norteador para a organização da esquerda. Frente a isso, o autor empreende novos esforços estratégicos para repensar os rumos de um projeto socialista democrático de sociedade. Laclau ressalta que as questões discutidas no *Nuevas reflexiones* são abordadas de modo distinto em relação à forma como foram trabalhadas em *Hegemonia*. Segundo o autor,

No primeiro livro [*Hegemonia*], tratava-se de apresentar o projeto de uma democracia radicalizada a partir da desconstrução da história do marxismo, daí a ênfase no caráter subversivo e na centralidade crescente da categoria “hegemonia”. Aqui [Nuevas] o argumento é apresentado de forma positiva: em termos da sucessão lógica de suas categorias. As três partes que o compõem – “Deslocamento e antagonismo”, “Deslocamento e capitalismo” e “Imaginação social e revolução democrática” - tentam apresentar, sucessivamente, a negatividade inerente a todo antagonismo, que impede de fixar a priori qualquer teorização positiva sobre a “objetividade” dos agentes sociais (como, por exemplo, a “luta de classes”), o terreno histórico da proliferação de antagonismos nas sociedades contemporâneas e os novos projetos ligados à reconstrução política das identidades sociais (LACLAU, 1990/2000, p. 20-21, tradução nossa).

Nessa segunda obra, Laclau (1990/2000) reafirma sua localização na tradição de pensamento pós-estruturalista, ampliando o seu debate sobre a compreensão de estrutura ao dialogar com Derrida. A aproximação de Laclau à psicanálise também se estreita, à medida que o autor incorpora ao seu trabalho críticas elaboradas por Slavoj Žižek às compreensões de posição de sujeito e de antagonismo. Em decorrência do diálogo com Žižek, Laclau (1990/2000) incorpora a noção de deslocamento à TDRP, com a qual passa, então, a conceber as experiências de falha/descontinuidade na estrutura. Além disso, Laclau (1990/2000) enfatiza a compreensão de precariedade e parcialidade das fixações do discurso, não em decorrência de um excesso de significantes possíveis, mas em decorrência da falta constitutiva de um significante último que suture definitivamente a estrutura.

“*A Razão populista*”, o terceiro livro analisado, foi publicado por Laclau em 2005. O autor propõe essa obra em virtude da insatisfação teórica quanto ao modo como hegemonicamente as tradições de pensamento funcionalista e estruturalista concebiam a instituição de grupos e movimentos de massa. Segundo o autor, considerava-se o grupo como uma unidade básica de análise social, o que pressupõe, para ele, uma visão simples e uniforme demais para capturar a complexidade dos processos de articulação concernentes ao pluralismo de demandas particulares presentes na construção de identidades coletivas. Para Laclau (2005), uma unidade grupal se constitui a partir da articulação de demandas de distintas posições de sujeito presentes no social em antagonismo a um poder instituído que as negligencia. Unidade essa sempre precária e parcial, importa destacar, visto que, como compreendido por Laclau e Mouffe (1985/2015), em sua crítica ao sujeito unitário, entende-se que a condição de qualquer identidade é ser descentrada e contingente.

Um outro aspecto característico das análises sobre instituição de grupos e movimentos de massa comum aos trabalhos produzidos no século XIX e início do XX, aos quais Laclau (2005) se mostra insatisfeito, são as leituras patologizantes que caracterizavam as massas como degeneradas e desprovidas de valores e razão e que, por isso, deveriam ser controladas e lideradas por um grupo dirigente orientado pela razão: a pequena aristocracia intelectual, como propõe a *Psicologia das multidões* (1895), de Gustave Le Bon.

Frente a sua insatisfação em relação às análises que concebem as manifestações populares como fenômenos marginais disfuncionais; na medida em que são orientadas a desintegração do ordenamento social, Laclau (2005) propõe analisar o populismo de modo a buscar desvinculá-lo de interpretações pejorativas que mais se mostravam valorativas que analíticas. Para tanto, lança mão de uma série de categorias analíticas – antagonismo, lógica da diferença e da equivalência, nomeação e afeto, significantes vazios e flutuantes, heterogeneidade social e hegemonia.

Nessa direção, Laclau (2005/2013) argumenta sobre a complexidade e dinamicidade constitutiva do social, mostra que a gestão de assuntos comunitários não é algo que diz respeito apenas a um poder administrativo que se impõe como legítimo e portador de um conhecimento apropriado para a gestão do que se entende como uma sociedade ordenada. O populismo, longe de ser um fenômeno marginal, se encontra inscrito como parte constituinte do espaço comunitário (LACLAU, 2005).

Para a análise que propõe, Laclau (2005), num primeiro momento, elabora uma breve revisão da literatura sobre a concepção de populismo e nos leva à compreensão de que tal fenômeno é concebido pejorativamente como um movimento de massa, no qual está ausente qualquer tipo de racionalidade e organização coesa. O que se tem hegemonicamente na literatura sobre o populismo é um conjunto de vastas descrições, que de tão amplas acabam por não definir o que de fato configura uma formação populista. Laclau (2005/2013), então, questiona se essa amplitude de descrições sobre o populismo não denota a dificuldade de descrevê-lo justamente por ser intrínseco à sua constituição a vagueza de sentido e a transitoriedade. A partir desse ponto, fazendo uso das categorias citadas, Laclau (2005/2013) propõe sua compreensão de populismo enquanto lógica política que conduz à constituição do “povo” enquanto ator político.

Na edição brasileira de *A razão populista*, publicada em 2013, Laclau nos diz que assistíamos, a partir da segunda metade da década de 2000, uma crescente onda antipopulista na América latina, fundada na defesa férrea das instituições do Estado em decorrência do surgimento dos novos regimes nacionais populares nesse continente. Esses regimes nacionais

populares eram vistos pela ordem institucional de direita como uma ameaça autoritária aos preceitos constitucionais e às liberdades públicas.

Laclau (2005/2013) considera, a partir da TDRP, que, quando um projeto político de transformação social começa ser implementado, ele entra em conflito, em vários pontos, com a ordem institucional vigente, que, por consequência, acaba por ser modificada. Frente à “revolução cidadã” de Rafael Correa, que exigiu uma reforma constitucional para que seu projeto transformador pudesse se consolidar e se expandir, foi o que ocorreu com parte dos preceitos da Constituição Equatoriana de 1998, a qual refletia o auge do neoliberalismo e do Consenso de Washington (LACLAU, 2005/2013).

Similarmente na Venezuela, na Bolívia e na Argentina, em virtude da ação de regimes nacionais populares, mudanças constitucionais foram empreendidas por projetos políticos de transformação social. Laclau (2005/2013) destaca que, na Argentina, um dos lemas de reagrupamento das forças conservadoras em oposição às ações do regime nacional popular (kirchnerismo) foi em prol de impedir a modificação da Constituição neoliberal de 1994. Dito isso, o período temporal de 2005, em que foi publicada a versão inglesa de *A razão populista*, a 2013, quando foi publicada a versão em português, é marcado pela crescente oposição do institucionalismo conservador e neoliberal aos regimes populistas de esquerda na América latina, comprometidos com projetos de transformação social. Oposição essa que se mantém até os dias atuais. No caso brasileiro, infelizmente, vimos a emergência de um populismo de direita.

Capítulo 2

Contingência e o campo da discursividade: o social como uma objetividade precária

Considerando o primeiro objetivo específico da presente dissertação – compreender os pressupostos e conceitos da TDRP, considerando as diferentes influências teóricas do autor –, argumentaremos nesse capítulo que o social é compreendido no pensamento de Laclau como uma objetividade precária. Para tanto, discorreremos sobre dois conceitos fundamentais à TDRP: contingência e discurso.

Ressaltamos que, para a elucidação da discussão proposta, consideramos o campo dialógico que se estabelece a partir da articulação de distintos teóricos que fundamentam a TDRP – isso a partir da leitura e uso que Laclau faz dos autores aos quais recorre. Ressaltamos também que, ao passo que estamos tomando a TDRP enquanto uma formação discursiva, contingência e discurso são entendidos como momentos nesta formação discursiva, apreendidos por Laclau no antagonismo a noções essencialistas e deterministas de sujeito e de sociedade. O conceito de contingência permite ao autor questionar qualquer concepção teleológica da história e afirmar que o social se constitui na dependência de configurações históricas específicas. O conceito de discurso possibilita o questionamento à busca por um sentido último da realidade a ser desvendado e a compreensão do social como um conjunto de práticas que nomeiam a realidade (sujeitos, objetos), estabelecendo um sentido entre outros possíveis em uma determinada configuração histórica.

Referente à estrutura do capítulo, primeiramente discutiremos o conceito contingência. Apresentaremos a apreensão deste conceito por Laclau a partir: a) da crítica ao determinismo histórico e economicista de respostas marxistas da II Internacional ao problema da fragmentação do proletariado (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015); b) da discussão em torno do cenário da Revolução democrática, em que o poder emerge como lugar vazio. Segundo o que argumenta Claude Lefort, trata-se da crítica à noção determinista de que a sociedade seria ordenada *a priori*, com localizações estruturais bem definidas em decorrência de determinações divinas; c) da relação com a noção de antagonismo (LACLAU, 1990/2000) a partir da qual se nega a possibilidade de prever quais as lutas políticas que constituirão o social.

A compreensão de discurso, por sua vez, será desenvolvida a partir dos seguintes pontos: a) da argumentação desenvolvida por Laclau e Mouffe (1985/2015) sobre a ausência de essência do ser, como propõe Heidegger, para negar qualquer noção essencialista de

sujeito em torno da qual se estruturam discursos mantenedores de relações naturalizadas e de opressão; b) dos argumentos sobre a noção de ausência de qualquer centro privilegiado que ordene a sociedade, como propõe Derrida, e que reafirma a negação de qualquer sujeito ou instância privilegiada que, de antemão, determine a organização a ser assumida pela estrutura social; c) dos argumentos sobre a noção de que as identidades dos objetos e dos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos, se estabelecem relacionalmente e diferencialmente. Ou seja, a partir de Wittgenstein se entende que os sentidos do ser e do objeto, contrário ao que propõem tradições essencialistas de pensamento, não existe para além dos acordos discursivos estabelecidos socialmente; d) a partir da resposta de Laclau à crítica de Norman Geras à noção de discurso da TDRP (LACLAU, 1990/2000).

2.1. Contingência a partir dos limites das respostas marxistas da II Internacional: do determinismo histórico e economicista à autonomia do político

A contingência como um momento constituinte da cadeia TDRP é abordada por Laclau e Mouffe (1985/2015) à medida em que explicitam os limites das argumentações de teóricos marxistas da Segunda Internacional no final do século XIX e início do século XX. A Segunda Internacional (1889-1916) foi uma organização de partidos socialistas e operários criada por iniciativa de Friedrich Engels. Tinha por objetivo recuperar a coerência argumentativa da teoria marxista e levar a cabo a causa socialista de organizar a revolução proletária num cenário em que os ditames do marxismo se encontravam fragilizados/em crise em virtude da ascensão do capitalismo organizado e da crescente fragmentação da classe operária europeia (ANDREUCCI, 1989). Esse cenário punha em risco as determinações históricas propostas pela teoria marxista, segundo as quais o sistema capitalista entraria em crise e, frente a uma revolução proletária a nível internacional, seria sucedido por um sistema socialista (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

O cenário de emergência da crise do marxismo se deu num momento em que a grande depressão econômica experienciada pelo sistema capitalista, que perdurou de 1873 a 1896, chegou ao fim. Segundo o que pensavam teóricos marxistas daquela época, a crise econômica que estavam a experienciar levaria ao fim do capitalismo; no entanto, não foi o que ocorreu. A depressão econômica foi sucedida pelo estabelecimento do “capitalismo organizado”, bem como por sua expansão, que duraria até 1914, tornando, assim, incertas as perspectivas de uma “crise geral do capitalismo” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

À medida que, no cenário de ascensão do capitalismo organizado e da fragmentação da classe operária, a relação entre a teoria e o programa socialista era uma relação de

implicação total, a crise política se desdobrou em uma crise teórica. A partir de então, o problema do marxismo passou a ser pensar as descontinuidades entre teoria e luta política e, ao mesmo tempo, formular a reconstituição da unidade dos elementos heterogêneos e dispersos. Sobre isso, Laclau e Mouffe (1985/2015) nos dizem que é no modo de conceber esse momento relacional, em que qualquer tipo de unidade só poderia ser alcançado através de formas instáveis e complexas de articulação, que reside a especificidade das diferentes respostas à crise do paradigma marxista que se seguiram, sendo elas: a) a formação da ortodoxia marxista, b) o revisionismo teórico, c) o sindicalismo revolucionário (LACLAU; MOUFFE, 1985\2015).

Vejamos agora como Laclau e Mouffe (1985/2015) explicitam os limites argumentativos de cada uma das respostas e como esses limites apontam para a contingência como momento da cadeia TDRP relacionado à precariedade do social.

2.1.1 A formação da ortodoxia marxista

Segundo Laclau e Mouffe (1985/2015), a ortodoxia marxista não se trata de uma simples continuação do marxismo clássico, segundo o qual, como proposto por Marx e Engels em o *Manifesto comunista* (1984), a história de todas as sociedades existentes seria a história da luta de classes. Segundo o marxismo clássico, em todos os momentos da história existiu uma oposição entre os trabalhadores e aqueles que possuem os meios de produção. Essas distintas posições e relações de poder fomentariam as desigualdades existentes na sociedade e, por consequência, levariam inevitavelmente a conflitos de classes. Por esses trilhos, em uma sociedade capitalista, os proletários deveriam buscar suprimir esta relação de dominação através da constituição de uma consciência de classe trabalhadora unificada e, por meio de uma revolução, fundar uma sociedade justa (CHAUÍ, 2007). No entanto, em decorrência da já referida construção do capitalismo avançado e da fragmentação da classe trabalhadora, que punham em xeque às predições da teoria, a ortodoxia marxista se apresenta como uma inflexão muito particular da teoria clássica na medida em que lhe atribui um novo papel.

Segundo o pensamento ortodoxo, a teoria não tem por função sistematizar tendências históricas observáveis, mas se estabelecer como garantia de que essas tendências coincidirão com o que propõe o paradigma marxista, a instituição de uma consciência de classe proletária unificada. Laclau e Mouffe (1985/2015) nos dizem que:

A ortodoxia se constitui sobre a base de uma crescente disjunção entre a teoria marxista e a prática política da social-democracia. São as leis de movimento da infraestrutura, garantidas pela “ciência” marxista, que fornecem o terreno para a superação dessa disjunção e asseguram tanto o caráter transitório das tendências [fragmentárias] existentes quanto à futura reconstituição revolucionária da classe operária (p. 72).

E como essa disjunção entre o que propõe a teoria e as tendências fragmentárias que se apresentavam no contexto do operariado alemão e de outros países da Europa poderia ser superada, garantindo, assim, a reconstituição revolucionária da classe operária? Laclau e Mouffe (1985/2015) nos dizem que, segundo o que pensava Karl Kautsky⁷, a resolução para essa questão ocorreria à medida em que os interesses materiais imediatos da classe trabalhadora fossem subordinados ao objetivo final socialista. O que ocorreria apenas se a luta econômica se subordinasse à luta política; logo, se os sindicatos se subordinassem ao partido, o qual representaria a instância unificadora à medida que se tornasse depositário da “ciência”/teoria marxista (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015). Ou seja, o papel da teoria seria formular explicações sobre como as tendências fragmentárias do proletariado alemão não representariam risco às determinações da teoria, mas, para isso, deveriam ser formuladas a partir de um lugar político, a partir dos ordenamentos do partido socialista alemão. Dito isso, o partido seria responsável por lançar mão dos recursos e estratégias necessárias para reunificar a classe trabalhadora. Reunificação certamente já garantida pela “ciência” marxista.

Laclau e Mouffe (1985/2015) entendem que a saída para a crise, formulada por Kautsky, é simplista. O autor constrói dois argumentos para explicar os “aparentes” não cumprimentos do desenvolvimento dos rumos da história: o argumento da aparência e o argumento da contingência. Segundo esses argumentos, as distintas especificidades concernentes a grupos isolados de trabalhadores e suas lutas particulares, seus interesses materiais imediatos não configurariam unidades grupais dotadas de identidade própria, mas seriam apenas diferenças contingenciais, aparências reduzíveis a uma única identidade: a consciência da classe trabalhadora responsável pela revolução proletária (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Segundo o argumento da aparência, toda identidade diferencial que se apresenta em desacordo aos polos estruturais que propõem a teoria marxista, proletariado contra burguesia,

⁷ Em nota de final de capítulo, Laclau e Mouffe (1985/2015) informam que recorrem a Kautsky a partir de escritos do autor presentes na coletânea de Benvenut, *Partitu e sindacati*, 1981.

pode ser reduzido a uma dessas identidades. Essa redução pode ocorrer de duas formas, nos termos de Laclau e Mouffe (1985/2015):

Ou a aparência é um mero artifício de ocultamento, ou é uma forma necessária de manifestação da essência. (Um exemplo da primeira forma: “O nacionalismo é uma fachada que oculta os interesses da burguesia”; um exemplo da segunda: “O Estado liberal é uma forma política necessária do capitalismo”). (p. 74).

Já referente ao argumento da contingência, uma certa identidade diferencial pode não ser redutível às identidades centrais do sistema de relações capitalista, burguesia e proletariado, mas, nesse caso, “sua própria marginalidade *vis-à-vis* à linha fundamental de desenvolvimento histórico nos permite descartá-la como irrelevante” (LACLU; MOUFFE, 1985/2015, p. 74).

Laclau e Mouffe (1985/2015) nos informam que, segundo tal argumento, como o capitalismo levaria à proletarização das classes médias e do campesinato, estas podem ser ignoradas e toma-se como foco de análise o conflito entre a burguesia e o proletariado. No argumento da contingência, as diferenças que não correspondem aos polos antagônicos – burguesia e proletariado – são ignoradas e redescobertas enquanto partes da classe revolucionária, ao passo que se segue o desenvolvimento dos rumos da história (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015). Ou seja, o argumento da contingência se baseia na crença de que, em algum momento, as distintas posições de sujeito que não participam do sistema de relação antagônica se tornarão parte integrante da luta proletária.

Um segundo autor ortodoxo apresentado por Laclau e Mouffe (1985/2015) – que, assim como Kautsky, explica a não concretização dos rumos da história da luta de classes via argumentos simplificadores sobre a fragmentação da classe proletária e, a partir de seus argumentos, busca realinhar a teoria aos acontecimentos sociopolíticos e à configuração econômica vigente – é Gueorgui Plekhanov⁸. Esse autor compreende que a segmentação e dispersão da classe trabalhadora, bem como as revoltas localizadas nas fábricas que não alcançavam amplitude não seriam mais do que formas aparentes ou contingentes de uma realidade essencial: o desenvolvimento abstrato do capitalismo, pelo qual toda sociedade deve passar (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Sobre as tendências ortodoxas, Laclau e Mouffe (1985/2015) nos dizem que seus esforços foram destinados a superar a disjunção entre a teoria e as “tendências observáveis

⁸ Em nota de final de capítulo, Laclau e Mouffe (1985/2015) informam que recorrem a Plekhanov a partir do texto *Os princípios fundamentais do marxismo* (1969).

do capitalismo” por meio da afirmação intransigente da validade da teoria e por meio da afirmação do caráter transitório das tendências à fragmentação. No entanto, afirmar o caráter transitório das tendências a fragmentação e admitir a incapacidade de prever como se daria o processo de reagregação – o qual apenas seria possível mediante a capacidade do partido político alcançar sucesso em suas mediações orientadas à unificação da classe –, desvela, para Laclau e Mouffe (1985/2015), a demissão da contingência. Contingência essa que, por sua vez, limita os efeitos da noção de “necessidade histórica”. Isso porque, na medida em que a teoria marxista ortodoxa propunha, a partir do argumento do caráter transitório das tendências, a fragmentação e, considerando a mediação do partido político, que as fragmentações seriam superadas, em contraste com a realidade, isso não estava a ocorrer. A classe trabalhadora fragmentada não retornava a se unificar, mas, de modo contingente, sua dispersão se mostrava crescente e irremediável (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

A partir da análise que realizam, Laclau e Mouffe (2015) entendem que o resultado ao qual chegaram os teóricos ortodoxos foi o dualismo permanente entre uma “lógica da necessidade histórica” fragilizada, que produzia cada vez menos efeitos práticos, e uma “lógica da contingência” como participante nos processos de constituição de movimentos de massa (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Temos, então, a primeira explicitação da contingência como pressuposto constituinte da objetividade precária do social. Enquanto que, no marxismo clássico, a noção de “necessidade histórica” era a pedra angular sobre a qual operava a lógica argumentativa referente à determinação do rumo da luta de classes; no discurso ortodoxo, frente à contingencialidade da história – ascensão do capitalismo avançado, fragmentação da classe operária, emergência de distintas posições de sujeito que se encontravam à margem da luta antagonica –, a “necessidade histórica” se converteu no próprio elemento que desvela o limite argumentativo da teoria marxista. Os ortodoxos não poderiam negar o *a priori* da determinação da história visto que era o fundamento que buscavam reafirmar com a noção do caráter transitório das tendências à fragmentação da classe. Tendências que seriam superadas mediante a ação do Partido frente a momentos propícios determinados infraestruturalmente. No entanto, essa saída tomada para preencher o hiato entre a determinação e a fragmentação da classe não se mostrou eficaz e a ortodoxia marxista encontrou seu limite argumentativo, como pontuam Laclau e Mouffe (1985/2015):

O papel atribuído pelo marxismo ortodoxo à teoria nos confronta com um paradoxo. Por um lado, seu papel aumenta enquanto o fosso que se alarga entre a “consciência presente” e a “missão histórica” da classe só pode ser preenchido externamente,

através de uma intervenção política. Por outro lado, como a teoria que informa a intervenção política é apresentada como consciência de uma determinação necessária e mecânica, a análise se torna sempre mais determinista e economicista na proporção mesma em que *a composição de forças históricas depende mais de mediação teórica* (p. 77).

2.1.2 O revisionismo teórico

Para os revisionistas, a superação da fragmentação da classe trabalhadora seria alcançada através da autonomia do político em relação à economia. No entanto, diferente dos ortodoxos, os revisionistas reconheciam que as relações econômicas não acarretariam necessariamente na polarização social, não sendo a passagem para o socialismo decorrente de uma ruptura revolucionária gerada através de crises econômicas. Concebiam que era necessária a articulação entre diferentes setores oprimidos, não apenas a articulação entre os trabalhadores. É por esta razão que, segundo Laclau e Mouffe (1985/2015), se pode falar da autonomia do político em relação à economia. Isso pode ser visto em Eduard Bernstein⁹ a partir da compreensão de que a instituição de um partido político unificaria toda a classe trabalhadora, apesar da fragmentação resultante de diferentes empregos (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Segundo a compreensão de Bernstein, um partido político, enquanto representante dos trabalhadores, ao estar inserido dentro do sistema político do Estado, seria o mediador no processo de constituição da unidade da classe mediante o postulado adotado [por Bernstein] de que os avanços democráticos do Estado, o desenvolvimento da legislação social, a “humanização” do capitalismo conduziriam a uma “nacionalização” da classe trabalhadora. Deste modo, a democratização do Estado estaria em transformá-lo em Estado “de todo o povo” e os trabalhadores não estariam tão submetidos às relações de classe, mas ao Estado, que as regularia (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Sobre esse ponto, Laclau e Mouffe (1985/2015) dizem que Bernstein entendeu bem que a classe trabalhadora, antes mesmo de alcançar o pretense sistema socialista por meio da revolução comunista, já estava inserida no território do Estado e que é um dogmatismo estéril tentar manter relações de exterioridade da classe em relação ao Estado. No entanto, Bernstein dá um passo para trás à medida que compreende a progressiva democratização do Estado como consequência necessária de leis evolutivas que guiariam o progresso da história. À medida que ocorre a democratização do Estado, o que é entendido por Bernstein como a

⁹ BERNSTEIN, E. *Die heutige sozialdemokratie in the orieund práxis*, 1962.

“nacionalização” da classe trabalhadora, temos, por consequência, a “humanização” do capitalismo, e, com isso:

a social democracia deve ser um partido de todos os oprimidos e não só dos trabalhadores, mas, por outro, ele entende essa unidade [mediada pelo partido] como a de um conjunto de setores que “aceitam o ponto de vista dos trabalhadores e os reconhecem como a classe dirigente” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 88)

Ou seja, por um lado a proposta de Bernstein se afasta da ortodoxia marxista na medida em que reconhece que o que garantiria a passagem do capitalismo ao socialismo não seria a grande revolução do proletariado, mas a mediação política de um partido inserido no interior do Estado, que tanto reunificaria os trabalhadores à medida que seus interesses materiais imediatos fossem sanados, como articularia o proletariado aos demais segmentos da sociedade. Por outro lado, Bernstein dá um passo para trás ao manter o pressuposto ortodoxo da posição privilegiada atribuída ao proletariado, na medida em que, segundo ele, o conjunto de setores unificados reconheceria os trabalhadores como a classe dirigente.

Laclau e Mouffe (1985/2015), seguindo a lógica da argumentação de Bernstein, mas eliminando o pressuposto essencialista do progresso do Estado a serviço da evolução histórica, segundo o qual o proletariado seria reconhecido como a classe dirigente, chegam a duas conclusões:

a) os avanços democráticos no Estado não seriam cumulativos e historicamente determinados, mas seriam resultantes de articulações impossíveis de serem determinadas *a priori* e passíveis a reversão.

b) se o trabalhador não é apenas o proletário, mas também o cidadão, o consumidor, sendo o sujeito constituído através da identificação com uma pluralidade de posições de sujeito dentro do aparato institucional e cultural de um país; e, se, por outro lado, esse conjunto de posições não for mais unificado por qualquer “lei do progresso”, então a articulação entre essas posições é contingente e nada garante *a priori* que adotará uma ou outra forma. Além disso, surge a possibilidade da existência de contradições entre as posições de sujeito a partir das quais os trabalhadores se constituem, algo incompatível com o que propõe a teoria marxista sobre a constituição de uma consciência de classe coesa (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Ao fim da leitura que fazem do posicionamento revisionista, Laclau e Mouffe (1985/2015) nos conduzem a compreensão de que a contingência se mostra inequívoca na lógica argumentativa do revisionismo na medida em que se admite que a reunificação da

classe proletária depende de sua articulação com uma heterogeneidade de posições de sujeito não subsumível à relação proletário/burguesia e que essa articulação só pode ocorrer por meio da mediação do partido político. Dito isso, o processo de construção de uma unidade, que não seria propriamente a unidade decorrente da consciência de classe, encontra-se à mercê da confluência de uma variedade de fatores que não possuem nenhuma relação de obrigatoriedade entre si; logo, aberto à contingência

2.1.3 O sindicalismo revolucionário

Laclau e Mouffe (1985/2015) recorrem às considerações de Georges Sorel¹⁰ para discutir a terceira resposta à crise do marxismo, o sindicalismo revolucionário. Segundo os autores, Sorel, ao contrário de Bernstein, não buscou substituir o racionalismo histórico da ortodoxia por uma visão evolutiva alternativa. Ademais, a possibilidade de desintegração de uma configuração social estava sempre presente em sua análise. Dito isto, para esse autor, a organização da sociedade é possível a partir da articulação entre classes sociais, que não mais ocupam localizações estruturais em um sistema objetivo, no confronto a forças oponentes, constituindo o que ele nomeia como “blocos”. Ou seja, “a possibilidade de totalidade na sociedade é assim remetida à vontade de certos grupos de impor sua concepção de organização econômica” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 96).

O que significa que, como o futuro é imprevisível e depende da luta política, o estabelecimento de uma dada hegemonia que ordena o social só é possível a partir de articulações e disputas políticas frente a forças antagônicas. E visto que as identidades não estão mais fundamentadas em um processo de unificação infraestrutural, a classe operária passa a depender de uma cisão em relação à classe capitalista, que só pode ser consumada na luta contra esta.

Ademais, a conscientização da divisão entre um “nós” e um “eles” é condição, segundo Sorel, para a constituição da subjetividade revolucionária. O que ocorre por meio do processo em que o proletariado se conscientiza de um conjunto de direitos que o opõe à classe adversária e estabelece um conjunto de novas instituições que consolidará tais direitos (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

¹⁰Laclau e Mouffe (1985/2015) recorrem a Sorel a partir dos seguintes textos: MAGGI, M. *La formazione dell'egemonia*. Bari, 1977; CHARZAT, M. *Georges Sorel et la révolution du XX siècle*. Paris, 1977; JULLIARD, J. *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe*. Paris, 1971; PAOLA, G. “Georges Sorel, dalla metafisica al mito”. In: HOBBSBAWN, E. J. et al. 1979; STENHELL, Z. *Nidroitini gauche. L' idéologie fasciste em France*. Paris, 1983.

Para Sorel, é pouco relevante se a greve geral é realizável ou não: seu papel é o de um princípio regulador que permita ao proletariado delimitar a divisão social e estabelecer a unidade de consciência dos trabalhadores. A divisão dicotômica da sociedade não é entendida, portanto, como dada, mas como uma construção fundamentada na greve geral como um mito “que funciona como um ponto de condensação ideológica da identidade proletária” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 97), vinculando as diferentes posições de sujeitos que constituem a subjetividade dos trabalhadores.

Dito isso, a categoria de unidade de classe, que foi eliminada enquanto um objetivo a ser alcançado – visto que as classes sociais não mais ocupariam o papel de localizações estruturais em um sistema objetivo – é reintroduzida como um elemento mítico que norteia a consciência do trabalhador. Para Laclau e Mouffe (1985/2015), Sorel se destaca como um autor de pensamento original dentre os teóricos da Segunda Internacional por compreender que a identidade dos agentes sociais não é passível a predeterminações e que toda “fixação mítica” concernente a tal identidade só se torna possível através de relações antagônicas, meio pelo qual se institui polos de reagregação, os “blocos”. No entanto, as considerações desse autor encontram um limite argumentativo semelhante ao que se mostra presente no discurso dos ortodoxos e dos revisionistas à medida que o resultado do processo de articulação entre distintas posições de sujeito é necessariamente a instituição de um sujeito de classe.

Pontua-se, portanto, que as formulações de Sorel em resposta à crise do marxismo frente à fragilidade de seus fundamentos deterministas nos levam a compreender uma impossibilidade de se conceber a luta entre classe operária e burguesia sem considerar as demais lutas particulares da heterogeneidade de posições de sujeito constituintes do social. Por consequência, a impossibilidade de conceber as classes sociais como posições determinadas pela estrutura. Conceber o social é, portanto, admitir a dispersão de lutas políticas, o pluralismo de posições de sujeito e compreender que, qualquer processo de reagregação da classe operária, só se dá a partir da articulação das diferenças heterogêneas constituintes do social mediada pela luta política. Logo, o processo de unificação de uma classe, no caso, de um “bloco”, assim como na resposta revisionista, para o sindicalismo revolucionário também se mostra dependente da articulação contingente de uma variedade de fatores.

A partir da discussão desenvolvida podemos entender que, frente à crise do marxismo, as três respostas elucidadas – ortodoxa, revisionista e sindicalista revolucionária – buscaram, cada uma a seu modo, recuperar a coerência argumentativa da teoria marxista.

A primeira resposta marxista buscou sustentar o poder explicativo da teoria assentada sobre a crença de que, em algum momento e de algum modo, frente a mediação do partido, as tendências à fragmentação seriam superadas por meio da instituição de uma consciência de classe e por meio de uma revolução que desconstruiria o sistema capitalista. Desse modo, a história da sociedade retornaria ao seu curso natural.

A segunda resposta buscou admitir a impossibilidade de prever como o sujeito da história se constituiria e que a reagregação do proletariado dependia da articulação da classe trabalhadora às demais lutas particulares e heterogeneidade de posições de sujeito, mediada pela ação do partido político. Como consequência do processo de articulação entre a classe trabalhadora e as demais lutas políticas, o proletariado seria reconhecido pelas outras lutas políticas como a classe dirigente, privilegiada da ação política.

A terceira resposta, por sua vez, aceitou a condição heterogênea e pluralista das lutas particulares e das distintas posições de sujeito que constituem o social, mas preservou a noção de que o resultado da reagregação mítica de um sujeito político seria obrigatoriamente um sujeito de classe.

Em virtude da análise que Laclau e Mouffe (1985/2015) empreendem das respostas à crise do marxismo elucidadas por Kautsky, Plekhanov, Bernstein e Sorel, somos conduzidos à compreensão de que são insustentáveis os argumentos de que haveria uma “necessidade histórica” que conduziria ao estabelecimento de uma “consciência de classe revolucionária”. No contexto da ascensão do capitalismo avançado e da fragmentação da classe trabalhadora em distintas posições de sujeito, a crença de que o sistema capitalista obrigatoriamente ruiria se tornou improvável. Os processos que conduzem a instituição de grupos e ao estabelecimento de demandas reivindicativas se mostraram abertos e sobredeterminados por contextos históricos, sociais, econômicos e por disputas políticas. Desse modo, a contingencialidade é a condição constitutiva de qualquer grupo, o que impossibilita o estabelecimento de toda e qualquer determinação *a priori* ou fundamento último da história (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Desse modo, temos então estabelecida uma primeira argumentação que nos permite conceber o social como uma objetividade precária. Para a teoria marxista clássica e para a ortodoxa, o social se tratava de um sistema de posições relacionais bem localizadas, em um sistema objetivo, estruturado e determinado historicamente. Para o revisionismo teórico e o sindicalismo revolucionário, mesmo havendo o reconhecimento de uma relativa indeterminação sobre como se constituiria o sujeito da luta política, tal sujeito ainda seria um sujeito de classe e sua constituição ainda seria determinada (lei do progresso do revisionismo;

mito da greve geral). Para Laclau e Mouffe (1985/2015), o social é uma objetividade precária em decorrência da contingencialidade que lhe perpassa.

Em termos analíticos, compreendemos, então, que a partir da demonstração dos limites das respostas da Segunda Internacional ao problema da fragmentação da classe operária, Laclau e Mouffe (1985/2015) salientam o elemento contingência como fundamental à compreensão do social. Nesta medida, o elemento “necessidade” assume na TDRP um sentido distinto em relação ao que possuía originalmente na cadeia marxista. Trataremos mais abaixo sobre esse novo sentido ao abordarmos a articulação entre contingência e antagonismo.

Ademais, consideramos importante demarcar que não há, por parte de Laclau e de Mouffe, um completo rompimento com o marxismo, sendo a TDRP, inclusive, nomeada por eles como uma teoria pós-marxista. Alguns elementos da teoria marxista são preservados, mas através de uma articulação conceitual alternativa antagônica a toda e qualquer noção essencialista e determinista de sujeito e da sociedade. No próximo capítulo, abordarmos o conceito de hegemonia, o qual, como veremos, foi desenvolvido por Laclau e Mouffe a partir do diálogo com a teoria marxista.

2.2 Contingência a partir da emergência do imaginário democrático

Segundo Laclau e Mouffe (1985/2015), as revoluções democráticas possibilitaram a construção de um imaginário social fundamentado no entendimento do social como destituído de um único centro de poder e, assim, marcado pela precariedade e pela contingência.

Para Laclau e Mouffe (1985/2015), o momento chave do início da revolução democrática pode ser localizado a partir da Revolução Francesa (1789-1799). Contexto político no qual foi construído o imaginário social do poder absoluto do povo a partir dos princípios de liberdade e igualdade entre os homens. Isso fez irromper um processo de expansão do campo político de lutas e de reivindicações populares.

Sobre isso, Costa (2014) nos diz que, para Laclau e Mouffe, a revolução democrática representou a emergência da indeterminação radical (contingencialidade) da sociedade, uma vez que fez do poder um “lugar vazio”, passível de ser antagonicamente disputado e ocupado por qualquer indivíduo da sociedade. O que, por sua vez, implicou o reconhecimento de um pluralismo de sujeitos políticos, de lutas e de demandas como constitutivamente legítimas da sociedade.

Sobre a compreensão do lugar do poder como lugar vazio, que fora teorizado por Claude Lefort¹¹, temos as seguintes considerações de Laclau e Mouffe (1985/2015):

Claude Lefort demonstrou como a “revolução democrática”, como um novo terreno que supõe uma profunda mutação ao nível simbólico, implica numa nova forma de instituição social. Em sociedades anteriores, organizadas de acordo com uma lógica teológico-política, o poder era incorporado a pessoa do príncipe, que era representante de Deus, quer dizer, da justiça soberana e da razão soberana. A sociedade era pensada como corpo, apoiando-se a hierarquia entre seus membros no princípio da ordem incondicional. De acordo com Lefort, a diferença radical que a sociedade democrática introduz é que o lugar do poder se torna um lugar vazio; a referência a um fiador transcendental desaparece, e com ela a representação da unidade substancial da sociedade. Em decorrência, ocorre uma cisão entre as instâncias do poder, do saber e da lei, e seus fundamentos não estão mais assegurados. Abre-se, assim, a possibilidade de interminável processo de questionamento: “... Nenhuma lei que se possa fixar, cujos ditames não estejam sujeitos a contestação, ou cujos fundamentos não possam ser postos em questão; em suma, nenhuma representação de um centro da sociedade: a unidade já não pode mais apagar a divisão. A democracia inaugura a experiência de uma sociedade que não pode ser aprendida ou controlada, na qual o povo será proclamado soberano, mas a sua identidade jamais estará definitivamente dada, e permanecerá latente” (p. 276).

A partir do que é posto acima, entende-se que, em virtude da ausência de um poder incontestável que ordene hierarquicamente a estrutura da sociedade, podemos conceber a condição indeterminada e precária do social. Visto que esse lugar do poder agora se encontra passível à contínuas disputas, as formas sedimentadas do social que possam vir a se estabelecer serão sempre estruturas ameaçadas, na dependência da contingencialidade das articulações políticas.

Destacamos ainda, segundo Laclau e Mouffe (1985/2015), que a afirmação do poder absoluto do povo fez da Revolução Francesa “a primeira experiência de democracia” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 238), enquanto um momento histórico particular se tornou universal. A construção do imaginário democrático, simbolizado pela Declaração dos Direitos do Homem, forneceu, segundo Laclau e Mouffe (1985/2015), as condições discursivas que possibilitaram que as lutas da classe proletária, durante o século XIX, bem como os “novos movimentos sociais” na Europa das décadas de 1970 e 1980 – movimentos

¹¹Laclau e Mouffe (1985/2015) recorrem a Lefort a partir do texto *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*, 1981.

feministas, negros, LGBTs e ambientalistas – reconhecessem os diversos modos de exploração presentes na sociedade como ilegítimos e antinaturais. Sobre isso, Laclau e Mouffe (1985/2015) pontuam que:

A partir da crítica da desigualdade política, efetua-se, através dos diferentes discursos socialistas, um deslocamento em direção à crítica da desigualdade econômica, que leva ao questionamento de outras formas de subordinação e à reivindicação de novos direitos. As demandas socialistas devem, portanto, ser vistas como um momento interno à revolução democrática, e somente inteligíveis em termos da lógica equivalencial que esta última estabelece. E os efeitos da irradiação se multiplicam em uma variedade crescente de direções. No caso do feminismo, tratava-se inicialmente de as mulheres terem acesso aos direitos políticos; depois à igualdade econômica, e, com o feminismo contemporâneo, a igualdade no domínio da sexualidade (p. 239).

Antes que possamos dar continuidade à discussão sobre a contingência, importa destacar que Laclau (2005/2013), diferente do que se observa em Laclau e Mouffe (1985/2015), ao se remeter à Lefort¹², problematiza a ideia do vazio como uma localização estrutural, afirmando-o como uma construção hegemônica. Trata-se de um tipo de identidade que, ao esvaziar o seu sentido particular – sem que este, contudo desapareça completamente –, funciona como um significante que nomeia a cadeia discursiva hegemônica ou contra hegemônica, representando todos os outros momentos da cadeia (significante vazio):

(...) para Lefort o *lugar* do poder nas democracias é vazio. Para mim a questão se coloca diferentemente: trata-se de produzir o vazio a partir da operação da lógica hegemônica. Para mim o vazio é um tipo de identidade, não uma localização estrutural. Se, como Lefort pensa – e concordo com ele neste ponto –, o marco simbólico de uma sociedade é o que sustenta certo regime, o lugar do poder não pode ser inteiramente vazio. Até mesmo a sociedade mais democrática teria limites simbólicos para determinar quem pode ocupar o lugar do poder. Entre a encarnação total e o vazio total existe uma gradação de situações que envolvem encarnações parciais. Estas são precisamente as formas assumidas pelas práticas hegemônicas (LACLAU, 2005/2013, p. 242).

Podemos considerar que esta resignificação da concepção de “vazio” é construída a partir da articulação de um novo elemento na cadeia TDRP, a noção de falta, proveniente da psicanálise lacaniana e ressaltada por Laclau no livro *Nuevas Reflexiones*, a ser trabalhada

¹² Laclau (2005/2013) recorre ao texto *The question of democracy*, in: *Democracy and political theory*, 1988.

no quarto capítulo. Ademais, demarca o caráter histórico de todo discurso, na medida em que este só pode ser construído através de articulações no interior de um marco simbólico.

2.3. Contingência a partir da sua relação com a noção de antagonismo

Até esse momento do texto, apresentamos: a) a contingência em termos da explicitação dos limites das argumentações de teóricos marxistas da Segunda Internacional, que tinham por objetivo recuperar a coerência argumentativa da teoria marxista; b) delimitamos que a revolução democrática inaugurou um imaginário social caracterizado pela contingência, apontando que a centralidade de um lugar de poder que institua e ordene a sociedade de modo inquestionável é algo que não se faz possível no campo do social. Além desses dois pontos, a contingência é apresentada por Laclau (1990/2000) a partir da sua relação com a noção de antagonismo. Salientamos que a compreensão de antagonismo será discutida no próximo capítulo, ao tratarmos da compreensão do político como dimensão desconstrutiva do campo da discursividade. Por ora, apenas é importante saber que, para Laclau (1990/2000), o antagonismo se configura em duas situações: a) construção de antagonismos sociais (politização de lócus particulares do social): diz respeito a um processo por meio do qual uma dada identidade diferencial/particular, mediante o impedimento de sua constituição frente a outra identidade, ao se articular a um discurso externo a esta relação que possibilite revelar a contingência dela (por exemplo, o discurso democrático), pode significá-la como opressiva, subvertendo a relação diferencial sedimentada ao demonstrar que ela se trata de uma relação entre objetividade e poder; b) construção de uma contra hegemonia (“povo”): um processo por meio do qual uma pluralidade de antagonismos sociais se articulam equivalencialmente mediante a identificação de um inimigo comum, constituindo, assim, uma fronteira que divide a sociedade em dois polos.

Em ambos os casos, o que buscamos sinalizar com o conceito de antagonismo é, por um lado, “que toda objetividade pressupõe necessariamente a repressão daquilo que seu estabelecimento exclui” (LACLAU, 1990/2000, p. 48, tradução nossa). Por outro lado, que:

o antagonismo tem uma função revelatória, já que através dele se revela o caráter em última instância contingente de toda objetividade. (...) se o antagonismo ameaça minha existência, ele mostra, no mais estrito sentido do termo, minha radical contingência. E aqui, como dissemos, a alternativa é clara: ou o antagonismo é a pura aparência de uma racionalidade mais profunda que se realiza através dele – e, nesse caso, é possível referir seus polos e seu resultado a condições necessárias de existência; ou, se a negatividade for radical, se o resultado da luta não for

determinado de antemão, nesse caso a contingência das identidades das duas forças antagônicas também é radical e as condições de existência de ambas devem ser contingentes. (p. 35-37, tradução nossa).

A partir do que está posto, Laclau (1990/2000) se alinha à compreensão da negatividade como radical, admitindo a contingencialidade do social. Assim, observamos novamente o distanciamento do autor em relação à categoria de necessidade histórica da tradição marxista, a qual serviria como uma racionalidade mais profunda que determina o lugar dos atores políticos na estrutura social; os papéis que devem desempenhar e quem será o vencedor da luta antagônica.

É importante destacar que, ao reconhecer a insuficiência da categoria de necessidade histórica, Laclau (1990/2000) não está definindo que o caráter contingente de toda objetividade implica na completa ausência de ordenamento da estrutura; caso contrário, teríamos, segundo Costa (2010), uma totalidade marcada pela pura indeterminação e, assim, pela impossibilidade de um discurso coerente. A contingência não diz respeito a uma negação frontal à necessidade, mas se trata de uma subversão desta, uma vez que, para o antagonismo mostrar a contingencialidade de uma identidade, há de se pressupor a afirmação desta identidade, ainda que ela seja precária e parcial (Costa, 2010). Segundo Laclau e Mouffe (1985/2015), afirmar uma contingência plena implicaria na ausência de qualquer referência a unidade do social, quando esta, apesar de impossível, se faz necessária enquanto construção de um horizonte, estabelecido a partir de relações equivalenciais entre uma multiplicidade de antagonismos.

Vejamos como, mediante a ausência da compreensão de necessidade histórica, a partir da qual os rumos da história poderiam ser pressupostos, Laclau (1990/2000) propõe a relação entre contingência e necessidade considerando a dimensão do antagonismo:

por um lado, [o antagonismo] “bloqueia” a plena constituição da identidade a qual se opõe – e, nesse sentido, *mostra* sua contingência –, mas, por outro lado, essa última identidade, como todas as identidades, é puramente diferencial e não serve apenas como o exterior que fica a margem da força que a antagoniza, essa força também faz parte das condições de existência dessa identidade. Segundo Saint-Just: “O que constitui a unidade da República é a destruição total daqueles que se opõem a ela”. Essa relação entre impedimento e afirmação simultânea de uma identidade é o que chamamos “contingência” e introduz um elemento de indecidibilidade radical na estrutura de toda objetividade (p. 38, tradução nossa).

Deste modo, se a partir do paradigma marxista temos o ordenamento do social pressuposto pela noção de necessidade histórica, com Laclau (1990/2000) a objetividade do social se estabelece contingencialmente, na dependência de uma configuração conflitiva entre identidades que se antagonizam a fim de fixar os sentidos que ordenarão o social. Nessa medida, mediante a presença do elemento contingência, a noção de necessidade perde o seu caráter determinista e passa a ser significada na cadeia TDRP não como antagonica à contingência e sim como afirmação de uma objetividade que será sempre precária, pois parcial e ameaçada pela dimensão do político.

O social é articulação, na medida em que a “sociedade” é impossível. Anteriormente dissemos que, para o social, a necessidade só existe como um esforço parcial para limitar a contingência. Isto implica que as relações entre “necessidade” e “contingência” não podem ser concebidas como relações entre duas áreas delimitadas e externas uma à outra porque o contingente só existe no necessário. Esta presença do contingente no necessário é o que anteriormente chamamos de *subversão*, e se manifesta como simbolização, metaforização, paradoxo, os quais deformam e questionam o caráter literal de toda necessidade. A necessidade, portanto, não existe sob a forma de um princípio subjacente, de um fundamento, mas como esforço de literalização, que fixa as diferenças de um sistema relacional. A necessidade do social é a necessidade própria às identidades puramente relacionais, não é uma ‘necessidade natural’ ou a necessidade de um juízo analítico. ‘Necessidade’, neste sentido, é simplesmente equivalente a ‘sistema de posições diferenciais num espaço suturado’. (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 188-189).

De modo similar ao *Nuevas reflexiones* e ao *Hegemonia*, a contingência aparece em *A razão populista* como condição de possibilidade de abertura do social; no entanto, não é tomada como locus de análise, mas assumida como pressuposto nos processos de articulação discursiva.

Considerando os pontos apresentados, discorreremos na próxima sessão do texto sobre a dimensão do discurso enquanto outro conceito fundamental para a concepção do social como uma objetividade precária, em virtude de ser resultante de processos de significação sempre passíveis a reordenamentos. Isso nos conduzirá a radicalizar a compreensão da ausência de qualquer fundamento que ordene o social, o qual é constituído a partir de articulações contingentes e disputas discursivas. Disputas essas que nos conduzirão, posteriormente, à discussão do terceiro capítulo da presente dissertação, em que

trataremos da dimensão do político como dimensão conflitiva e desconstrutiva do campo da discursividade.

2.4 Social como objetividade precária a partir da noção de discurso

Laclau, ao decorrer da sua obra, recorre à compreensão de discurso para se localizar, ontologicamente, de modo crítico a qualquer noção de fundamento último (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 1990/2000; LACLAU, 2005/2013). Opondo-se radicalmente a qualquer tipo de essencialismo – como o determinismo economicista do marxismo –, o autor constrói sua noção de discurso a partir das contribuições teóricas do pós-fundacionalismo de Heidegger¹³, da desconstrução pós-estruturalista de Derrida¹⁴, da noção de jogos de linguagem de Wittgenstein¹⁵ e da noção de ponto nodal de Lacan¹⁶ (MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016).

É importante salientar que, de modo similar ao elemento contingência, o elemento discurso é formulado a partir da articulação sobredeterminada de uma pluralidade de elementos advindos de cadeias discursivas distintas. Dito isso, discorreremos sobre como as noções de fundamento ausente e de estrutura descentrada constituem para Laclau o núcleo duro da noção de discurso enquanto um sistema de relações simbólicas diferenciais que significam o mundo. E, logo em seguida, conceituaremos a noção de discurso enquanto um sistema significativo de práticas discursivas a partir das contribuições de Wittgenstein.

Laclau e Mouffe (1985/2015) delimitam, em *Hegemonia*, que, em termos teóricos, a afirmação da facticidade e historicidade do ser em Heidegger é uma questão importante nos debates teóricos que propõem. Delimitam também que, assim como Heidegger, Wittgenstein e Derrida, concebem o caráter necessariamente discursivo de todo objeto e a impossibilidade de qualquer discurso estabelecer uma sutura¹⁷ última sobre a realidade, um fundamento que faça da estrutura de relações simbólicas uma totalidade apreensível.

¹³ Laclau e Mouffe (1985) não informam qual referência tomam no que diz respeito ao uso que fazem de Heidegger;

¹⁴ Laclau e Mouffe (1985) a Derrida recorrem a derrida a partir do texto *Writing and difference*, Londres, 1978.

¹⁵ Laclau e Mouffe (1985) recorrem a Wittgenstein a partir do texto *Philosophical investigations*, Oxford, 1983

¹⁶ É importante destacar que a noção de ponto nodal como constituinte da compreensão de discurso não será abordada no presente tópico. Aqui, abordaremos o aspecto descentrado e precário das articulações que constituem uma formação discursiva. O ponto nodal, enquanto possibilidade de produção de um centro que unifique e ordene uma formação discursiva será abordado no capítulo três, ao tratarmos da compreensão de hegemonia, e posteriormente no capítulo quatro, quando nos ocuparemos especificamente dos conceitos psicanalíticos em suas articulações com os demais elementos constituintes da cadeia TDRP.

¹⁷ Sutura é um conceito psicanalítico, assim como ponto nodal, será discutido no capítulo quatro.

Mendonça, Linhares e Barros (2016) salientam que a argumentação de Heidegger em favor da impossibilidade de um fundamento último influenciou o pensamento de Derrida (e também de Laclau):

Difícilmente poderíamos falar na desconstrução operada por Jacques Derrida sem considerarmos a *Destruktion* da metafísica de Heidegger. Assim, pensar mais amiúde acerca do pós-estruturalismo francês não requer somente conhecermos suas origens no estruturalismo, primeiramente linguístico desde Saussure (2006), passando Claude Lévi-Strauss (2012), mas também é preciso levarmos em consideração que o pós-estruturalismo - que é a própria desconstrução do estruturalismo - somente foi possível pela fundamental influência que Heidegger exerceu sobre o pensamento de Jacques Derrida (e de outros) (MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016, p. 168).

A discussão sobre a noção de fundamento em Heidegger diz respeito, segundo o que apontam Mendonça, Linhares e Barros (2016), à “destruição” que o filósofo alemão faz operar da “entificação do ser”. “Destruição” é tida por Heidegger como o processo por meio do qual se faz possível desconstruir as incompreensões sobre os sentidos de conceitos socialmente sedimentados e “entificação do ser” diz respeito ao processo de atribuir ao ser uma essência. Sobre as compreensões de “ser” e de “ente”, Barreto (2008) nos diz que:

Para Heidegger, a questão do ser e do ente não são iguais. A determinação do ente (entendido como tudo aquilo que é) não pode ser aplicada ao ser visto que o ser é anterior a qualquer determinação. Sendo assim, é a partir do ser que o ente ganha a sua possibilidade de determinação. (...) não podemos pretender dizer o ser é, ou seja, não podemos substancializá-lo, pois quando o fazemos nos detemos na sua determinação. Segundo Heidegger, “Ser é sempre ser de um ente” (HEIDEGGER, 1927, p.44) e, portanto, só teremos acesso ao ser a partir dos entes em sua determinação. Desta forma, a compreensão do sentido [fundamento] do ser se dará a partir da análise de um determinado ente (p. 1).

Ou seja, tudo que existe pode ser nomeado como “ente”, e o ser desses entes só podem ser apreendidos por suas existências, pelo lugar que ocupam e função que desempenham no mundo. Dito isso e retornando a Mendonça, Linhares e Barros (2016), o que Heidegger defende é que os estudos ontológicos do ser nunca chegaram a refletir sobre o ser propriamente, mas, ao contrário, o entificaram, atribuíram ao ser características de entes (essência, substância, razão, identidade etc.). Contrário a isso, a ontologia de Heidegger:

por um lado, visa destruir essa entificação histórica do ser e, por outro lado, dar lugar a um pensamento que não encontre uma identidade (que não existe) no ser, mas que

reflita sobre ele sem incorrer novamente em sua entificação. Assim, para Heidegger, o ser é fundamentalmente sem essência, sem substância. O ser não é o homem, mas o homem está “inserido no ser” (2006, p. 44). Dessa forma, ser e homem (ente) são distintos e separados, tal como a dimensão ontológica é em relação à ôntica. A única essência possível do ser é a sua própria existência. O fundamento do ser é não ter qualquer fundamento ou o abismo (Abgrund) é o fundamento do ser (MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016, p. 171).

Dito isso, Mendonça, Linhares e Barros (2016) nos conduzem à compreensão de que para Heidegger nossa existência não tem nenhuma base/fundamento senão ela mesma. Isso implica compreender que o único fundamento possível é o próprio não fundamento, ou seja, uma falta constitutiva. É nesse sentido que temos a historicidade e facticidade do ser pela qual Laclau e Mouffe (1985/2015) se interessam; as identidades discursivas, enquanto entes, existem a partir das suas condições de possibilidade/existência no interior de um sistema de relações diferenciais e são representações de um ser que, em si, não possui essência/fundamento.

Sobre isso, Laclau (1990/2000) junto à Chantal Mouffe, no texto *Pós-marxismo sem pedido de desculpas*, respondem a críticas de Norman Geras à compreensão de discurso apresentada em *Hegemonia*. Os autores consideram se tratar de colocações equivocadas. Para Geras, compreender que todo objeto é constituído como objeto de discurso, que todos os objetos “recebem” seu ser ou são o que são, graças ao discurso, equivaleria a dizer que não existe objetividade ou realidade pré-discursiva. Nesse sentido, os objetos sobre os quais não se fala, não se escreve ou não se pensa, não existiriam (LACLAU, 1990/2000).

Laclau e Mouffe compreendem que Geras incorre em uma confusão elementar entre o ser de um objeto – que a partir da tradição de pensamento heideggeriana não possui essência positivada, mas é apenas um abismo/“abgrund” e, por isso, tem como possibilidade de expressão suas condições de possibilidade de existência, os entes, logo, expressa-se de forma histórica e mutável –, e a entidade (ente), a materialidade desse objeto, que, se não fosse significativa/apreendida no interior de uma formação discursiva, não seria histórica e mutável. Sobre isso, Laclau e Mouffe pontuam:

Agora, em nossa troca com o mundo, os objetos nunca nos são dados como entidades meramente existenciais, eles sempre nos são dados dentro de articulações discursivas. A madeira será matéria-prima ou parte de um produto manufaturado ou objeto de contemplação em uma floresta ou obstáculo que nos impede de avançar; a montanha será proteção contra um ataque inimigo ou local de uma excursão ou fonte para a extração de minerais, etc. A montanha não seria nenhuma dessas coisas se eu

não estivesse aqui; mas isso não significa que a montanha não exista. É porque ela existe que pode ser todas essas coisas; mas nenhum deles se segue necessariamente de sua mera existência. E como membro de uma certa comunidade, nunca encontrarei o objeto em sua existência - tal noção é uma mera abstração; essa existência será sempre, pelo contrário, articulada dentro de totalidades discursivas (LACLAU; MOUFFE, 1990/2000, p. 118).

Entendemos, então, a partir da compreensão heideggeriana quanto à existência de algo não apresentar nenhuma base/fundamento senão ela mesma, que o que Laclau e Mouffe propõem em resposta a Geras é justamente isso: a montanha em sua materialidade, destituída de sentidos, é um ser no mundo, ela existe. Ao passo que lhe é atribuída um sentido, passa a ser um ente.

Segundo Mendonça, Linhares e Barros (2016), a compreensão heideggeriana de que a substância ou essência dos entes é existir foi crucial para o desenvolvimento do pós-estruturalismo, corrente de pensamento que diz respeito a um momento de desconstrução do estruturalismo, dos fundamentos que estruturam a estrutura. É a partir dessa lógica e crítica ao estruturalismo que Derrida desenvolveu suas teorizações. Nos termos de Mendonça e Rodrigues (2014):

Os estruturalistas tinham a pretensão de encontrar regras que governassem invariavelmente a estrutura. Derrida chamará tais regras “invariáveis”, tais “verdades” ou “fundamentos” de “centro”. É justamente o “centro” que será o alvo de leitura desconstrucionista do autor. Tanto é que, conforme menciona Merquior (1991, p. 231), Derrida vai dizer que “o pecado imperdoável [do estruturalismo] (...) não é tanto a busca da estrutura, mas a ilusão de que a estrutura tenha um centro” (p. 40).

Dito isso, segundo Mendonça e Rodrigues (2014), para Derrida, de modo distinto ao que defendem os estruturalistas, uma estrutura de significação não possui qualquer significado último, não há sentido (significante, nos termos de Laclau) que a suture. Por esta razão, o campo e jogo de produção de sentidos é ilimitado. Dito de outro modo, a estrutura é descentrada na medida em que se reconhece a inexistência de toda referência a um centro, a uma referência privilegiada, a uma origem. A partir dessas colocações, destacamos que o modo como Laclau e Mouffe (1985/2015) compreendem a categoria discurso, enquanto uma estrutura diferencial simbólica, se encontra de acordo com o que propõe Derrida, além de reconhecer as contribuições de Heidegger e Wittgenstein. Segundo os autores:

Nesse ponto, nossa análise se alinha a várias correntes de pensamento contemporâneas que - de Heidegger a Wittgenstein - tem insistido quanto à impossibilidade de uma fixação de significados em última instância. Derrida, por exemplo, começa com uma ruptura radical na história do conceito de estrutura, que ocorre no momento em que o centro - o significado transcendental em suas múltiplas formas (...) é abandonado, e com ele a possibilidade de se fixar um sentido subjacente ao fluxo das diferenças. Nesse ponto, Derrida generaliza o conceito de discurso num sentido que coincide com o nosso (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 186).

Apresentado o modo como as contribuições teóricas de Heidegger e de Derrida participam da formulação do que Laclau compreende como discurso ou formação discursiva, agora discorreremos sobre as contribuições de Wittgenstein. Segundo o que considera Laclau (1990/2000), assim como Saussure, Wittgenstein rompeu com o que pode ser chamado de teoria referencial do sentido - isto é, a ideia de que a linguagem é uma estrutura de correspondência direta entre palavras e objetos, como se cada palavra representasse a um objeto, nos termos de Heidegger, a um ente no mundo.

Ambos os autores, Saussure e Wittgenstein, mostram que a linguagem não se trata de um sistema de representação que reflete a essência dos objetos no mundo. Ela diz respeito a um sistema de relações diferenciais arbitrárias: a palavra “pai”, por exemplo, só adquire significado em razão das palavras “mãe”, “filho” e demais palavras designadas para nomear o sistema de relações. A totalidade da linguagem é, portanto, um sistema de diferenças em que a identidade dos elementos é puramente relacional e, mais que isso, negativa. Ser pai implica em ocupar uma posição negativa, é não ser mãe, não ser filho, não ser filha (LACLAU, 1990/2000; MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

Nesse ponto, é importante salientar que Laclau e Mouffe (1985/2015) concordam com Saussure quanto à linguagem ser um sistema de relações diferenciais arbitrárias em que os sentidos dos elementos se estabelecem relacionalmente e de forma negativa. No entanto, em Saussure trata-se de uma estrutura positivada, suturada na medida que ela é ordenada mediante a incidência de leis estruturantes, leis gerais da linguagem em Saussure. Já em Laclau, a estrutura trata-se de uma estrutura aberta, visto não haver fundamento que atribua qualquer valor necessário aos elementos, bem como não haver centro ou lei geral que a ordene (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

Retomando à questão da totalidade relacional da linguagem, vale ressaltar que esse caráter relacional e diferencial não é exclusivo das identidades linguísticas, é também característico do social, do campo da discursividade (LACLAU, 1990/2000). Nos termos de Laclau (2005/2013):

Saussure afirma que não existem termos positivos na linguagem, mas unicamente diferenças – uma coisa é o que é somente por meio de suas relações diferenciais com outra coisa. E aquilo que é verdadeiro em relação à linguagem concebida em *estrito senso* é também verdadeiro em relação a qualquer elemento significativo (isto é, objetivo): uma ação é aquilo que é somente através de sua diferença relativa a outras ações possíveis e a outros elementos - palavras ou ações - que podem ser sucessivos ou simultâneos (p.116).

A influência de Wittgenstein na TDRP se mostra presente na compreensão de discurso, mais especificamente, à medida que Laclau e Mouffe (1985/2015) recorrem à compreensão de jogos de linguagem proposta pelo autor. A partir dessa referência, Laclau e Mouffe (1985/2013) compreendem que discurso ou formação discursiva diz respeito a um sistema de relações diferenciais que comporta elementos linguísticos (fala e escrita) e elementos não linguísticos (ações/práticas discursivas e a realidade material) que se entrelaçam e conferem sentidos ao mundo e às relações que nele se estabelecem. Referente aos elementos não linguísticos, estes são elementos discursivos tanto quanto a fala e a escrita porque seus significados só são determinados e inequívocos em virtude do sistema de relações diferenciais em que se encontram inseridos (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 2005/2013).

Sobre a relação entre elementos linguísticos e não linguísticos, Laclau (1990/2000) diz que numa situação em que dois pedreiros estão construindo uma parede, o ato de um dos homens pedir ao seu parceiro que lhe passe um tijolo para que seja posto na parede se configura em duas dimensões. O primeiro ato – pedir o tijolo – é linguístico; o segundo – colocar o tijolo na parede – é não linguístico, e ambos são parte de uma operação total que é a construção da parede (LACLAU, 1990/2000).

A determinação de um sistema de relações em termos de elementos linguísticos e não linguísticos serve a Laclau e Mouffe (1985/2015) para delimitar que toda configuração social é uma configuração significativa. Um terremoto é significado como um fenômeno natural ou como a expressão da ira divina a depender da estruturação de um determinado campo discursivo/formação discursiva vigente. Isso implica que a realidade é discursivamente construída (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 1990/2000; LACLAU, 2005/2013).

Para concluirmos a discussão sobre a compreensão de discurso, destacamos que, para Laclau e Mouffe (1985/2015), há uma lógica de sobredeterminação simbólica no campo da discursividade, a qual implica no transbordamento de sentidos, na sobreposição de alguns

significantes por outros (condensação freudiana/metaforização lacaniana). Dito isso, destacamos haver um reordenamento na compreensão do elemento discurso no pensamento de Laclau, ao contrapormos a compreensão do excesso/sobredeterminação de sentidos do social presente e privilegiada em Laclau e Mouffe (1985/2015) à compreensão de estrutura descentrada e faltante que passa a ser radicalizada em Laclau (1990/2000) com a noção de deslocamento.

O reordenamento do elemento discurso ocorreu na passagem do *Hegemonia* para o *Nuevas reflexiones*. Isso em virtude das considerações de Slavoj Žižek (1990/2000), que – ao discorrer sobre a compreensão de antagonismo em Laclau e Mouffe (1985/2015) enquanto o limite do social – enfatiza que a estrutura do discurso, para além e apesar do excesso de significantes, é faltante. Há uma falta (significante), uma impossibilidade constitutiva de que qualquer totalização identitária seja alcançada. Destacamos que essas discussões sobre os elementos sobredeterminação simbólica, que implica em um excesso de sentidos concernentes ao campo da discursividade, e falta – de um significante último que suture o discurso – serão desenvolvidas no capítulo de análise sobre a articulação da psicanálise às demais correntes de pensamento constituintes da TDRP.

É importante ainda destacar que, em *A Razão Populista*, Laclau discorre sobre a noção de afeto como participante no processo de constituição de formações discursivas. Assim, é formulado que discurso não se resume a uma estrutura de significação constituída por elementos linguísticos e não linguísticos, mas é também investida por afeto (LACLAU, 2005/2013). Nesse sentido, o elemento discurso sofre um segundo reordenamento em virtude da inserção da dimensão positiva do real lacaniano, o gozo/afeto, na cadeia TDRP.

Retornaremos à noção de afeto no capítulo de análise sobre as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP (quarto capítulo). Agora, finalizemos a discussão que tem sido desenvolvida ao decorrer do presente capítulo.

Após as considerações elucidadas sobre a noção de formação discursiva em Laclau, chegamos à compreensão de que, assim como a contingência, discurso possibilita ao autor formular sua compreensão de social enquanto uma objetividade precária. Tal qual a estrutura da linguagem em Wittgenstein ou a própria compreensão de estrutura em Derrida, em Laclau o social é entendido como um sistema de relações diferenciais que se estabelece entre elementos articulados de modo contingente, não havendo nenhuma determinação *a priori* ou fundamento último que prediga a forma como se dará sua sedimentação.

Não havendo um *a priori* que determine e garanta as articulações do sistema, a constituição da objetividade social, ainda que necessária para o estabelecimento de uma

ordem social, só pode se instituir de maneira contingente e como uma objetividade precária. No próximo capítulo, discorreremos sobre a dimensão do político enquanto desconstrução das estruturas sociais sedimentadas que implica, por outro lado, na sedimentação de novas formações discursivas.

Capítulo 3

Antagonismo e hegemonia: a primazia do político sobre o social

Como temos discutido até então, Laclau e Mouffe (1985/2015), situados no terreno de reflexões pós fundacionalista e pós estruturalista, se opõem a qualquer noção de fundamento último, sentido último ou essência que seja intrínseco ao mundo, aos objetos, aos sujeitos e às relações sociais. Dito isso, uma vez que não há nenhuma lei que predetermine o modo como a sociedade, sujeitos e grupos se constituem, concebem que qualquer objetividade é construída discursivamente, de maneira contingente, e será sempre precária.

Em convergência com esta compreensão, segundo a TDRP, há uma primazia do político sobre o social, (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 2015/2013). Esta compreensão é construída à medida que trazemos à cena o princípio de diferenciação do signo saussuriano – que, na linguagem, no campo do discurso, as identidades se estabelecem via relação de diferenciação com outras identidades – articulado às noções de hegemonia e de antagonismo: as identidades são identidades em disputa.

Isso posto, os modos de organização social são alternativas que se sedimentaram na disputa com outros modelos possíveis de ordenação do social. Conceber que em relação à ordem social vigente subjazem outras possibilidades de ordenação nos leva a compreender que, no processo de sedimentação, se encontra em jogo uma lógica de poder (de exclusão e invisibilidade das alternativas não hegemônicas). Essa lógica de ordenamento do social é denominada por Laclau e Mouffe (1985/2015) como hegemonia. O momento de *reativação*, isto é, de visibilidade da contingencialidade e do ato de poder que caracteriza a ordem sedimentada através do estabelecimento de uma fronteira política entre esta ordem e aqueles

que são impedidos de existir nela (nós x eles) é o momento do antagonismo, o qual é o elemento definidor do político. (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Mediante as considerações acima, no presente capítulo discorreremos sobre a compreensão do político enquanto a dimensão conflitiva e desconstrutiva da ordem sedimentada, defendendo a tese de que o antagonismo é o elemento definidor do político e, ao mesmo tempo, ontologicamente a condição de possibilidade do social, na medida em que a sedimentação do social é sempre hegemônica. Como afirmam Laclau e Mouffe (1985/2015):

O antagonismo, longe de ser uma relação objetiva, é uma relação no qual se *mostram* os limites de toda objetividade – no sentido que Wittgenstein costuma dizer que o que não pode ser *dito* pode ser *mostrado*. Mas se, como demonstramos, o social só existe como esforço parcial de construção da sociedade – ou seja, um sistema de diferenças objetivo e fechado –, o antagonismo, como testemunha da impossibilidade de uma sutura final, é a ‘experiência’ do limite do social. Rigorosamente falando, os antagonismos não são *internos*, mas *externos* à sociedade; ou melhor, eles constituem os limites da sociedade, a impossibilidade última desta última se constituir plenamente (p. 202-203).

A discussão sobre a dimensão do político seguirá o seguinte caminho: a) primeiro apresentaremos a construção da noção de antagonismo, considerando as diferenciações entre as noções de “oposição real” e “contradição lógica”. Discorreremos também sobre o processo por meio do qual relações de subordinação são subvertidas e significadas como relações de opressão, o lócus de antagonismos sociais/lutas particulares, as quais são passíveis de se tornarem lutas hegemônicas que dividem o social radicalmente em dois polos dicotômicos: hegemonia e povo; b) apresentaremos o processo de construção da noção de hegemonia a partir do contexto da social democracia russa, passando pelas formulações de Lenin, Gramsci até chegar à formulação de hegemonia proposta por Laclau, uma formação discursiva em antagonismo a formulações discursivas que se pretendem ordenantes do campo da discursividade.

Nesse momento de delimitação da noção de hegemonia em Laclau, mostraremos o reordenamento concernente à compreensão de hegemonia decorrente da articulação da noção de falta lacaniana no bojo da TDRP. Desse modo, para a delimitação da noção de hegemonia em Laclau, serão consideradas as noções de lógica da diferença e lógica da equivalência e a argumentação será desenvolvida em torno da noção de ponto nodal; logo, de excesso de sentidos do campo da discursividade. Mediante a inserção da noção de falta, delimitaremos

como a compreensão de hegemonia passa a ser estruturada em torno da noção de significante vazio, noção em decorrência da qual Laclau introduz as compreensões de significante flutuante e de heterogeneidade a fim de exponenciar a noção do caráter precário e transitório da hegemonia.

Por meio do desenvolvimento de tal discussão, defenderemos a tese proposta acima, apresentando as noções de antagonismo e hegemonia enquanto momentos principais da cadeia TDRP. Alcançaremos com a conclusão deste capítulo, o primeiro objetivo da pesquisa: compreender os principais conceitos da TDRP, considerando as diferentes influências teóricas de Laclau.

3.1 Antagonismo: conceituação a partir da diferenciação entre as noções de oposição real e contradição lógica e a partir da subversão de relações de subordinação

Com a discussão desenvolvida no capítulo anterior sobre as três respostas de teóricos marxistas da Segunda Internacional às tendências à fragmentação da classe proletária, apreendemos com Laclau e Mouffe (1985/2015) que, progressivamente, se passa a reconhecer a autonomia do político em relação à economia, ainda que os teóricos marxistas tenham continuado a buscar a unidade de classe. No tocante à busca por tal unidade, Laclau e Mouffe (1985/2015, p. 98) questionam: “Por que este sujeito político ou miticamente reconstituído teria que ser um sujeito de *classe*?”. Em resposta, os autores entendem que o campo da política, único terreno em que um sujeito político pode ser construído, é incapaz de garantir convincentemente o caráter classista deste sujeito.

Frente a tal compreensão, Laclau e Mouffe (1985/2015) vão especificar o que entendem por antagonismo a partir das considerações de Lúcio Colletti¹⁸ sobre dois conceitos – “oposição real” e “contradição lógica” –, o que nos desvelará a impossibilidade de predição de que o sujeito político seja obrigatoriamente um sujeito de classe. Sigamos, então, a argumentação que conduz à compreensão de antagonismo:

Os antagonismos têm sido vastamente estudados na literatura histórica e sociológica. Do marxismo às várias formas de teoria do conflito, toda uma gama de explicações tem sido dada de como e porque os antagonismos emergem na sociedade. Esta diversidade teórica, entretanto, exhibe uma característica comum: a discussão tem se centrado quase que exclusivamente na descrição dos antagonismos e de suas causas originais. Apenas raramente se tem feito um esforço para solucionar o núcleo de

¹⁸ Laclau e Mouffe (1985/2015) recorrem a Colletti a partir dos textos *Marxism and the dialectic* (1975), e *Tramonto dell' ideologia* (1980).

nosso problema: o que é uma relação antagonística? Que tipo de relação entre objetos ela pressupõe? Começamos com uma das poucas discussões que tem abordado esta questão, a saber, a discussão iniciada pela análise de Lúcio Colletti da especificidade dos antagonismos sociais, e das pretensões de que as categorias “oposição real” e “contradição” permitam explicar esta especificidade (p. 198-199).

Laclau e Mouffe (1985/2015) nos dizem que Colletti parte da distinção kantiana entre “oposição real” e “contradição lógica”. Segundo os autores, oposição coincide com o princípio da contrariedade e responde à fórmula “A-B”, em que cada termo tem sua própria positividade, independentemente de sua relação com o outro. A oposição real ocorre, segundo os autores, no terreno dos objetos reais, os quais não exaurem suas identidades pela oposição a outros objetos. A título de exemplificação, a colisão entre dois carros é uma oposição real, não havendo nada de antagônico em tal fato, trata-se de um fato material que obedece a leis físicas positivas (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Ao aplicar a compreensão de oposição ao campo das relações sociais, Laclau e Mouffe (1985/2015) entendem que o equivalente seria dizer que o que é antagônico na luta de classes “é o ato físico pelo qual um policial atinge um militante operário ou os gritos de um grupo no parlamento que impede um membro de um setor da oposição de falar” (p. 200). Laclau e Mouffe (1985/2015) desconsideram tal exemplo como sendo uma situação de antagonismo e explicitam que oposição se trata de um conceito concernente a questões do mundo físico e que o exemplo que expuseram tratar-se-ia de uma metaforização estendida ao mundo social.

Referente à compreensão de contradição, Laclau e Mouffe (1985/2015) entendem que ela responde à fórmula “A–não–A”, em que a relação de um termo com o outro esgota a realidade de ambos. Segundo os autores, a contradição ocorre no terreno da proposição, sendo apenas possível entrar em contradição num nível lógico-conceitual. Por exemplo, as contradições argumentativas existentes em meio a crenças religiosas e formulações científicas. Laclau e Mouffe (1985/2015) expõem que “todos nós participamos de uma série de sistemas de crenças mutuamente contraditórios e, no entanto, nenhum antagonismo emerge dessas contradições” (p. 201).

Após a delimitação que expõem das noções de oposição real e de contradição, Laclau e Mouffe (1985/2015) se questionam sobre a impossibilidade dessas duas categorias assimilarem o que de fato é um antagonismo. Para os autores, na medida em que ambos os conceitos se referem a relações objetivas, entre objetos reais, no caso da oposição, e entre objetos conceituais, no caso da contradição, nesses dois casos estamos lidando com

identidades plenas. O antagonismo, por sua vez, trata-se de uma relação entre identidades negativas.

Para que apreendamos a diferenciação entre oposição real, contradição e antagonismo, temos que entender que esses três tipos de relação acontecem em planos distintos da realidade. A oposição real ocorre no plano físico material; por isso, o exemplo dos carros que se chocam numa batida e, por consequência, temos a inércia de ambos. Trata-se de uma relação entre objetos que têm suas identidades positivadas. No plano físico material, um carro não depende da sua relação com outro objeto para ter sua materialidade confirmada. É um fato: o carro existe.

No caso da contradição lógica, ela ocorre no plano conceitual e diz respeito aos sistemas de crenças a partir dos quais atribuímos sentidos ao mundo. Nesse sentido, por exemplo, o discurso religioso e o discurso científico são sistemas de crenças que explicam a realidade a partir de lógicas argumentativas distintas e contraditórias, mas isso não implica na invalidade de um dos sistemas de crenças ou de ambas. O discurso religioso e o discurso científico possuem suas identidades positivadas independente de se negarem mutuamente.

Já no caso de uma relação antagônica, ela ocorre no plano das relações sociais entendidas a partir de uma perspectiva discursiva. Para que possamos entender o antagonismo como propõem Laclau e Mouffe (1985/2015), temos que recordar o pressuposto relacional saussuriano segundo o qual no campo da linguagem, do discurso, nos termos de Laclau e Mouffe (1985/2015), não existe positividade. A identidade dos objetos se dá de modo relacional e negativo: a identidade do que é ser mãe, no interior de um sistema discursivo, se estabelece a partir da sua relação com outras identidades, também constituídas discursiva e relacionalmente, filho, pai, marido. E ser mãe implica em não ser pai, em não ser filho, em não ser homem. Dito isso, na medida em que, num certo sistema de relações diferenciais, uma identidade relacional impede que uma outra identidade se afirme enquanto tal, temos uma relação antagônica.

É importante destacar que o impedimento de plena constituição de uma identidade perante a outra não é a única condição necessária para que haja antagonismo, se faz necessário que a identidade negada reconheça como opressiva, como injusta a relação na qual se encontra mediante sua identificação com um discurso externo à relação. Sobre o modo como se dá tal processo, trataremos à diante; por ora, centremo-nos na primeira condição necessária para que haja antagonismo: o impedimento de plena constituição de uma identidade perante a outra.

O exemplo que Laclau e Mouffe (1985/2015) nos dão para retratar o antagonismo é a situação em que um camponês, ao ser expulso por um proprietário de terras do local em que mora e trabalha, tem sua identidade enquanto camponês negada:

No caso da contradição é porque A é *totalmente* A que ser não A é uma contradição – e, portanto, uma impossibilidade. No caso da oposição real, também é porque A é plenamente A que sua relação com B produz um efeito objetivamente determinável. Entretanto, no caso do antagonismo, deparamos com uma situação diferente: a presença do “Outro” me impede de ser plenamente eu mesmo. A relação advém não de totalidades plenas, mas da impossibilidade de sua constituição. A presença do Outro não é uma impossibilidade lógica: ela existe, logo, não é uma contradição. Tampouco aquela é subsumida como momento diferencial positivo numa cadeia causal, pois neste caso a relação seria dada pelo que cada força é, e não haveria negação deste ente. (É porque uma força física *é* uma força física que uma outra força idêntica e contrária leva à inércia; em contraste, é porque um camponês *não pode ser* um camponês, que existe um antagonismo com o proprietário que o expulsa de suas terras.) Na medida em que há antagonismo, eu não posso ser uma presença plena para mim mesmo. Nem a força que antagoniza comigo é tal presença: seu ser objetivo é um símbolo do meu não-ser e, desta maneira, é excedido por uma pluralidade de sentidos que impedem que ele se fixe como uma positividade plena (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 202).

Como dito, de modo distinto da contradição lógica e da oposição real, que se trata de relações entre identidades positivas, plenas, o antagonismo trata de um tipo de relação entre identidades negativas, entre identidades que se constituem a partir de relações diferenciais, não existindo nenhuma positividade que as defina. Sobre a citação acima, um ponto que deve ser destacado é que a noção de antagonismo implica compreender o momento em que o caráter diferencial/particular das identidades no interior de um sistema discursivo é subvertido e elas se tornam identidades políticas.

A situação em que o proprietário de terras expulsa o camponês, em que o impossibilita de existir como tal (camponês), não necessariamente produz uma relação antagonica. Como mencionamos, essa é apenas uma das condições necessárias para que haja antagonismo. A expulsão pode ser naturalizada a partir de uma significação que não ponha em xeque o sistema de relações sedimentado. Por exemplo, o camponês, a pessoa que teria nascido para obedecer, em vigência da ordem do proprietário, daquele que teria nascido para mandar, desocupa as terras em que trabalhava apenas reproduzindo a relação de obediência. O antagonismo somente emergirá, como mencionado, se sob a negação de sua identidade, o

sujeito articular tal negação com um discurso que possibilite a ele definir a identidade negada como um direito (segunda condição para haver antagonismo), tomando o outro (o que negou) como um inimigo a ser superado para que ele possa alcançar tal direito e, consequentemente, afirmar sua identidade.

À medida que concebem o social enquanto um sistema de relações diferenciais, um sistema simbólico marcado por um excesso de significantes e que, mediante esse excesso, configura-se como uma estrutura fraturada, impossível de alcançar uma significação última, o antagonismo é, para Laclau e Mouffe (1990/2015), o limite da objetividade do social. Dizem-nos os autores:

A impossibilidade de fechamento (isto é, a impossibilidade da “sociedade”) tem sido apresentada até esta altura como a precariedade de toda a identidade, que se manifesta como um movimento contínuo de diferenças. Devemos agora, no entanto, nos perguntar: não há algumas “experiências”, algumas formas discursivas, nas quais o que é manifestado não é mais o contínuo adiamento do “significante transcendental”, mas a própria inutilidade deste adiamento, a impossibilidade final de toda diferença estável e, portanto, de toda “objetividade”? A resposta é sim. Esta experiência do limite de toda objetividade tem uma forma precisa de presença discursiva, o *antagonismo* (p. 198).

E, mais adiante no texto, prosseguem:

o antagonismo constitui os limites de toda a objetividade, a qual se revela como *objetificação* parcial e precária. Se a linguagem é um sistema de diferenças, o antagonismo é o fracasso da diferença: nesse sentido, ele se situa nos limites da linguagem e só pode existir como uma interrupção desta. (...) O antagonismo, longe de ser uma relação objetiva, é uma relação na qual se *mostram* os limites de toda a objetividade. (...) se, como demonstramos, o social só existe como esforço parcial de construção da sociedade – ou seja, um sistema de diferenças objetivo e fechado –, o antagonismo, como testemunha da impossibilidade de uma sutura final, é a “experiência” do limite do social. (...) eles constituem os limites da sociedade, a impossibilidade última desta última se constituir plenamente (LACLAU; MOUFFE, p. 202-203).

A partir do que está posto, entendemos, então, que antagonismo é um processo por meio do qual a relação diferencial entre as identidades/posições de sujeito camponês e proprietário, sedimentadas sobre a ordem social vigente, são deslocadas do lugar estrutural que ocupam. Diante da experiência em que a existência de uma determinada identidade é negada – no caso, a negação da identidade de camponês –, e da articulação entre esta

experiência de negação e algum discurso presente nesse contexto social, que produza um sentido de direito daquela identidade existir – por exemplo, o discurso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que defende como demanda a reforma agrária sob a premissa do direito à terra –, o antagonismo visibiliza a precariedade da ordem social. Ou seja, explicita a contingencialidade da relação sedimentada e, ao mesmo tempo, a possibilidade de outras alternativas de sociedade, sendo o elemento definidor do político e, ao mesmo tempo, ontologicamente, a condição de possibilidade do social.

Ainda que o antagonismo emergja em uma relação particular entre posições de sujeito bem localizadas – camponês/proprietário de terras –, ele, o antagonismo, coloca em questão toda ordem porque traz à cena aquilo que a ordem é: a hegemonia de uma entre outras possíveis alternativas de sociedade e não a única alternativa. Subverte a relação diferencial sedimentada entre camponês e proprietário, ao mostrar que estas posições de sujeito não são simplesmente diferenças dadas de forma arbitrária, mas são fundadas a partir de disputas políticas que objetivam sedimentar o social.

Nessa direção, como um antagonismo emergente em uma relação particular visibiliza a precariedade de toda ordem social, faz-se possível para que se estabeleçam relações de equivalência com outros antagonismos, pois estes também visibilizam a precariedade daquela ordem social. Torna-se possível a constituição de uma luta antagônica entre duas formações discursivas que dividem radicalmente o social em dois polos dicotômicos: povo x hegemonia. Discorreremos mais especificamente sobre o conceito de hegemonia no tópico relativo a esta noção. (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 2005/2013).

Com o que apresentamos até então, entendemos que a relação antagônica emerge quando, em uma relação entre identidades diferenciais/posições de sujeito, uma das identidades é negada e passa a significar a relação na qual se encontra como ilegítima e/ou injusta a partir da identificação com um discurso exterior à relação e presente naquele contexto histórico específico. Para caracterizar o processo de constituição da relação antagônica, por meio do qual as identidades diferenciais são transformadas em identidades políticas, Laclau e Mouffe (1985/2015) destacam a necessidade de diferenciar as noções de subordinação, dominação e opressão:

Poderíamos também dizer que nossa tarefa é identificar as condições em que uma relação de subordinação se torna relação de opressão, constituindo-se, portanto, no lugar de um antagonismo. Entramos aqui num terreno constituído por numerosas mudanças terminológicas, que acabaram estabelecendo uma identificação entre “subordinação”, “opressão” e “dominação”. A base que possibilita esta sinonímia é,

evidentemente, o pressuposto antropológico de uma “natureza humana” e de um sujeito unificado: se pudermos determinar *a priori* a essência de um sujeito, toda relação de subordinação que a negar se transformará automaticamente numa relação de opressão. Porém, se rejeitarmos esta perspectiva essencialista, precisaremos diferenciar “subordinação” de “opressão” e explicar as condições precisas em que a subordinação se torna opressiva (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 236).

Laclau e Mouffe (1985/2015) entendem por relação de subordinação aquela em que um indivíduo se encontra sujeito às decisões de outra pessoa — um empregado em relação ao patrão; em algumas formas de organização familiar, a mulher em relação ao homem; ou, no exemplo acima, o camponês em relação ao proprietário de terra. Relações de opressão, por sua vez, são as relações de subordinação que se transformaram em “lugares de antagonismo”— a articulação entre a negação da identidade do camponês pelo proprietário de terra e um discurso exterior à relação que permita ao camponês afirmar aquela negação como uma injustiça, desvelando a contingencialidade da ordem social sedimentada. E relações de dominação são as relações de subordinação consideradas ilegítimas desde a perspectiva de um agente social externo a tal relação. Isso posto, Laclau e Mouffe (1985/2015) consideram que:

o antagonismo só pode emergir na medida em que o caráter diferencial positivo da posição de sujeito subordinado é subvertido. “Servo”, “escravo” etc., não designam em si posições antagônicas; somente em termos de uma diferente formação discursiva, tal como “os direitos inerentes a todo ser humano”, é que a positividade diferencial dessas categorias pode ser subvertida e a subordinação construída como opressão. Isso significa que não existe relação de opressão sem a presença de um “exterior” discursivo a partir do qual o discurso de subordinação possa ser interrompido (p. 237).

Apreendemos até este momento que há duas condições necessárias para a emergência de um antagonismo: a) o impedimento de uma identidade diferencial/posição de sujeito perante outra identidade; b) a necessidade de que a identidade negada reconheça esta negação como opressiva, como injusta mediante sua identificação com um discurso externo à relação.

A partir da referida discussão, temos estabelecido que o político diz respeito à dimensão conflitiva do campo da discursividade, à subversão das relações sedimentadas do social, sendo o antagonismo o critério de definição do político. Ao mesmo tempo, há uma primazia do político sobre o social, na medida em que toda ordem social se funda a partir de uma relação antagônica (por isso, será hegemônica, como discutiremos no tópico sobre

hegemonia) e, sendo contingente e precária, é sempre passível de ser subvertida a partir da transformação de relações de subordinação em relações de opressão. Ou seja, a partir da transformação das identidades diferenciais/posições de sujeito em identidades políticas mediante a construção das relações como antagônicas.

3.2 Hegemonia: da emergência no contexto da social democracia russa e da formulação de bloco histórico em Gramsci à sua elucidação na TDRP

Neste momento, discorreremos sobre como o conceito de hegemonia foi construído no contexto da social democracia russa como uma saída para dar conta de um vazio caracterizado pela “fraqueza da burguesia russa em cumprir sua tarefa civilizatória de democratização do Estado (luta pela liberdade política)” (COSTA, 2014, p. 94). Em seguida, abordaremos o modo como o conceito foi formulado em Lênin, uma aliança de classe orientada por uma liderança política. Posteriormente, apreenderemos como o conceito de hegemonia foi proposto por Gramsci a partir da noção de “bloco histórico”, para então discorrermos sobre o modo como Laclau e Mouffe (1985/2015) propõem o conceito para delimitar a lógica política conflitiva constituinte do social.

Segundo Laclau e Mouffe (1985/2015), enquanto que, no contexto alemão, os teóricos da Segunda Internacional tinham como problema buscar garantir a unidade da classe operária que se encontrava em crescente fragmentação – como discutimos no primeiro tópico do capítulo anterior –; no contexto russo, tratava-se de buscar alcançar um máximo de efetividade política da luta de classe operária num terreno histórico em que os proprietários dos meios de produção se estabeleceram enquanto classe burguesa de modo frágil.

Sobre o referido cenário, Laclau e Mouffe (1985/2015) apresentam a seguinte argumentação, a partir de Plekhanov, Axelrod e Trotsky: uma vez que a narrativa da estrutura marxista ortodoxa – a qual concebe que a história se desenvolve por etapas evolutivas determinadas, com seus agentes da história definidos *a priori* (classe operária e classe burguesa) – não se concretizava, para que a tarefa da classe burguesa de instituir uma democracia fosse levada a cabo se fazia necessário a participação do proletariado.

Nesse contexto, Laclau e Mouffe (1995/2015) entendem que o conceito de hegemonia não foi inicialmente proposto enquanto categoria analítica, a fim de explicar a condição do social enquanto espaço não suturável e marcado por distintas posições de sujeitos que indeterminam o sujeito revolucionário da história. Hegemonia é inicialmente pensada como o mecanismo de saída que levaria a concretização dos rumos da história.

Segundo a narrativa da lógica hegemônica proposta por teóricos da social democracia russa, segmentos do proletariado exerceriam tarefas da burguesia e o resultado final seria a hegemonização do capitalismo, que acentuaria as diferenças de classe. O que levaria, por conseguinte, à articulação do proletariado enquanto a classe que realizaria a revolução socialista. Porém, Laclau e Mouffe (1985/2015) concluem que os processos de articulação hegemônica não poderiam servir como recurso de “correção” dos rumos da história da luta de classes.

Enquanto a narrativa ortodoxa é estruturalmente determinada, a narrativa hegemônica funciona sob a contingência, a imprecisão, a não obrigatoriedade de articulações entre posições de sujeitos em uma classe ou outra (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Ao expor a impossibilidade de a compreensão de hegemonia funcionar como recurso analítico para tamponar o vazio, o hiato entre a teoria geral da história e a contingência, Laclau e Mouffe (1985/2015) nos conduzem, num segundo momento no curso do desenvolvimento do conceito de hegemonia, às formulações leninistas. Segundo os autores, para o leninismo¹⁹, a hegemonia é concebida como uma direção política dentro de uma aliança de classes. O caráter político do vínculo hegemônico se institui como representação de interesses. Por meio de seus partidos, as classes se articulam sob a liderança de uma delas, em uma aliança contra o inimigo comum, o capitalismo.

Laclau e Mouffe (1985/2015) destacam que efeitos contraditórios decorrem da centralidade que o conceito de hegemonia apresenta no discurso leninista. Por um lado, o conceito é associado às tendências mais autoritárias e negativas da tradição marxista, isso porque delimita diferenciações classistas e separação hierárquica entre os líderes e as massas que devem ser lideradas. Por outro lado, os autores entendem que a relação hegemônica é uma categoria política potencialmente mais democrática em relação ao debate produzido pela II Internacional, uma vez que, mesmo concebendo a liderança política como locus privilegiado que conduziria à reagregação proletária, reconhece “uma pluralidade de antagonismos e pontos de ruptura, de forma que a legitimidade revolucionária não mais se concentra exclusivamente na classe operária” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 117).

No entanto, essa flexibilização referente à exclusividade da classe trabalhadora enquanto agente revolucionário encontra seu limite à medida que a liderança política se estabelece com base em uma convergência circunstancial de interesses em que se mantém

¹⁹ Lenin, *Imperialism and the split of socialism*, Collected Works, vol. 23 [Obras completas de Lênin. Editorial Progresso, 1981.

preservadas as identidades de classe. Ou seja, a articulação política em Lênin não modifica aquelas identidades.

Do aspecto contraditório que caracteriza a noção de hegemonia em Lênin – o conceito ser associado às tendências mais autoritárias e negativas da tradição marxista, por um lado, e por outro, ser uma categoria política potencialmente mais democrática em relação ao debate produzido pela II Internacional – e tomando como orientação as condições que possibilitam o estabelecimento de práticas democráticas, o campo da recomposição hegemônica possibilita a expansão da prática política socialista. Para Laclau e Mouffe (1985/2015), sem hegemonia, a prática socialista se concentraria nas demandas da classe trabalhadora; no entanto, a não concretização dos rumos da história forçou a classe trabalhadora a agir em um “terreno de massa”, a abandonar o seu “gueto de classe” e se tornar a articuladora de uma multiplicidade de antagonismos e demandas (gênero, raça, campesinato). Nessa direção, tornou-se possível à massa contornar a manipulação da liderança política e romper com o determinismo marxista à medida que rejeitaram o caráter privilegiado de classe operária (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

É por esses trilhos que seguirão as formulações de Gramsci, considerando a dimensão da “aliança de classe” em prol da afirmação de um pluralismo de interesses particulares e negação do inimigo comum, o capital, mas rejeitando alguns aspectos deterministas da teoria marxista. Uma primeira compreensão de hegemonia é apresentada por Gramsci em *Notas sobre a questão meridional* (1926), onde ele afirma a possibilidade do proletariado se tornar a classe dirigente da sociedade através da criação de um sistema de alianças que lhe permita mobilizar a maioria da população trabalhadora contra o capitalismo e o Estado burguês e, enquanto liderança, defender além dos seus interesses particulares, os interesses de outros setores da sociedade (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Laclau e Mouffe (1985/2015) nos dizem que se inicialmente Gramsci concebia a hegemonia com base na compreensão de uma aliança de classes entre identidades particulares bem estabelecidas, posteriormente passa a conceber que via a instituição de uma liderança intelectual e moral, um conjunto de “ideias” ou “valores” poderiam ser compartilhados por vários setores da sociedade. Este compartilhamento permitiria a construção de uma síntese superior que uma “vontade coletiva” fosse alcançada e que, através da ideologia, se instituiria um “bloco histórico” hegemônico. Todos esses são novos conceitos que produzem um efeito de deslocamento em relação a como o conceito de hegemonia foi pensado no cenário da social democracia russa.

O que se tem em questão não é mais o estabelecimento de uma liderança política sob a qual uma pluralidade de distintas classes sociais estabelece uma aliança mediante o reconhecimento do proletariado como classe dirigente. À medida que se trata de vontades coletivas complexas, nada garante que o seguimento social dirigente da luta hegemônica tenha um pertencimento de classe necessário (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Apesar da compreensão da hegemonia em termos da formação de uma vontade coletiva, reconhecendo o caráter articulatório das posições de sujeito na construção do “bloco histórico”, Laclau e Mouffe (1985/2015) destacam que, para Gramsci, cada bloco histórico se constituiria em torno de um único princípio unificador, compreendido como uma classe fundamental (burguesia ou classe proletária). Isso implica, segundo Laclau e Mouffe (1985/2015), que, mesmo em Gramsci, autor que mais avança no tocante à compreensão da contingencialidade e da articulação política do social, ainda foram mantidos resquícios de uma determinação econômica ao compreender que, diante do insucesso de qualquer que seja a classe dirigente do processo revolucionário, se retorna ao estabelecimento da hegemonia burguesa:

A hegemonia de classe não é um resultado inteiramente prático da luta, mas tem um fundamento ontológico último. A base econômica pode não assegurar a vitória final da classe operária, uma vez que isso depende de sua capacidade de liderança hegemônica. Todavia, uma derrota da hegemonia da classe operária só pode ser seguida de uma reconstituição da hegemonia burguesa, de forma que, no fim, a luta política ainda é um jogo de soma zero entre as classes. Este é o cerne essencialista ainda presente no pensamento de Gramsci, pondo limites à lógica desconstrutiva da hegemonia. Afirmar, porém, que a hegemonia deve corresponder sempre a uma classe econômica fundamental não significa meramente reafirmar a determinação em última instância pelo econômico; também significa declarar que, na medida em que a economia constitui um limite insuperável ao potencial de recomposição hegemônica da sociedade, a lógica constitutiva do espaço econômico não é hegemônica. Aqui o preconceito naturalista, que vê a economia como um espaço homogêneo, unificado por leis necessárias, aparece uma vez mais com toda a força (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 134).

Considerando a discussão desenvolvida até o momento sobre o debate marxista proposto no *Hegemonia*, em especial à discussão sobre a II Internacional e sobre as contribuições de Lênin e Gramsci à formulação do conceito de hegemonia, destacamos que tais interlocuções teóricas contribuem para caracterizar o político como um terreno da conflitualidade, concepção herdeira das metáforas militares:

Já observamos a função das metáforas militares no discurso marxista clássico, e não seria exagero dizer que, de Kautsky a Lênin, a concepção marxista de política se apoiava num imaginário em grande parte tributário de Clausewitz²⁰. A principal consequência disso foi o que poderia se chamar de efeito de *segregação*; pois, se se entendem as relações com outras forças sociais como relações militares, então sempre se manterá a própria identidade separada. Da “guerra de atrito” de Kautsky ao extremo militarismo do império bolchevizante e da “classe contra classe”, **o estabelecimento de uma linha divisória rígida foi considerado a condição mesma da política** — “política” sendo concebida simplesmente como um dos terrenos da luta de classes. Para Gramsci, em contraste, “guerra de posição” envolve **a desagregação progressiva de uma civilização e a construção de outra ao redor de um novo núcleo de classe. Assim, a identidade dos oponentes, longe de ser fixa desde o início, muda constantemente no processo.** É claro que isso tem pouco a ver com “guerra de posição” no sentido estritamente militar, em que as forças inimigas não estão continuamente passando para o lado de cá. Na verdade, **a metáfora militar é aqui metaforizada na direção oposta: se no leninismo havia uma militarização da política, em Gramsci há uma desmilitarização da guerra.** Não obstante, esta transição para uma concepção não militar da política atinge um limite precisamente no ponto em que se argumenta que o núcleo *classista* da nova hegemonia — e, naturalmente, também da velha — mantém-se constante ao longo de todo o processo. Neste sentido, existe um elemento de continuidade no confronto, e a metáfora dos dois exércitos em luta pode reter parte da sua produtividade (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 135).

²⁰ * Segundo Laclau e Mouffe (1985/2015), Carl von Clausewitz foi o autor que influenciou teóricos marxistas no tocante a compreender a guerra como condição para a luta política. “Ver os ensaios contidos no volume *Clausewitz em el pensamiento marxista*, México, 1979, em particular o trabalho de Clemente Ancona, “La influencia de *Dela guerra* de Clausewitz em El pensamiento marxista de Marx a Lenin”, pp. 7–38” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 160);

** Passos (2005), informa que a relação entre guerra e política proposta por Clausewitz em *Da guerra* (1832) teria influenciado autores como Carl Schmitt, Lenin e Gramsci, sendo esses dois últimos, como sabemos, referências para Laclau. Clausewitz ser uma influência indireta para Laclau explica a similaridade entre o conceito de político de Schmitt e o conceito de político de Laclau sobre o qual discorre Costa (2014). Segundo esse autor, Schmitt seria a principal referência para a noção de político da TDRP. Sobre a tese de Costa (2014), entendemos que por mais que Schmitt apresente aproximações à noção de político de Laclau, uma vez que ele, Laclau, não faz referência a Schmitt como influência teórica em nenhum momento ao decorrer da sua obra (HUTAGALUNG; LUBIS, 2018), e considerando que a metodologia da presente pesquisa toma como influências teóricas apenas àqueles autores que são referenciados diretamente por Laclau, não consideraremos as possíveis contribuições de Schmitt. Entretanto, cabe-nos ressaltar que Mouffe aponta a influência da noção de político de Schmitt em seu pensamento. Por exemplo, em seu artigo “Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt” (1994) e no livro organizado por ela intitulado “The challenge of Carl Schmitt” (MOUFFE, 1999).

A partir disso, destacamos o traço característico da noção de político em Laclau e Mouffe (1985/2015): o estabelecimento de fronteiras antagônicas a partir de uma perspectiva não essencialista. Seja ao nível das posições de sujeito, transformando relações de subordinação em relações de opressão, sendo construídas identidades políticas/subjetividades sociais, seja ao nível do antagonismo entre formações hegemônicas que dividem o social em dois polos antagônicos. Entretanto, afastando-se inclusive do economicismo ainda presente em Gramsci.

Laclau e Mouffe (1985/2000), mediante a noção da ausência de qualquer essencialismo ou determinismo histórico ou econômico – discussões que desenvolvemos no capítulo anterior –, compreende a luta política entre antagonismos sociais e/ou formações discursivas hegemônicas como uma “guerra de posição” em que as identidades políticas e do próprio social são precárias e contingentes, sendo construídas a partir da desconstrução identitária do inimigo e de alternativas de sedimentação hegemônica. Nesse sentido, o antagonismo em Laclau e Mouffe (1985/2015) é o critério do político e a condição de possibilidade de desconstrução e reconstrução do social, seu fundamento ontológico.

3.2.1 Hegemonia segundo a TDRP: do ponto nodal e das lógicas da diferença e equivalência à compreensão de significante vazio, significante flutuante e heterogeneidade

Com a compreensão de hegemonia que propõem, Laclau e Mouffe (1985/2015) antagonizam qualquer concepção de sociedade enquanto uma totalidade coesa e fechada em si mesma. Em termos do marxismo ortodoxo é o que podemos compreender como a história da luta de classes constituída pela contradição entre burguesia e proletariado e que tem em seu fim o estabelecimento de um sistema socialista. Esse modo de conceber a sociedade diz respeito a processos de mediação, um sistema de transições lógicas – de etapas evolutivas necessárias que conduzem os rumos da história (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Laclau e Mouffe (1985/2015), contrários a essa lógica de constituição do social, admitem, por meio de articulações contingentes, a possibilidade de instituição de várias “ordens sociais” possíveis. Ordens sociais essas, que, como vimos no capítulo sobre a dimensão do social, não são mais do que objetividades precárias que tentam domar o campo das diferenças do discurso. Tratam-se de formações hegemônicas (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

Com o que discutimos até então, compreendemos que, como concebida por Laclau e Mouffe (1985/2015), hegemonia não pode ser limitada à lógica específica de uma única força social, à lógica que concebe haver um único agente/sujeito privilegiado das lutas políticas.

Todo bloco histórico – ou formação hegemônica – é construído através da articulação equivalencial entre antagonismos sociais que delimitam um inimigo comum mediante a instituição de um ponto nodal, que fixa um sentido no campo da discursividade, estabelecendo uma formação discursiva. Vejamos como se dá o processo de construção de equivalências.

Laclau, em toda a sua obra (a partir do *Hegemonia*), trabalha com a noção de que há duas maneiras de constituição do social: a lógica da diferença e a lógica da equivalência (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 1990/2000; LACLAU, 2005/2013). A partir do entendimento de Laclau (2005/2013), a compreensão destas lógicas requer conceber a demanda social²¹ (presença de uma ausência na objetividade sedimentada) como a unidade mínima de análise do político. Para o autor, quando demandas sociais são atendidas em sua particularidade pela ordem hegemônica, temos a operação da lógica da diferença.

Esse primeiro modo de satisfação das demandas não implica, para Laclau (2005/2013), o estabelecimento de uma fronteira antagônica e pode servir à hegemonia tanto para evitar que um antagonismo seja construído, satisfazendo a demanda até então produzida apenas como um pedido, quanto pode servir para enfraquecer a construção de articulações equivalenciais entre antagonismos presentes no campo da discursividade, satisfazendo determinados antagonismos, reduzindo-os a diferenças no interior da hegemonia, e não outros.

Quando demandas sociais de membros/posições de sujeito de uma comunidade são direcionadas às autoridades locais para que um certo problema seja solucionado e elas não são atendidas, temos um possível lócus de tensão a partir do qual pode emergir um antagonismo social. Ao passo que, no contexto das demandas insatisfeitas em questão haja discursos externos que permitam a transformação da diferença em desigualdade, a identificação com estes discursos permite que os membros da comunidade insatisfeitos concebam o poder instituído como inimigo.

²¹ Demanda social é tomada por Laclau como unidade mínima de análise. Caracteriza demandas sociais como demandas populares e demandas democráticas. Aquelas que se encontram articuladas equivalencialmente em uma formação discursiva, seja enquanto elo de uma cadeia contra hegemônica, seja como momento de uma formação discursiva hegemônica são nomeadas demandas populares. Aquelas que não se encontram vinculadas a nenhuma cadeia são nomeadas demandas democráticas. Em relação a estas últimas, ele ainda propõe a diferenciação entre pedido e reivindicação, enquanto a segunda caracteriza-se pela delimitação do outro como responsável pela negação de um direito, constituindo um antagonismo; a primeira não estabelece uma relação antagônica.

À medida que se prolifera o número de demandas não satisfeitas pela formação discursiva hegemônica²², essas demandas podem ser construídas como equivalentes em sua comum insatisfação ao poder instituído, como demandas excluídas da ordem discursiva hegemônica (LACLAU, 2005/2013).

Temos o estabelecimento da lógica da equivalência ou, como concebe Laclau (2005/2013) em termos da lógica populista, a luta entre povo e hegemonia²³.

A título de exemplificação, em uma sociedade governada por um partido de direita, marcadamente religioso, conservador, meritocrata e neoliberal, uma multiplicidade de demandas progressistas (LGBTs, antirracistas, feministas) são negadas e não alcançam satisfação via lógica da diferença. A partir disso, tem-se a possibilidade dessas demandas/particularidades não satisfeitas se articularem equivalencialmente no enfrentamento à hegemonia que as nega. Sobre as compreensões de lógica da diferença e de equivalência, temos as seguintes considerações de Laclau (2005/2013):

Sabemos que se uma demanda não estabelecer uma relação de equivalência com outras demandas, isso ocorrerá porque se trata de uma demanda *atendida*. Pois bem: uma demanda que é atendida não permanece isolada. Ela está inscrita na totalidade institucional/diferencial [hegemônica]. Temos, assim, duas maneiras de construir o social: seja por meio da afirmação de uma particularidade — no caso, uma particularidade de demandas — cujas únicas ligações com outras particularidades são de natureza diferencial (...) ou por meio de uma rendição parcial da particularidade, enfatizando tudo o que as particularidades possuem em comum no plano da equivalência. O segundo modo de constituição do social envolve, como sabemos, estabelecer uma fronteira antagonica, o que o primeiro modo não faz. Denominei *lógica da diferença* o primeiro modo de constituir o social, e o segundo, *lógica da equivalência* (p. 129).

Visto que estamos discutindo, neste capítulo, a dimensão conflitiva do político, tomemos como foco a lógica da equivalência a partir da qual se institui uma fronteira antagonica entre povo e hegemonia. Segundo Laclau (2005/2013) e como já discutido, o antagonismo é condição *sine qua non* para a constituição de uma formação discursiva. Isso posto, podemos então nos questionar: como precisamente se dá o processo de articulação

²²Segundo Laclau (2005/2013), algumas demandas não são assimiladas diferencialmente pela formação discursiva hegemônica em decorrência das demandas sociais articuladas na cadeia hegemônica se chocarem com elas.

²³ Antagonismos sociais são lutas localizadas constituídas por demandas particulares, a construção de uma formação hegemônica implica a articulação entre múltiplas lutas contra um mesmo inimigo (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 2005).

entre antagonismos sociais, a partir do qual se constrói uma hegemonia? Ou, colocando a pergunta nos termos dos debates marxistas apresentados anteriormente e frente ao antagonismo de Laclau a qualquer concepção essencialista: “quem é o sujeito articulador?” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 213). A resposta para tal questão se encontra na compreensão dos conceitos de ponto nodal e de significante vazio.

3.2.1.1 Ponto nodal e significante vazio

Neste momento da dissertação, apenas anunciaremos os conceitos de ponto nodal e de significante vazio, pois trabalhá-los-emos, mais especificamente, no quarto capítulo, em virtude do conceito de ponto nodal remeter a um conceito psicanalítico e da construção de significante vazio depender da compreensão da noção de falta e de Real no pensamento de Laclau, levando-nos também ao debate sobre as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP.

Por ora, basta apreendermos que, no livro *Hegemonia*, mediante a compreensão de que o social é constituído por um contínuo fluxo de sentidos (as compreensões saussurianas de que as identidades/sentidos são relacionais e diferenciais), Laclau e Mouffe desenvolvem o conceito de ponto nodal para nomear significantes privilegiados que, contingencialmente e de maneira sobredeterminada, conseguem assumir uma pluralidade de sentidos e, desse modo, tornarem-se passíveis de fixar o sentido de uma dada formação discursiva no antagonismo a um inimigo comum.

Apesar de a noção psicanalítica de falta já se encontrar presente no *Hegemonia*, observa-se uma ênfase nesta noção no pensamento de Laclau a partir do livro *Nuevas reflexiones*, propiciando uma radicalização da contingência e da precariedade de qualquer objetividade – dos atores e da ordem social. Esta radicalização implicou a formulação da noção de significante vazio (LACLAU; 1996/2011) e, por consequência, uma mudança na compreensão do significante articulador da cadeia no que diz respeito à noção de ponto nodal (LACLAU, 2005/2015). Com a inserção da noção de falta, o significante passível de tornar-se o elo unificador de uma formação discursiva passou a ser não aquele que consegue assumir uma pluralidade de sentidos, o elemento mais rico de sentidos (LACLAU; 2005/2013), mas um momento da cadeia equivalencial que consegue se esvaziar quase que completamente do seu sentido particular. É por tornar-se vazio e não pelo excesso de sentidos que, neste caso, o significante torna-se o representante da cadeia, nomeando-a, fixando um sentido. Vejamos como fora formulada a noção de significante vazio e como isso acarretou numa mudança na noção de ponto nodal.

Em *Por que os significantes vazios são importantes para a política?*, texto publicado em 1996, após já ter incorporado a noção de falta lacaniana no bojo da TDRP em *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo* (1990/2000), Laclau propõe que todos os significantes são, potencialmente, vazios, uma vez que, assim como o social, são marcados por uma abertura, ou seja, por uma falha constitutiva, por uma impossibilidade estrutural de significação. Assim, o significante se torna vazio não em razão de uma sobredeterminação (excesso) ou de uma subdeterminação (deficiência) de significados que impediriam uma fixação plena de sentido, mas devido à impossibilidade estrutural de a significação significar uma interrupção (subversão, distorção) no processo de significação. Ou seja, “a condição de possibilidade de um sistema de significação – seus limites – é também aquilo que constitui sua condição de impossibilidade – um bloqueio na expansão contínua do processo de significação” (LACLAU, 1996/2011, p. 67). Isso implica entender que se, em razão da ausência de um fundamento positivo de qualquer objetividade, a exclusão (limite excludente) é a condição de possibilidade para a constituição da totalidade, todo verdadeiro limite será um limite antagônico. Aspecto que nos remete novamente à discussão já apresentada anteriormente sobre a relação entre necessidade, contingência e antagonismo.

Deste modo,

Por um lado, cada elemento do sistema só tem uma identidade, na medida em que é diferente dos outros: diferença = identidade. Por outro, todas essas diferenças são equivalentes umas às outras, na medida em que pertencem ao lado interno da fronteira de exclusão. Mas, em tal caso, a identidade de cada elemento do sistema é constitutivamente dividida: por um lado, cada diferença expressa a si mesma como diferença; por outro, cada uma delas anula a si mesma enquanto tal ao entrar numa relação de equivalência com todas as outras diferenças do sistema (p. 67).

O limite excludente, assim, longe de ser algo positivo, é o princípio da positividade enquanto tal (que permite a construção do sistema a partir da lógica da equivalência), sendo o significante vazio “o significante do puro cancelamento de toda diferença” (p. 70), da subversão das diferenças internas ao sistema em uma cadeia de equivalência, assumindo o papel de representar o sistema como o puro Ser (como uma totalidade discursiva que fixa um sentido num terreno em que não há nenhum fundamento último a ser afirmado ou desvelado).

Assim, observa-se que a construção de um significante como vazio depende, segundo Laclau (1996/2011), do privilégio da lógica da equivalência em relação à lógica da diferença, de modo que o sistema possa significar a si mesmo como totalidade. Nas palavras de Laclau (1996/2011):

(...) se o que estamos tratando de significar não é uma diferença, mas, pelo contrário, uma exclusão radical que é fundamento e condição de todas as diferenças, nesse caso a não produção de *nenhuma* diferença pode ser a solução. Como, no entanto, todos os meios de representação são por natureza diferencial, somente se o caráter diferencial das unidades significativas for subvertido, se os significantes se esvaziarem de todo vínculo com significados particulares e assumirem o papel de representar o puro ser do sistema - ou melhor dizendo, o sistema com o puro ser -, tal significado será possível. Qual é o terreno ontológico dessa subversão, o que a faz possível? A resposta é: a divisão de cada unidade de significação que o sistema tem de construir como o lócus indecível em que tanto a lógica da diferença quanto a lógica da equivalência operam. É apenas privilegiando a dimensão da equivalência até o ponto em que seu caráter diferencial é quase inteiramente anulado — esvaziando-se de sua dimensão diferencial — que o sistema pode significar a si mesmo como totalidade (p. 69).

Uma questão relevante ainda a ser esclarecida é: “O que determina que um significante, em vez do outro, assuma, em diferentes circunstâncias, essa função significativa [de ser o significante vazio]?” (p. 72). Pontuamos que o que possibilita a transformação de um significante em vazio é o investimento libidinal. Sobre isso, discorreremos no quarto capítulo.

A partir do que está posto, entendemos, então, que a função do significante vazio é a mesma de um ponto nodal, fixar em torno de si os antagonismos sociais que constituem uma formação discursiva hegemônica ou contra hegemônica (LACLAU, 1996/2011; LACLAU, 2005/2013). A distinção, contudo, é que, posteriormente ao texto de 1996, em que fora formulada a noção de significante vazio, o significante articulador não é mais o que concentra uma pluralidade de sentidos, mas aquele que consegue se esvaziar quase que completamente do seu sentido particular e articular equivalencialmente uma pluralidade de demandas. Desta maneira, compreendemos que, quando Laclau faz uso dos dois termos – ponto nodal e significante vazio – em *A razão populista* (2005/2013), o faz atribuindo a eles a mesma função, mas sob esta concepção construída no texto de 1996.

Ademais, é importante ressaltarmos, como Laclau apresenta em *A razão populista*, que, por um lado, a conclusão de que a expansão da lógica da equivalência às custas da lógica da diferença é uma pré condição para a constituição de uma formação hegemônica; por outro lado, contudo, “pressuporia que a equivalência e a diferença se encontram simplesmente numa relação de exclusão mútua, cuja soma final é zero. As coisas são muito mais complexas” (LACLAU, 2005/2013, p. 129-130). Desta maneira, faz-se importante remetermos também a outros dois conceitos para concluirmos o debate sobre hegemonia: a)

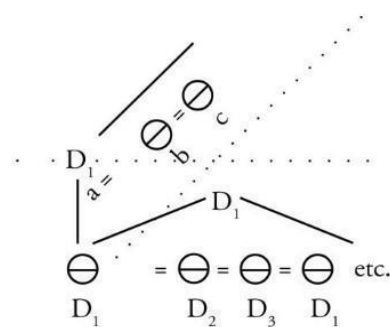
significante flutuante; b) heterogeneidade, que explicita as tensões entre as demandas sociais presentes no campo da discursividade, seja no interior das cadeias de equivalência ou à margem da luta entre formações discursivas. Ambas as noções – significante flutuante e heterogeneidade –, corroboram para a explicitação da tese que temos defendido no presente capítulo: a primazia do político sobre o social.

3.2.1.2 *Significante flutuante e heterogeneidade*

Segundo Laclau (2005/2013), significantes flutuantes dizem respeito àqueles significantes que se encontram flutuando no campo da discursividade por terem sido deslocados do interior da cadeia discursiva na qual se encontravam. Esses significantes/demandas são deslocados do interior de uma dada cadeia à medida que passam a sofrer pressão no que se refere ao seu caráter equivalencial por mais de uma cadeia. Por exemplo, ao sofrer a pressão da cadeia equivalencial contra hegemônica na qual se encontrava e da cadeia alternativa que fora construída pela hegemonia a fim de deslocar a fronteira antagônica e, deste modo, interromper a coesão da cadeia equivalencial que lhe é antagônica. Sobre isso, Laclau (2005/2013) nos diz que:

Nesse caso, as *mesmas* demandas democráticas sofrem a pressão estrutural dos projetos hegemônicos *rivaís*. Isso gera uma autonomia dos significantes populares diferente daquela que temos examinado até agora. A questão não é mais que o particularismo da demanda se torna autossuficiente e independente de qualquer articulação de equivalências [como no caso das demandas heterogêneas que se mantêm isoladas, externas a cadeia contra hegemônica, sobre a qual discutiremos adiante]. A questão é que seu significado é indeterminado entre fronteiras alternativas de equivalências. Denominarei “significantes flutuantes” esses significantes cujo sentido está, assim, “suspense” (p. 197-198).

Para exemplificarmos a construção da cadeia alternativa, temos o seguinte diagrama:



Sobre ele, Laclau (2005/2013) nos diz que:

Como podemos ver, D_1 está submetido à pressão estrutural de duas cadeias de equivalência antagônicas, representadas pelas linhas pontilhadas: a linha horizontal corresponde ao campo popular oposto ao czarismo como no primeiro diagrama. A linha diagonal, porém, estabelece um laço de equivalência entre D_1 , pertencente ao campo popular, e as duas outras demandas às quais este último se oporá, pois pertencem ao campo do czarismo. Temos, então, duas maneiras antagônicas de constituir o “povo” como ator histórico. A maneira pela qual o significado de D_1 será fixado dependerá do resultado de uma luta hegemônica. (p. 198).

No que diz respeito às especificidades dos significantes flutuantes em sua diferenciação com os significantes vazios, Laclau (2005/2013) entende que se tratam de categorias estruturalmente diferentes. A primeira está relacionada a uma operação que busca dar conta dos deslocamentos hegemônicos em decorrência da pressão que sofre ao ser articulada equivalencialmente em duas cadeias antagônicas. Como dito, a produção de significantes flutuantes serve como uma estratégia da hegemonia que, ao criar uma cadeia alternativa, busca desarticular a contra hegemonia. Neste caso, a fronteira antagônica, ainda que não desapareça, se torna imprecisa. Já a segunda categoria (significante vazio), tem relação com a construção de uma identidade popular, uma vez que se busca o estabelecimento e explicitação de uma fronteira antagônica.

Laclau (2005/2013) entende que, na prática, a distância entre significantes vazios e flutuantes não é tão grande, ambas as categorias dizem respeito a operações hegemônicas. Não é possível uma situação em que a categoria de significante vazio se sobreponha com total exclusão do momento flutuante, situação em que haveria uma fronteira completamente imóvel; e nem é possível um campo discursivo de flutuações puras, sem qualquer fixação parcial. Os significantes vazios e flutuantes são a expressão da dinâmica do social e do político, dos momentos de sedimentação e de deslocamento de fronteiras.

Além dos significantes flutuantes, como mencionado, a heterogeneidade é outra noção estabelecida por Laclau (2005/2013) para explicitar a primazia do político sobre o social, uma vez que o antagonismo entre hegemonia e contra hegemonia não se limita a tal dicotomização, nem tampouco se restringe à construção de cadeias alternativas. Os efeitos desconstrutivos do político sobre a sedimentação social estabelecida apresentam-se por meio da: a) incompatibilidade entre o particularismo de demandas heterogêneas que se encontram

inscritas no interior de formações discursivas; b) a partir da pressão externa que as formações discursivas sofrem por parte das demandas democráticas/heterogêneas que não constituem vínculo de equivalências, mas que lhes são antagônicas. Sigamos para a delimitação da noção de heterogeneidade.

Laclau (2005/2013) começa sua discussão sobre o conceito de heterogeneidade dizendo-nos que no tocante à disputa antagônica, entre formações discursivas, até então “presumimos que *cada* demanda não atendida pode incorporar-se à cadeia de equivalência que é constitutiva do campo popular” (p. 208). Em seguida, pergunta-nos se esse pressuposto se justifica. A resposta do autor é que não. A partir daí, ele diz que:

Dois minutos de reflexão bastarão para concluir que não. Consideremos, em nosso diagrama inicial (p. 196) os hemisférios inferiores que representam as demandas individuais [D₁, D₂, D₃, D₄...]. Enquanto o hemisfério superior aponta para o momento de equivalência [$\ominus=\ominus=\ominus=\ominus...$] (aquilo que as várias demandas compartilham em sua comum oposição ao regime opressor), o hemisfério inferior representa o irredutível particularismo de cada demanda individual. É importante entender que essa relação de equivalência não dispensa o particularismo, pelo simples motivo de que sem ele não haveria a possibilidade de uma relação de equivalência. É porque todas as demandas individuais, em sua própria individualidade, se opõem ao mesmo regime opressor que pode ser estabelecida uma comunidade e equivalências entre elas. (...) entre os hemisférios superiores e inferiores do diagrama não existe apenas complementaridade, mas também tensão. Enquanto as demandas individuais são reforçadas por meio de sua inscrição de equivalência, a cadeia como um todo desenvolve uma lógica própria, que pode levar a um sacrifício ou alguma traição dos objetivos dos elos individuais (LACLAU, 2005/013, p. 208).

Frente a isso, Laclau (2005/2013) nos diz:

Uma demanda pode não ser incorporada à cadeia de equivalência porque ela se choca com os objetivos particularistas de demandas que já constituem elos dessa cadeia. Se o particularismo das demandas individuais fosse totalmente neutralizado pela inscrição de equivalência, essa possibilidade poderia ser eliminada, mas sabemos que não é o caso. Uma cadeia de equivalência não se opõe unicamente a uma força ou a um poder antagônico, mas também a algo que não têm acesso a um espaço geral de representação. “Opor-se” significa, porém, algo diferente em cada caso: um campo *antagônico* é inteiramente representado como reverso negativo de uma identidade popular que não existiria sem a referência negativa. Entretanto, no caso de uma exterioridade que se opõe ao interior somente porque não tem acesso ao espaço de

representação, “oposição” significa simplesmente “deixar de lado” e, como tal, em nenhum sentido ela molda a identidade daquilo que está dentro (p. 208-209).

Logo em seguida, Laclau (2005/2013) diz que:

Enquanto o antagonismo [entre formações discursivas] ainda pressupõe algum tipo de inscrição discursiva, a espécie de exterioridade que agora estou discutindo pressupõe uma exterioridade relativa não apenas a algo contido no espaço da representação, mas a este espaço enquanto tal. Denominarei este tipo de exterioridade de *heterogeneidade social*. A heterogeneidade, assim concebida, não significa *diferença*. Duas entidades, para serem diferentes, precisam de um espaço no qual essa diferença é representável, enquanto aquilo que eu denomino heterogeneidade pressupõe a ausência daquele espaço comum (p. 209).

Laclau (2005/2013) exemplifica a heterogeneidade social, a partir dos “povos sem história” na filosofia de Hegel, na qual o heterogêneo (os povos sem história) “é abordado via uma lógica totalizadora: seu abandono por meio da negação de sua historicidade” (p. 212). Como aponta Laclau (2005/2013), Hegel possui plena consciência sobre o aumento em proporções alarmantes desse excesso heterogêneo na Alemanha no período posterior a década de 1830, “mas o mais perto que ele chegou da proposta de uma solução foi sugerir que a população excedente poderia ser encorajada a emigrar para as colônias de ultramar” (p. 213).

Neste sentido, conclui Laclau (2005/2013), no seu afastamento da compreensão da sociedade como homogênea e da história como dialética:

Assim, os termos da alternativa são claros: se o excesso heterogêneo pode ser contido em certos limites, reduzindo a uma presença marginal, a visão dialética de uma história unificada pode ser mantida. Se, ao contrário, prevalecer a heterogeneidade, as lógicas sociais deverão ser concebidas de modo fundamentalmente diferente. É no âmago dessa alternativa que podemos localizar o movimento magistral de Marx, que consistiu em isolar (...) um setor diferencial que não pertencia aos interstícios da história – ao não histórico –, mas estava destinado a ser um protagonista histórico fundamental (p. 214);

Trata-se do proletariado, em diferenciação do lupemproletariado, entendido como a heterogeneidade social no pensamento de Marx. Para Marx, o lupemproletariado:

em todas as grandes cidades, forma uma massa profundamente distinta do proletariado industrial. É um campo de recrutamento para todos os tipos de ladrões e criminosos, que vivem nas fábricas da sociedade, gente sem emprego definido,

vagabundos, *genssansfue et sansaveu*²⁴, que varia de acordo com o grau de civilização da nação a que pertencia, mas que jamais renuncia ao seu caráter de Lazzaroni* (LACLAU, 2005, p. 215).

Segundo Laclau (2005/2013), “o caráter de puro marginal do lumpemproletariado, sua expulsão do campo da historicidade, é a própria condição da possibilidade de uma interioridade pura” (p. 215). Entretanto, Laclau (2005/2013) vai apontando, a partir de obras de Peter Stallybrass²⁵ e de José Nun²⁶, exemplos no pensamento de Marx que denotam a dificuldade de manutenção de uma separação precisa entre o “interior” ao sistema (luta de classes) e o “exterior” ao sistema (heterogeneidade social).

Neste caso, reflete sobre o reconhecimento de Marx, na análise sobre o regime de Luís Bonaparte, de que este era dependente de uma base social heterogênea, possibilitando o Estado mover-se em diferentes classes. Segundo Laclau (2005/2013), tal consideração de Marx²⁷ assinala a articulação política entre elementos heterogêneos como constitutiva do laço social, fomentando uma crise na teoria marxista, pois tal ideia se distanciaria da compreensão de que a história seria “o terreno no qual uma narrativa unificada e coerente deveria desenvolver-se” (p. 218). Outro exemplo, é o da categoria de “exército industrial de reserva” introduzida por Marx que diz respeito a desempregados temporários que não eram considerados parte das relações capitalistas de produção, mas funcionais ou disfuncionais ao sistema em termos da produção de mais-valia. Trata-se, assim, de uma exterioridade distinta do lumpemproletariado, pois não completamente externa ao sistema.

No mundo globalizado, segundo Laclau (2005/2013), a contaminação entre o “interior” e o “exterior” está se tornando cada vez mais evidente, uma vez que os “povos sem história” estão ocupando o centro do palco, destroçando a ideia de uma história teleológica. No afastamento, portanto, desta concepção de história, Laclau (2005/2013) sugere esquecermos Hegel, afirmando que “a construção de qualquer ‘interior’ constituirá apenas uma tentativa parcial de dominar um ‘exterior’ que sempre excederá aquelas tentativas” (p. 220), sendo as identidades construídas por meio de articulação política.

Laclau (2005/2013), então, compreende que a negação de uma separação estrita entre “exterior” e “interior” possibilita discutir a heterogeneidade em seu pensamento sobre a

²⁴“* A expressão francesa “*gens sans fue et sans aveu*” [gente sem fogo ou sem abrigo e sem proteção de um nobre, em tradução livre] se refere aos despossuídos, gente sem ocupação definida, errante, vagabunda. Uma expressão aproximada em português seria: “sem eira nem beira”.”

²⁵ Referente a Stallybrass, Laclau toma o texto *Marx and Heterogeneity: Thinking the lumpenproletariat* (1990).

²⁶ Laclau recorre a José Nun a partir do artigo *The end of work and the 'marginal mass' thesis* (2000)

²⁷ No tocante a Marx, Laclau recorre a *The Class Struggles in France, 1848 to 1850* (1978).

construção do populismo (lógica hegemônica), permitindo-lhe conceber a construção da fronteira antagonica entre “povo” e hegemonia sedimentada de maneira não estática. Ao que constrói a seguinte pergunta: “é de fato verdade que o heterogêneo só pode ser encontrado nas margens do diagrama [à margem da fronteira entre povo e hegemonia]? Ela não estaria operando já em seu interior?” (p. 221). Laclau (2005/2013) conceberá que sim, há heterogeneidade também no interior do campo de representação.

Neste sentido, ele apresenta um segundo tipo de heterogeneidade: trata-se de uma heterogeneidade (os excluídos) que não pode ser dialeticamente recuperável, na medida em que, ainda que a contestação ao sistema será sempre produzida por aqueles que estão fora dele – “os excluídos, aqueles a quem denominamos os heterogêneos” (p. 223) – não é possível saber de antemão o ponto de ruptura, pois a resistência emergirá somente a partir de uma articulação política entre a relação de subordinação e uma identidade que é externa a esta relação. A compreensão deste segundo caso implica retomarmos a diferenciação entre o conceito de antagonismo em Laclau e o conceito de contradição (A-não-A) no marxismo: enquanto o segundo parte de uma compreensão dialética do conflito que pressupõe uma conflitualidade intrínseca entre trabalhador e capitalista; a emergência do antagonismo dependerá “do modo como o trabalhador é constituído” (LACLAU, 2005/2013, p. 222), isto é, da passagem da relação de subordinação para a relação de opressão.

Assim, se o primeiro caso de heterogeneidade, o qual é questionado por Laclau (2005/2013), é concebido como o “deixar à parte”, as demandas democráticas que se mantêm isoladas, sem interferir na luta política – exemplificado pelos “povos sem história” no pensamento de Hegel, existindo numa separação estrita entre o heterogêneo e o desenvolvimento da história –; neste segundo caso de heterogeneidade, Laclau busca demonstrar que “o antagonismo pressupõe a heterogeneidade” (p. 222), na medida em que se afasta de uma história teleológica, de uma narrativa unificada e coerente, sendo as identidades construídas a partir de um processo articulatório.

Com esta segunda forma de heterogêneo, Laclau reafirma o caráter contingente da realidade, pois demonstra que

não existem *a priori* pontos privilegiados de ruptura e contestação. Pontos particularmente antagonistas só podem ser estabelecidos contextualmente, jamais deduzidos da lógica interna de uma das duas forças opostas, abordadas separadamente. Em termos práticos, não existe motivo pelo qual conflitos que ocorrem nas relações de produção deveriam ser os pontos privilegiados de uma luta antcapitalista global. Um capitalismo global cria inúmeros pontos de ruptura e

antagonismo – crises ecológicas, desequilíbrio entre diferentes setores da economia, desemprego em massa etc. -, e somente uma sobredeterminação dessa pluralidade antagonica pode criar sujeitos anticapitalistas globais capazes de levar adiante uma luta digna desse nome (2005/2013, p. 222-223).

Em termos da construção do “povo” (da articulação entre antagonismos, constituindo-se uma formação discursiva contra hegemônica), esta segunda concepção de heterogeneidade nos indica que o estabelecimento de uma fronteira antagonica entre “povo” e hegemonia será sempre algo mais do que o oposto à hegemonia. “Existe um Real, no ‘povo’, que resiste à integração simbólica” (p. 225), não sendo o antagonismo uma relação entre A-não-A.

Laclau aponta que, além desta heterogeneidade, também é possível compreender a heterogeneidade na lógica populista (hegemônica) em outras duas formas. Uma é “no particularismo das demandas de equivalência – um particularismo que, como sabemos, não pode ser eliminado porque é o próprio fundamento das demandas de equivalência” (p. 225), pois na ausência das particularidades não seria possível falarmos em articulação. Esta segunda forma de heterogeneidade presente na proposta de Laclau denota um aspecto fundamental para a compreensão da hegemonia em seu pensamento e que mais uma vez afasta uma concepção estática da fronteira antagonica ou uma compreensão dialética das identidades: a relação entre universal e particular, não implicando à construção da hegemonia a eliminação da particularidade de cada demanda e sim uma subversão desta particularidade em termos da afirmação de um inimigo comum (prevalência da lógica da equivalência).

A outra forma de heterogeneidade é que “o particularismo (a heterogeneidade) é também aquilo que impede algumas das demandas de se incorporarem a essa cadeia de equivalências” (p. 226). Isso decorre dessas demandas se chocarem “com os objetivos particularistas de demandas que já constituem elos dessa cadeia. Se o particularismo das demandas individuais fosse totalmente neutralizado pela inscrição de equivalência, essa possibilidade poderia ser eliminada, mas sabemos que não é o caso” (p. 169).

Trata-se, assim, do mesmo modo de heterogeneidade que ele apontara em outro momento de *A Razão Populista*: diz respeito a uma demanda social que não pode ser atendida no interior do sistema por *exceder* “aquilo que é representável diferencialmente dentro dele”. O heterogêneo é aquilo que carece de localização diferencial na ordem simbólica (equivale ao conceito lacaniano de “Real”) (p. 169).

Portanto, este terceiro tipo de heterogeneidade trata-se do que Laclau denominou por heterogeneidade social, mas aqui compreendida não a partir do entendimento do jogo político a partir de uma separação estrita entre o interior e o exterior, mas como uma prática

articulatória, pois, como afirmara Laclau: “os ‘povos sem história’ ocuparam o centro do palco (...). Assim, sendo, esqueçamos Hegel” (p. 220).

A múltipla presença do heterogêneo na construção do campo popular demonstra, segundo Laclau (2003/2015), que “qualquer internalização sempre será ameaçada por uma heterogeneidade que nunca é pura exterioridade porque habita a lógica da constituição interna. E, inversamente, a possibilidade de uma exterioridade sempre estará às voltas com o funcionamento de uma lógica homogeneizante” (p. 226).

Deste modo, não se trata de conceber o jogo político a partir de uma separação estrita entre o “vazio” (lógica homogeneizante) e o “flutuante” (heterogeneidade) e sim como um jogo de impossível decisão entre eles. O que é “o mesmo que afirmar que a operação política *par excellence* sempre será a construção de um ‘povo’” (p. 227), a qual implica não uma fronteira estática, mas uma fronteira instável e em processo constante de deslocamento.

Esta compreensão que nega a distinção estrita entre interno e externo (homogêneo x heterogêneo) – característica da concepção hegeliana – e, assim, que se afasta de uma narrativa unificada, teleológica, demonstra que “o político é, em certo sentido, a anatomia do mundo social, pois é o momento de instituição do social” (p. 228), da construção de um “povo”. Não há mais espaço para a distinção entre luta econômica e luta política, porque o político deixou de ser uma categoria específica para ser uma dimensão constitutiva do social. Toda luta será por definição uma luta política.

3.2.2 Considerações preliminares sobre as dimensões do social e do político

Aqui, chegamos ao fim da argumentação que propusemos, no início do capítulo referente, a apresentar o político enquanto a dimensão de desconstrução da sedimentação social. Abrimos a discussão do capítulo com a conceituação da noção de antagonismo. Diferenciamo-la das noções de “oposição real” e “contradição lógica”, bem como consideramos o processo por meio do qual relações de subordinação são subvertidas e significadas como relações de opressão, sendo constituídos antagonismos sociais que podem, na articulação com outros, construírem lutas hegemônicas que dividem o social radicalmente em dois polos dicotômicos: hegemonia e povo.

Num segundo momento, abordamos o processo de construção da noção de hegemonia a partir do contexto da social democracia russa, passando pelas formulações de Lênin, Gramsci até chegar à compreensão de hegemonia proposta por Laclau. Nesse momento de delimitação da noção de hegemonia segundo a proposta da TDRP, mostramos como, em um primeiro momento, a noção de hegemonia foi proposta em torno da noção de ponto nodal;

logo, da compreensão de excesso de sentidos do campo da discursividade. Mediante a inserção da noção de falta, delimitamos como a compreensão de hegemonia passou a ser estruturada em torno da noção de significante vazio, significante flutuante e heterogeneidade, explicitando a forma de sedimentação do social nos escritos mais recentes de Laclau, bem como o caráter precário da hegemonia.

Com o que foi desenvolvido, concebemos que as dinâmicas do social e do político, sedimentação e desconstrução, ocorrem de modo entrelaçado, são complementares e simultâneas. Como enfatizamos anteriormente, desenvolvemos as discussões sobre essas duas lógicas constitutivas do campo da discursividade em capítulos distintos a fim de construir uma narrativa didática sobre a construção da TDRP.

Considerando especificamente o modo como tomamos a TDRP como objeto de análise mediante a utilização de conceitos da própria teoria como operadores analíticos, sintetizaremos nossas primeiras considerações analíticas. À medida que discorremos sobre o modo como Laclau construiu sua teoria política e defendemos as teses de que o social é uma objetividade precária e de que há uma primazia do político sobre o social – logo, que o antagonismo é o critério de definição do político e, ontologicamente, a condição de possibilidade da dinâmica do social no campo da discursividade – elucidamos como contingência, discurso, antagonismo e hegemonia²⁸ são elementos que, articulados, afirmam o posicionamento antagônico da formação discursiva TDRP a qualquer noção determinista e essencialista de sujeito e de sociedade.

Em específico, mediante a discussão desenvolvida no presente capítulo e no anterior, apreendemos que o essencialismo e o determinismo presente na tradição marxista são elementos antagonizados pela cadeia TDRP, estando este antagonismo presente na construção dos quatro momentos considerados por nós como centrais a essa cadeia.

O momento *contingência* integra a cadeia TDRP em antagonismo à cadeia marxista à medida que delimita a impossibilidade de qualquer predição determinista sobre o futuro. As relações que se encontram sedimentadas em um dado momento, bem como a emergência do antagonismo e a construção dos processos contra hegemônicos decorrem de práticas articulatórias que não poderiam ser possíveis no interior de uma concepção teleológica, unificada de história, como a elaborada pelos teóricos marxistas da segunda internacional

²⁸ Importa destacar que quando nos referirmos aos momentos da cadeia TDRP, consideramos àqueles conceitos propostos por Laclau que compõem a estrutura fundamental do seu corpus teórico e que são indispensáveis para a coerência argumentativa da TDRP.

frente ao problema da fragmentação da classe operária no final do século XIX e início do XX.

Nesse sentido, a elucidação do elemento contingência e sua articulação a elementos advindos da cadeia marxista, como hegemonia e a noção de “necessidade, implicou na mudança do sentido que esses últimos elementos possuíam originalmente na cadeia marxista. Articulados à contingência, passam a constituir momentos de uma nova formação discursiva, da cadeia TDRP.

No que diz respeito ao momento *discurso*, formulado a partir da articulação entre elementos advindos de cadeias discursivas diversas – cadeia heideggeriana (a noção de fundamento ausente), a cadeia derridiana (estrutura descentrada), a cadeia wittgensteiniana (práticas discursivas) – ele antagoniza essencialismos e determinismos, como os que se mostram presentes na cadeia marxista, na medida em que se caracteriza como uma estrutura simbólica resultante da articulação entre elementos linguísticos e não linguísticos (LACLAU, 1990/2000) que possuem seus sentidos estabelecidos diferencialmente de modo precário e provisório (LACLAU, 2005/2013). Desse modo, afasta-se de qualquer noção essencialista de uma estrutura fechada, determinada *a priori* por uma lei geral da história e da luta política que predetermina as identidades e as posições dos sujeitos na sociedade.

O momento *hegemonia*, formulado por Laclau e Mouffe (1985/2015) a partir da noção de bloco histórico advindo da cadeia gramsciana, antagoniza o determinismo economicista presente, inclusive, no pensamento de Gramsci, limitando o caráter contingente da formação das vontades coletivas. Ao passo que a totalidade hegemônica se constitui através do estabelecimento de uma fronteira antagônica, seu processo constitutivo pressupõe a admissão da diferença e do pluralismo no campo da discursividade e a construção de vontades coletivas a partir da prática articulatória, somente possível diante da compreensão tanto dos elementos como da ordem social como contingentes.

O momento *antagonismo*, como proposto por Laclau e Mouffe (1985/2015), é a própria experiência de impossibilidade da plenitude de qualquer identidade, visto que há sempre um outro que nos ameaça e que, ao mesmo tempo, é condição de possibilidade de nossa existência. Desse modo, o momento *antagonismo* nega a noção determinista de identidade e de história da cadeia marxista. Em relação à primeira, o momento antagonismo nega a compreensão de que a identidade do sujeito da ação política (o proletariado) é determinada *a priori* a partir do sistema de relação de produção, ao entender que o sujeito político decorre do próprio processo contingente de luta.

Quanto à segunda noção, o momento antagonismo nega a possibilidade presente na tradição marxista do alcance de uma sociedade plena, a partir da eliminação do outro antagônico, o capitalismo. Compreensão, portanto, que, apesar de reconhecer a conflitualidade na organização da sociedade, concebe que esta pode ser superada, indicando, assim, a ausência de uma afirmação radical do conflito. Como nos tem mostrado Laclau, o conflito, o dissenso é constitutivo do social, qualquer projeto de sociedade que se busque alcançar terá inscrito em sua constituição um outro antagônico.

Referente ao modo como o elemento antagonismo é construído, decorre da diferenciação das noções de oposição real e contradição lógica advindas da cadeia colletiana e, articulada à compreensão de que a instituição de identidades ocorre a partir da disputa por se ocupar o lugar do poder, um lugar vazio, noção que advém da cadeia lefortiana.

Com as considerações apresentadas temos estabelecido o modo como a cadeia TDRP se constitui a partir da articulação entre os elementos discurso, contingência, hegemonia e antagonismo frente a um outro antagônico, qualquer noção determinista e essencialista de sujeito e de sociedade, como nos mostra os antagonismos às noções marxistas. Isso posto, agora destacaremos o lugar estruturante que a psicanálise ocupa nesta cadeia e, assim, as contribuições da articulação entre ela e as demais correntes teóricas constituintes do pensamento de Laclau para a análise sobre o social e o político. Defenderemos a tese de que à medida que a psicanálise vai ganhando espaço na argumentação teórica de Laclau, ele reafirma certas lógicas argumentativas da TDRP e/ou provoca reordenamentos teóricos concernentes ao modo de conceber o social e o político a fim de radicalizar a ideia de que a “sociedade é impossível”.

Capítulo 4

Contribuições da psicanálise à TDRP, articulações e reordenamentos

Orientados pelo segundo objetivo específico da dissertação, nesse capítulo buscaremos: apreender o modo como a psicanálise é utilizada por Laclau de modo articulado às demais correntes de pensamento constituintes da TDRP, para tanto, considerando os diálogos que o autor estabelece com seus interlocutores. Nesse processo, a tese defendida é que à medida que a psicanálise vai ganhando espaço na argumentação teórica de Laclau, o autor reafirma certas lógicas argumentativas da TDRP ou provoca reordenamentos teóricos relativos à análise das dinâmicas do social e do político.

Em termos de estrutura do capítulo, apresentaremos a discussão a partir da ordem de publicação dos livros selecionados, articulando os conceitos psicanalíticos às dimensões constitutivas do campo da discursividade – social e político. Começaremos abordando os seguintes conceitos: ponto nodal, sobredeterminação e sutura, presentes no *Hegemonia* (1985/2015). Em seguida, serão apresentadas as compreensões de deslocamento e sujeito enquanto falta a partir do *Nuevas reflexiones* (1990/2000). Posteriormente, as compreensões de significante vazio, nome, afeto/gozo, objeto *a* e das Ding, como são propostos em *A razão populista* (2005/2013).

Importa destacar que esses conceitos a serem trabalhados foram identificados e selecionados a partir do seguinte critério: conceitos que Laclau informa serem oriundos da teoria psicanalítica, seja ao decorrer dos textos ou em notas de rodapé e/ou de final de capítulo. É relevante salientar este ponto, visto que alguns autores entendem que conceitos laclaunianos que não explicitamente são atribuídos à psicanálise, como o conceito de articulação, segundo Mendonça (2012a), ou identidade, identificação e exclusão radical, segundo Barbosa (2014) sejam apropriados a partir da matriz de pensamento em questão.

Recordando que, como explicitado no capítulo metodológico, estamos tomando a TDRP, em termos de uma formação discursiva, como objeto de análise e as noções de articulação e antagonismo como operadores de análise, o presente capítulo estruturar-se-á da seguinte forma: discorreremos sobre o modo e a partir de quais autores Laclau faz uso dos conceitos psicanalíticos a fim de reafirmar ou deslocar lógicas argumentativas da TDRP. Mostraremos como as contribuições psicanalíticas, em especial a dimensão do real – seja a partir da noção de falta, deslocamento, nos termos de Laclau, seja a partir da compreensão de afeto/investimento libidinal – passam a ser momentos de importância ímpar na

estruturação argumentativa da TDRP. Contribuem para radicalizar o antagonismo a noções essencialistas e deterministas de sujeito.

4.1 Hegemonia (1985): ponto nodal, sobredeterminação, sutura

Segundo Stavrakakis (2015), as aproximações e afinidades de Laclau com a teoria freudiana e lacaniana se mostram presentes desde a década de 1970 e vão de similaridades terminológicas mais diretas a estreitas afinidades conceituais, mesmo quando as categorias em si não são as mesmas. No ensaio *Fascismo e ideologia* (1978), ao fazer críticas a Nicos Poulantzas, Laclau se alinha a apropriações althusserianas de conceitos psicanalíticos, destaca a importância da concepção psicanalítica de “condensação” para a teoria da ideologia e lamenta o abandono de Poulantzas da teoria da interpelação de Althusser, a qual tem sua origem na teorização sobre a “fase do espelho” de Lacan (STAVRAKAKIS, 2015).

O uso “ecletico e esporádico” da psicanálise por parte de Laclau durante a década de 1970, mediado pela leitura de Althusser, foi transformado, segundo Stavrakakis (2015), em um compromisso sério e autônomo a partir de *Hegemonia e estratégia socialista* (1985/2015). Nesta obra, Laclau e Mouffe propõem sua compreensão de hegemonia, lógica política de constituição do social que, segundo Stavrakakis (2015), se trata de uma reformulação da teoria da hegemonia de Gramsci a partir de uma compreensão de discurso. O que corrobora com o que discutimos no capítulo terceiro referente à noção de hegemonia.

Como vimos no capítulo terceiro, em Gramsci se, por um lado, a noção de hegemonia/bloco histórico correspondia ao processo de articulação entre uma pluralidade de lutas particulares que constituíam uma vontade coletiva; por outro lado, cada bloco histórico se constituiria em torno de um único princípio unificador, uma classe econômica fundamental, a hegemonia seria operária ou burguesa, o que significa a manutenção de uma determinação economicista no pensamento de Gramsci. Nesse ponto, Laclau e Mouffe (1985/2015) se diferenciam de Gramsci ao passo que reconhecem a contingencialidade no processo de articulação política que conduz à constituição de uma hegemonia, tornando-se inviável a determinação *a priori* de qual seria a demanda a ocupar o lugar de ponto nodal, de um ponto ordenador da cadeia.

Referente à noção de ponto nodal, entendemos, assim como Stavrakakis (2015), se tratar de um conceito similar ao que propõe Lacan com a noção de *point de capiton*. Com esse conceito, Laclau e Mouffe formulam a mecânica e a arquitetura da articulação discursiva. Não fosse a existência de um ponto nodal, qualquer ordenação discursiva do social não se faria possível e estaríamos imersos num discurso psicótico (STAVRAKAKIS,

2015). Sobre a compreensão de ponto nodal e a função que ocupa na ordenação do discurso, Laclau e Mouffe (1985/2015) expõem:

Passemos a nossa segunda dimensão. A impossibilidade de uma fixação última de sentido implica que deve haver fixações parciais, do contrário, o fluxo das diferenças seria impossível. Mesmo para que se possa definir, subverter o sentido, há de haver um sentido. Se o social não consegue fixar a si mesmo nas formas inteligíveis e instituídas de uma sociedade, o social só existe, no entanto, como esforço para construir esse objeto impossível. **Qualquer discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de constituir um centro. Chamaremos os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial de pontos nodais. (Lacan insistiu nessas fixações parciais através do seu conceito de *points de capiton*, isso é, de significantes privilegiados que fixam o sentido de uma cadeia significante. Esta limitação de produtividade da cadeia significante estabelece as posições que tornam possíveis a predicação — um discurso incapaz de gerar qualquer fixação de sentidos é o discurso do psicótico.)** (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 187).

Do que pontuam os autores na citação acima, ao tomar Lacan como interlocutor direto para propor a noção de ponto nodal, pode-se estabelecer que a teoria democrática de Laclau e Mouffe (1985/2015) se encontra imbricada pela psicanálise desde as primeiras formulações dos autores. O que Laclau e Mouffe (1985/2015) propõem como formação discursiva se encontra numa relação de similaridade ao que Lacan denomina como *cadeia de significantes*. A própria compreensão de significante é advinda da psicanálise lacaniana, na medida em que para Laclau significante não corresponde à *imagem acústica*, que, juntamente a um *significado*, constitui a unidade do *signo linguístico* saussuriano. Para Laclau, significantes são unidades simbólicas/significativas precárias e parciais que, por meio de processos de articulação, constituem formações discursivas.

A partir das compreensões de ausência de um centro privilegiado que ordene a estrutura (Derrida), de inexistência de um fundamento do ser (Heidegger) e da compreensão de que os sentidos são relacionais (Wittgenstein), Laclau e Mouffe (1985/2015) concebem o campo da discursividade de modo desprovido de qualquer determinação *a priori* ou fundamento último. A articulação da noção de ponto nodal à cadeia TDRP, em antagonismo também à ideia de uma determinação última que ordene a estrutura, torna possível a compreensão de algum tipo de fixação de um centro. Centro esse precário e parcial. Desse modo, a estruturalidade do discurso enquanto estrutura simbólica descentrada é proposta em *Hegemonia* (1985/2015) a partir da articulação entre Derrida, Heidegger, Lacan e

Wittgenstein. Em outros termos, podemos ver que o *momento* discurso da cadeia TDRP resulta de uma articulação entre a noção psicanalítica de ponto nodal, a compreensão derridiana de ausência de centro estrutural privilegiado, a compreensão de inexistência de fundamento do ser heideggeriano e a noção de jogos de linguagem wittgensteiniana.

A estrutura não possui sentido *a priori*/essência/centro, não possui determinação última. É por isso que Laclau e Mouffe (1985/2015) propõem que a sociedade é uma impossibilidade. O que temos é um sistema de diferenças inumerável e a interrupção do contínuo fluxo das diferenças em torno de pontos nodais institui totalidades precárias. Sobre o excesso e contínuo fluxo de sentidos constituintes do campo da discursividade, bem como sobre a função do ponto nodal, Laclau e Mouffe (1985/2015) propõem:

se aceitarmos o caráter incompleto de toda fixação discursiva e, ao mesmo tempo, afirmarmos o caráter relacional de toda a identidade, o caráter ambíguo do significante, sua não-fixação a qualquer significado, só pode existir na medida em que haja uma proliferação de significados. Não é a pobreza de significados, e sim, ao contrário, a polissemia que desarticula uma estrutura discursiva. É isso que estabelece a dimensão sobredeterminada, simbólica de toda identidade social. A sociedade nunca consegue ser idêntica a si mesma, já que todo ponto nodal se constitui no interior de uma intertextualidade que lhe excede (p. 188).

Importa lembrar que essa compreensão de estrutura do discurso que é fixada a partir do ponto nodal enquanto um ponto de significação que é privilegiado por deter o fluxo das diferenças, fixando o sentido de uma cadeia significante, é reordenada por Laclau em *Por que os significantes vazios importam para a política* (1996/2011). Neste texto, o autor introduz a noção de significante vazio, a qual abordaremos no subtópico do presente capítulo em que trataremos sobre afeto e nome.

A compreensão de uma polissemia de sentidos constituinte do campo da discursividade implica, para Laclau e Mouffe (1985/2015), na constituição sobredeterminada do social. Segundo os autores, o conceito de sobredeterminação – que incorporam à TDRP a partir da psicanálise, por intermédio de Althusser – corresponde em Freud a um tipo “bastante preciso de fusão que envolve uma dimensão simbólica e uma pluralidade de significados” (p. 169). Laclau e Mouffe (1985/2015) entendem que o sentido potencial mais profundo da afirmação althusseriana de que nada há no social que não seja sobredeterminado é a afirmação de que o social é constituído como uma ordem simbólica de contínuas articulações significativas que atribuem sentidos diversos ao mundo. Isso implica a compreensão de que

não há uma literalidade final nas relações sociais que as reduza a momentos necessários de uma lei imanente (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015):

Não há *dois* planos, uma das essências e o outro das aparências, uma vez que não há possibilidade de se fixar um sentido literal *último* em relação ao qual o simbólico seria um plano segundo e derivado de significação. A sociedade e os agentes sociais carecem de qualquer essência, e suas regularidades consistem meramente de formas relativas e precárias de fixação que acompanham o estabelecimento de uma ordem social (p. 169).

Laclau e Mouffe (1985/2015) compreendem ainda que, se a princípio, Althusser os apresenta ao conceito de sobre-determinação e, a partir desse, torna possível que o social e os sujeitos sejam pensados como efeitos de articulações simbólicas; por outro lado, a vinculação de Althusser ao determinismo economicista cliva o potencial analítico do conceito em suas teorizações na medida em que, para esse autor, o resultado do processo de articulação sobre-determinado seria a constituição de um sujeito da luta de classes. A sobre-determinação abarca, para Laclau e Mouffe (1985/2015), uma lógica de indeterminação/contingencialidade que não permite uma limitação/fixação de sentido último sobre o social, o que faz com que a sociedade esteja sempre aberta a reconfigurações; logo, que sua objetividade esteja sempre ameaçada. Dito por outro ângulo, o sentido de toda identidade é sobre-determinado na medida em que toda a literalidade aparece constitutivamente subvertida e transbordante, na medida em que há a presença de alguns objetos em outros temos a impossibilidade de que toda e qualquer identidade seja plenamente fixada (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

A concepção do social como uma ordem simbólica, sobre-determinada, de contínuas articulações significativas, e, assim, de que não há uma literalidade final nas relações sociais que as reduza a momentos necessários de uma lei imanente, permite afirmarmos que a articulação do conceito de sobre-determinação na cadeia TDRP é feito também no antagonismo a qualquer tipo de determinação *a priori* ou fundamento último. Nesse sentido, o argumento psicanalítico da sobre-determinação se articula com o conceito de ponto nodal, bem como com a noção do poder como lugar vazio, proposto por Lefort, sendo a totalidade discursiva possível apenas através da articulação, de modo sobre-determinado, entre um pluralismo de lutas possibilitado pelo imaginário democrático que emergiu com a revolução democrática.

A análise dos limites do marxismo desenvolvida por Laclau e Mouffe (1985/2015) mostrou que, ao invés dos agentes sociais se constituírem em torno de interesses da luta de classes, o que ocorreu historicamente foi a dispersão e fragmentação da classe trabalhadora

e construções contingentes da ordem social e de articulações políticas. Tal argumento sobre a dispersão de posições de sujeito se articula ao argumento psicanalítico da sobredeterminação, visto que, segundo Laclau e Mouffe (1985/2015), estamos no “campo de excesso da sobredeterminação” de algumas identidades por outras e do banimento de todas as formas de fixação última. Não havendo fixação última, o que temos é o social como uma objetividade precária e parcial, marcada por um contínuo fluxo de articulações simbólicas que fazem dele [do social] sempre passível a reordenamentos.

Ainda tratando sobre a fixação parcial do social, Laclau e Mouffe (1985/2015) recorrem à compreensão lacaniana de sutura, noção da qual se apropriam a partir da leitura que fazem de Jacques-Alain Miller. O uso que fazem desse conceito reafirma a articulação de conceitos subjacentes ao registro simbólico na psicanálise na construção da TDRP. Numa extensa nota presente no final do segundo capítulo de *Hegemonia*, sobre a compreensão de sutura, Laclau e Mouffe expõem:

Ele [o conceito de sutura] é usado para designar a produção do sujeito com base no encadeamento de seu discurso; isso é, na não correspondência entre o sujeito e o Outro — o simbólico — que impede o fechamento deste último como presença plena. (...) “Sutura designa a relação do sujeito com o encadeamento de seu discurso; veremos que ela [sutura] figura aí como o elemento que falta, sob a forma de um *substituto* [ponto nodal]. Pois, embora faltando ali, ela não está pura e simplesmente ausente. Sutura, por extensão: a relação geral da falta com a estrutura da qual ela é um elemento, na medida em que implica a posição de um tomar-o-lugar-de” (Miller, p. 25-26). Este momento da falta é, contudo, somente um aspecto. **Num segundo aspecto, a sutura implica num preenchimento. Como Stephen Heath apontou, “sutura designa, não só uma estrutura de falta, mas também uma disponibilidade do sujeito, um certo fechamento (...). Não surpreende (...), portanto, que o próprio uso que Lacan faz do termo ‘sutura’ dê a ele o sentido de uma ‘pseudo identificação’, defina-o como ‘função do imaginário e do simbólico’ (...). A questão é clara: o ‘Eu’ é uma divisão, mas apesar disso une; o substituto é a falta na estrutura, mas simultaneamente, contudo, a possibilidade de uma coerência, do preenchimento” (S. Heath, “Notes on Suture”, *Screen*, p. 55-56). É este duplo movimento que tentaremos sublinhar em nossa extensão do conceito de sutura para o campo da política. As práticas hegemônicas são suturantes na medida em que seu campo de operação é determinado pela abertura do social, pelo caráter de não fixidez última de todo significante. Esta falta original é precisamente o que as práticas hegemônicas tentam preencher. Uma sociedade totalmente suturada seria aquela onde este preenchimento teria alcançado suas consequências últimas e teria conseguido, portanto, identificar-se como a transparência de uma ordem**

simbólica fechada. Um tal fechamento do social é, como veremos impossível (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015, p. 158, grifo nosso).

A citação acima é por demasiado rica e fala do lugar que a psicanálise ocupa na teorização de Laclau a partir de distintos ângulos. Em primeiro lugar, os autores admitem a dimensão de uma falta constitutiva, mesmo que não a desenvolvam em *Hegemonia* (1985/2015) a partir da psicanálise. No livro de 1985, quando os autores se referem à abertura do social, eles o fazem atribuindo sua causa não a uma falta constitutiva, mas ao transbordamento de uma pluralidade de sentidos presentes no campo da discursividade: “o caráter parcial dessa fixação [proporcionada pelo ponto nodal] advém da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de todo o discurso pela infinidade do campo da discursividade” (p. 188).

Reconhecer a falta, não a desenvolver e argumentar sobre a abertura do social por meio do excesso, implica, minimamente, uma ambiguidade argumentativa presente em *Hegemonia* (1985/2015). Possivelmente, em decorrência dessa ambiguidade e após considerações de Žižek (1990/2000) que, em *Nuevas reflexiones* (1990/2000), Laclau atribuirá, de maneira mais precisa, a falta como a causa da abertura do social.

O reconhecimento da falta em Laclau e Mouffe (1985/2015), em termos da psicanálise, mas a ausência de operacionalização dela no *Hegemonia*, atribuindo a causa da abertura do social ao contínuo fluxo de excesso de sentidos, leva-nos a questionar: a noção de Heidegger de inexistência de essência do ser ou a noção de Derrida, se a inexistência de um centro privilegiado que ordene a estrutura não inscreveriam a noção de uma falta constitutiva na argumentação de Laclau? Nossa resposta é sim. No entanto, por mais que as noções de ausência do ser e de inexistência de um centro denotem a ausência da instância transcendental que suturaria a estrutura, o uso que Laclau e Mouffe (1985/2015) fazem de Heidegger e de Derrida é para se opor à metafísica da presença, segundo a qual haveria uma essência dos objetos, uma consciência do sujeito, um significado que corresponderia a cada coisa no mundo.

Com o uso que fazem de Heidegger, um uso pontual, importa destacar que Laclau e Mouffe (1985/2015) mostram que não existe essência do ser, não por meio da ênfase de uma falta constitutiva, mas que, em termos do discurso, os sentidos que atribuímos ao ser e ao mundo são mutáveis, acordados, decorrentes de processos de significação; logo, que a essência do ser é a existência. Já com a referência à Derrida, Laclau e Mouffe (1985/2015) enfatizam que não existe um centro fixado *a priori* que ordene a estrutura, que estabeleça uma ordem; logo, a referência à Derrida é feita, sobretudo, para corroborar com o

descentramento proposto por Lefort a partir da noção de lugar vazio. Não existe centro, o que há é o contínuo fluxo de significantes; nesse momento, entra a noção de ponto nodal pra fixar, parcialmente e de modo precário, um sentido que ordene a estrutura. Nesse sentido, Heidegger e Derrida são usados para mostrar a precariedade do social em termos das fixações parciais de sentidos e pontos de ordenamento, enfatizando a dimensão do excesso, não para denotar a impossibilidade última da sociedade em decorrência da falta constitutiva do social. Algo que corrobora com o que é proposto na citação acima quanto à compreensão de a sutura não apontar apenas para uma experiencia de falta, mas também de fechamento. Ou seja, temos em *Hegemonia*, por meio da sutura, uma não radicalidade da noção de falta e a ênfase no conceito de sobredeterminação.

Ao tratar do caráter de “preenchimento” da sutura em relação ao sujeito, Laclau e Mouffe (1985/2015) pontuam que “o substituto é a falta na estrutura, mas, simultaneamente, contudo, a possibilidade de uma coerência, do preenchimento” (p. 158). Na medida em que Laclau e Mouffe (1985/2015) não desenvolvem a noção de falta lacaniana enquanto a causa da abertura do social e na medida em que, ao se referirem ao sujeito, estão na realidade tratando de posições de sujeito, que são localizações estruturalmente determinadas, como os autores trabalham a dimensão da sutura na estrutura do discurso? O fazem a partir da compreensão de ponto nodal: o excesso de sentidos presentes no campo da discursividade provoca a desarticulação das cadeias e o ponto nodal as sutura como resultado da operação hegemônica a partir da qual uma pluralidade de significantes são articulados, instituindo-se, assim, uma formação discursiva, uma fixação parcial do fluxo das diferenças.

Dito isso, compreendemos que a noção de sutura assim como as noções de ponto nodal e de sobredeterminação participam da constituição do que Laclau entende por social, especificamente relacionadas à elucidação do processo de sedimentação. Entretanto, como já apontamos, as dinâmicas do social e do político encontram-se imbricadas, de modo que podemos entender que o conceito de ponto nodal também está relacionado à dimensão do político, na medida em que sua construção se faz a partir da delimitação de uma fronteira antagonica mediante à negação de uma outra cadeia significativa presente no campo da discursividade.

4.2 Nuevas reflexiones (1990/2000): deslocamento e sujeito enquanto falta

A compreensão de deslocamento foi proposta por Laclau (1990/2000) frente a considerações de Žižek (1990/2000) quanto à existência de uma ambiguidade conceitual presente na noção de antagonismo como o limite para plena constituição identitária. Diante

de colocações como “a presença do ‘Outro’ me impede de ser plenamente eu mesmo” (LACLAU; MOUFFE, p. 202), Zizek (1990/2000) entende que se inscreve na compreensão de antagonismo, mesmo que não seja a intenção de Laclau e Mouffe, a ideia de que mediante a luta antagônica, à medida que o outro fosse derrotado, alcançar-se-ia a plena constituição identitária consigo mesmo. Diferente disso, o que se alcança com a derrota do inimigo é uma sedimentação hegemônica.

Segundo o que revela Zizek (1990/2000), a compreensão de que o inimigo é o que impede a plena constituição e que, ao derrotá-lo, alcança-se a plenitude, trata-se de uma ilusão ideológica própria à condição de posição de sujeito. Ilusão que tampona a condição revelatória do antagonismo de que o conflito é a possibilidade de constituição das identidades, mesmo que precárias, e que o que impossibilita a plena identificação consigo mesmo é uma falta constitutiva (MENDONÇA, 2012a; ZIZEK, 1990/2000). Vejamos as considerações de Zizek (1990/2000):

A ilusão consiste em supor que depois da eliminação final do inimigo antagônico eu terei abolido de uma vez por todas o antagonismo sexual: a luta feminista contra a opressão patriarcal e machista é necessariamente acompanhada pela ilusão de que mais tarde, quando a opressão patriarcal for abolida, as mulheres terão alcançado plena identidade consigo mesmas, realizado seu potencial humano, e assim por diante. (...) Não é o inimigo externo que me impede de obter identidade comigo mesmo, mas que cada identidade, entregue a si mesma, já está bloqueada, marcada por uma impossibilidade, e o inimigo externo é simplesmente a pequena peça, o resto da realidade sobre o qual “projetamos” ou “exteriorizamos” essa impossibilidade intrínseca e imanente (ZIZEK, 1990/2000, p. 259-260, tradução nossa).

Mediante essa consideração de Zizek (1990/2000), Laclau (1990/2000) propôs, em uma entrevista concedida a Yannis Stavrakakis, que construir o outro como inimigo pressupõe uma identificação *a priori* de “nós” mesmos com as posições de sujeito na estrutura sedimentada; especificamente, identificação com a ilusão ideológica de que o inimigo impede a plena constituição e que sua derrota sana tal problema. Seguem as considerações de Laclau:

Havia certa ambiguidade na forma como a categoria de antagonismo foi formulada em *Hegemony and Socialist Strategy*.... Hoje eu acredito que a constituição do outro como antagônico já pressupõe uma certa inscrição discursiva – em outras palavras, conceber o outro como um inimigo pressupõe uma identificação *a priori* de nós mesmos com a posição particular na estrutura da ordem Simbólica [isto também pressupõe, em alguns casos, a construção imaginária-fantasmática de ambos os polos

antagônicos]. É por isso que em meu mais recente trabalho eu movi minha atenção à categoria de “deslocamento” a um nível anterior da de “antagonismo” (STAVRAKAKIS, 2003, p. 324, citado por MENDONÇA, 2012a, p. 211-212).

Ao passo em que Žizek (1990/2000) enfatiza a disputa antagônica como condição de possibilidade para a constituição de identidades políticas, logo, de hegemonizações, e, subsequentemente, de cristalizações de posições de sujeito, mostra a Laclau que se faz necessário operacionalizar a falta constitutiva como condição de impossibilidade da plenitude. A partir daí, Laclau direciona sua atenção à noção de “deslocamento”, conceito que inscreve a noção de real lacaniano no bojo da TDRP e passa a funcionar como o “limite da plena constituição identitária”, como aquilo que impossibilita a plena constituição da sociedade (MENDONÇA, 2012a).

Sobre o deslocamento, Laclau (1990/2000) propõe que há três dimensões que lhes são características. A primeira diz respeito ao deslocamento enquanto temporalidade. Trata-se de um momento em que as articulações entre os elementos da estrutura do discurso vacilam e, assim, revelam um real irrepresentável. A segunda diz respeito à possibilidade de rearticulações mediante os descontínuos da estrutura. Nos termos de Laclau (1990/2000):

O deslocamento de uma estrutura abre, assim, aos que são libertos de sua força coercitiva - àqueles que estão fora dela - a possibilidade de rearticulações múltiplas e indeterminadas. E a própria possibilidade desse deslocamento mostra o caráter de mera possibilidade do conjunto articulatório que constituía a estrutura anterior ao deslocamento. A forma pura da temporalidade e a forma pura da possibilidade, portanto, coincidem (p. 59, tradução nossa).

Desse modo, ao passo que a estrutura que outrora se encontrava instituída é deslocada, tanto as identidades diferenciais/posições de sujeito que se encontravam cristalizadas, os momentos antes articulados no interior da cadeia hegemônica, quanto as demandas que se encontravam externas à cadeia podem se (re)articular. Ademais, o deslocamento revela que a estrutura antes sedimentada era uma mera possibilidade de ordenamento frente a outras possibilidades. A terceira dimensão característica do deslocamento é a liberdade, que se apresenta decorrente da abertura do social em virtude da inexistência de um significante último que suture a estrutura. Liberdade a partir da qual é passível ao sujeito se identificar com discursos múltiplos e ocupar posições de sujeito distintas. Com isso, entende-se não haver determinismos estruturais permanentes e o sujeito emerge nos deslocamentos da estrutura:

Suponha que aceitemos plenamente a visão estruturalista: sou um produto de estruturas; nada em mim tem uma substancialidade separada dos discursos que me constituíram; o determinismo total governa minhas ações. Tudo bem, vamos conceder todo o argumento. Mas surge imediatamente uma pergunta: o que acontece se a estrutura que me determina não se constitui como tal; o que acontece se um exterior radical, um exterior que não tem medida ou fundamento comum com o interior da estrutura a desloca? Nesse caso, obviamente, a estrutura não é bem-sucedida, mas não porque eu tenha uma essência fora da estrutura, mas porque a estrutura falhou no processo de sua constituição plena e, portanto, também no processo de me constituir como sujeito [posição de sujeito]. Não é que exista algo em mim que a estrutura oprima e que seu deslocamento liberte; sou simplesmente *jogado* na minha condição de sujeito [sujeito da falta], porque não consegui me constituir como objeto [nesse caso, objeto=posição de sujeito]. A liberdade assim “conquistada” em relação à estrutura é, portanto, inicialmente, um evento traumático. Estou condenado a ser livre, mas não, como afirmam os existencialistas, porque não tenho identidade estrutural, mas porque tenho uma identidade estrutural fracassada. Isso significa que o sujeito é parcialmente autodeterminado; mas como essa autodeterminação não é a expressão de algo que o sujeito é, mas, pelo contrário, a consequência de sua falta de ser, a autodeterminação só ocorrerá através de atos de identificação. Daí resulta que uma sociedade será mais livre quanto maior a indeterminação estrutural (LACLAU, 1990/2000, p. 60-61, tradução nossa).

Sobre essas três dimensões características do deslocamento – temporalidade, possibilidade e liberdade –, Laclau (1990/2000) nos diz que estão mutuamente implicadas. Se a temporalidade não for radical, isto é, se o momento de deslocamento não for contingente, indeterminado estruturalmente, seria um momento interno da estrutura. E, nesse caso, as possibilidades de reestruturação não seriam, de fato, possibilidades, mas um reordenamento limitado ao jogo de posições que já se encontravam presentes. Por consequência, não haveria então a liberdade para que o sujeito se constituísse a partir de outros discursos. Sobre essas considerações, Laclau (1990/2000) pondera:

Aqui, novamente, encontramos o paradoxo que domina toda a ação social: existe liberdade porque a sociedade deixa de se constituir como uma ordem estrutural objetiva; mas toda ação social tende à constituição desse objeto impossível e à eliminação, portanto, das condições da própria liberdade. Esse paradoxo não tem solução: se tivesse, simplesmente teríamos retornado ao objetivismo sociológico com o qual estamos lidando ao longo deste ensaio. Esse paradoxo é irremediável porque **o deslocamento é o nível ontológico primário de constituição do social**. Entender a realidade social não consiste, portanto, em entender o que é a sociedade, mas o que a impede de ser (p. 60-61, grifo nosso).

Com a elaboração da noção de deslocamento, Laclau (1990/2000) faz operar o que acreditamos ser o reordenamento mais importante em sua teoria em termos dos diálogos que estabelece com a psicanálise. Reordenamento que, como já pontuado, alguns teóricos (GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2008, STAVRAKAKIS, 2015; HOWARTH, 2008; MENDONÇA, 2012a) consideram ser o momento de giro psicanalítico/lacaniano na teoria TDRP. Se em *Hegemonia*, Laclau e Mouffe (1985/2015) atribuíam a causa da abertura do social, sua impossibilidade última de se constituir plenamente enquanto sociedade, ao excesso de sentidos presentes no social; a partir de *Nuevas reflexiones* (1990/2000), essa impossibilidade constitutiva é enfatizada a partir da falta. O social é marcado por uma fratura irremediável, visto a inexistência do significante último que suture a estrutura.

Por meio da noção de deslocamento, Laclau (1990/2000), além de atribuir a abertura do social à falta – que permite a compreensão de possibilidades múltiplas de reordenamentos do social –, reafirma a impossibilidade de um ordenamento pré-determinado da estruturalidade das formações discursivas. Algo que, em *Hegemonia*, fora proposto a partir da ausência de um centro privilegiado, segundo o que propõe a teoria derridiana. Já com a noção de liberdade que se apresenta decorrente da abertura do social em virtude da inexistência de um significante último, que, por consequência, possibilita a emergência de um sujeito desprovido de essência e que tem por possibilidade de existência momentos de atos de identificação discursiva, reafirma o argumento da inexistência de essência do ser que é proposto em *Hegemonia* a partir de Heidegger.

A partir dessas últimas considerações, podemos, então, entender o que Laclau quis dizer quando, em entrevista à Stavrakakis, disse ter movido sua atenção “à categoria de ‘deslocamento’ a um nível anterior da de ‘antagonismo’” (MENDONÇA, 2012a, p. 212). Num nível anterior ao próprio antagonismo, o deslocamento é proposto por Laclau (1990/2000) como a condição ontológica do social: “deslocamento é o nível ontológico primário de constituição do social. Entender a realidade social não consiste, portanto, em entender o que é a sociedade, mas o que a impede de ser” (p. 61).

Se, em um primeiro aspecto, a introdução da noção de deslocamento no bojo da TDRP representa uma virada psicanalítica nas teorizações de Laclau, em virtude de ser atribuída à falta a causa da abertura do social; num segundo aspecto, esse lugar de relevância ímpar, ocupado pela psicanálise, se mostra a partir da afirmação de que o deslocamento/o real é o nível ontológico primário de constituição do social. Mover a condição primária de ontologia do social à compreensão de deslocamento faz do antagonismo uma condição

secundária, mas ainda preserva a primazia do político sobre o social e o antagonismo como o critério de identificação do político.

Esse aspecto de que o deslocamento é a condição primária da ontologia do social é de vital importância, visto que reordena a lógica argumentativa da TDRP como fora proposta no livro de 1985. É porque existe uma falta constitutiva, um objeto inalcançável, que nenhuma hegemonia, mesmo que se proponha uma universalidade, não consegue abarcar o pluralismo heterogêneo constitutivo do social. Mediante a falta, qualquer tipo de afirmação de um centro, de uma sutura parcial, qualquer possibilidade de ordenamento social só é possível ao passo que se identifique um outro antagonico, que a hegemonia exclua de si para se afirmar. Isso implica dizer que a falta produz o excesso de significantes no campo da discursividade. O excesso de sentidos, as múltiplas diferenças no campo do discurso são respostas que buscam dar conta da falta. Em termos das demandas sociais, elas só existem como tentativas para dar conta de algo que falta. Veremos como Laclau (2005/2013) aprofunda tal argumentação ao discorrermos sobre as noções de nome, das Ding e objeto *a*.

Agora, apreendamos em que situações ocorrem os deslocamentos no social e quais as reconfigurações que provoca. No cenário em que temos a sedimentação do social estabelecida – uma cadeia discursiva hegemônica, constituída por momentos articulados equivalencialmente – e de modo externo a ela temos antagonismos sociais que se direcionam contra a hegemonia, podemos destacar dois lócus de deslocamentos.

Um primeiro lócus de deslocamento ocorre externamente à cadeia hegemônica. À medida que temos antagonismos sociais – a heterogeneidade social excluída do interior da cadeia –, enfrentando inimigos particulares, temos toda a ordem social sedimentada sendo posta em questão. Os antagonismos põem em relevo as relações desiguais presentes no social, revelam que há posições de sujeito em condições de opressor e posições de sujeito na condição de oprimidos, bem como revelam que a ordem instituída se mantém estabelecida mediante a negação de outras possibilidades de ordenamento. Um segundo lócus de deslocamento ocorre internamente à cadeia hegemônica. Diz respeito aos tensionamentos ocasionados pela incompatibilidade dos particularismos das demandas em equivalência.

Com os referidos lócus de deslocamento, entendemos que há conflitos na estrutura social sedimentada seja a partir de antagonismos sociais (heterogeneidade social) direcionados à cadeia, seja a partir dos tensionamentos no interior da hegemonia mediante a presença heterogênea dos particularismos que se chocam e desestabilizam os vínculos de equivalência.

Esses pontos de conflito, em distintos lugares da estrutura sedimentada, ao passo que se multiplicam – de modo externo ou interno à hegemonia –, fazem com que a ordem social instituída entre em um estado de crise orgânica generalizada, de “anomia social” (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; MENDONÇA, 2012a), que resulta num terceiro tipo de deslocamento. Nomeamos este tipo deslocamento radical para diferenciá-lo dos deslocamentos mais localizados, visto que implica no rompimento radical da estrutura outrora sedimentada, fazendo aparecer o real, que é seguido por uma reestruturação do social e que passa a ser dicotomizado entre hegemonia e contra hegemonia/povo.

Frente às considerações elucidadas sobre a noção de deslocamento, apreendemos que sua introdução, no interior da cadeia discursiva TDRP, implicou a reformulação da lógica argumentativa da teoria, tanto em termos da precariedade ser concebida em função da falta e não do excesso de sentidos, quanto do deslocamento ser localizado como a condição primária da ontologia do social.

Com isso, temos elucidado um primeiro argumento que nos orienta a defender a tese de que a psicanálise, mediante a noção de falta/deslocamento, passa a ocupar posição de destaque na estrutura argumentativa da teoria de Laclau e, assim, no antagonismo a teorias essencialistas e deterministas. A sociedade é impossível porque não existe aquele significante último que suture a estrutura.

Agora, discorramos sobre a segunda noção psicanalítica articulada por Laclau à TDRP em *Nuevas reflexiones* (1990/2000), a noção de sujeito enquanto falta, o sujeito que emerge nos momentos de deslocamento.

Laclau (1990/2000) propõe a noção de um sujeito que se apresenta de modo articulado à constituição da estrutura, sujeito enquanto uma produção discursiva que emerge nos deslocamentos da estrutura e desvanece no momento de instauração de uma nova formação discursiva. A estrutura simbólica/formação discursiva, ao ser marcada pela falha/falta constitutiva, comporta a dimensão de uma “indecidibilidade” constitutiva (LACLAU, 1990/2000). Aqui, é importante destacar que essa estrutura indecível é apropriada por Laclau (1990/2000) a partir do descentramento proposto por Derrida.

Essa indecidibilidade impossibilita que se possa prever o momento em que o sujeito venha a se constituir, bem como não permite predizer a forma que a estrutura assumirá, após os atos de decisão que reordenam e estabelecem novas sedimentações do social. Desse modo, o momento de decisão é o momento de sedimentação de uma nova ordem diante da literalização da hegemonia deslocada. Esse momento em que ocorre a decisão/identificação do sujeito com um novo projeto de sociedade, com um novo projeto político distinto daquele

que foi destituído, segundo Laclau (1990/2000), corresponde a um ato de poder, visto que institui como totalidade uma formação discursiva entre outras possíveis num momento específico. Segundo propõe o autor:

Como essa estrutura é, no entanto, deslocada, a identificação nunca chega ao ponto de plena identidade: todo ato de decisão no interior da indecidibilidade estrutural implica num ato de reconstrução [de poder, visto que a reconstrução de uma estrutura social implica a negação de um pluralidade de outras estruturas] - o que equivale a dizer que o criador (o sujeito) procurará em vão, no sétimo dia de sua criação, o seu descanso, o sujeito estará continuamente no processo de tomadas de decisão, uma após a outra, que continuamente reconfigurarão a estrutura, desvelando assim sua impossibilidade constitutiva de uma positivação final. (...) O conjunto desses trilhos não pode, portanto, ser algo objetivo, tem que ser o lugar de uma ausência. Este lugar é, exatamente, o lugar do sujeito. Sujeito = forma pura do deslocamento da estrutura, da sua distância inflexível de si mesmo. (...) Ou, em uma terceira formulação equivalente: a emergência do sujeito como resultado do colapso da objetividade estrutural (LACLAU, 1990/2000, p. 76).

Postas tais colocações, compreendemos que, em Laclau (1990/2000), o sujeito seria da ordem de um “fenômeno”, que acontece/emerge momentaneamente no deslocamento da ordem hegemônica vigente. Nos termos de Laclau (1990/2000), “o sujeito nada mais é do que a distância entre a estrutura indecível e a decisão” (LACLAU, 1990/2000, p. 47).

Para que possamos compreender mais detalhadamente a noção de sujeito proposta por Laclau (1990/2000), é relevante considerar, em articulação com a concepção de deslocamento, a relação entre aquela noção de sujeito, que nada mais é do que a distância entre a estrutura indecível e a decisão, e as noções de mito, a qual Laclau toma de Levi Strauss e de imaginário social ²⁹.

Entendemos por mito um espaço de representação que não guarda qualquer relação de continuidade com a “objetividade estrutural”. O mito é, assim, um princípio de leitura de uma situação dada, cujos termos são *externos* àquilo que é representável na espacialidade objetiva que constitui uma certa estrutura. A condição “objetiva” de emergência do mito é, por isso, um deslocamento estrutural. O “trabalho” do mito consiste em suturar esse espaço deslocado através da constituição de um novo espaço de representação. A efetividade do mito é, portanto, essencialmente hegemônica:

²⁹ Laclau (1990/2000) não especifica a referência que toma para propor a noção de imaginário social. De modo semelhante ao imaginário social, o autor propõe em distintas passagens do livro *Nuevas reflexiones* as noções de imaginário coletivo e imaginário político para se referir a horizontes políticos que norteiam projetos de sociedade.

consiste em constituir uma nova objetividade através da rearticulação dos elementos deslocados. Toda objetividade não é, portanto, outra coisa que não um mito cristalizado. O momento da realização do mito é o momento do eclipse do sujeito e sua reabsorção pela estrutura - o momento em que o sujeito é reduzido a “posição de sujeito”. Se a condição do caráter mítico de um espaço é sua distância em relação ao representável no espaço da objetividade estrutural dominante (distância que somente é possível em razão do deslocamento desta última) , o sujeito é sujeito apenas como mediação entre os dois espaços - mediação que não é, por conseguinte, ela mesma representável, uma vez que não tem espaço próprio [na estrutura] (p. 77, tradução nossa).

Compreendemos, então, que o sujeito emerge nos deslocamentos da estrutura/formação discursiva hegemônica, e sua emergência possibilita a construção de alternativas de sociedade (mitos) no que diz respeito às relações deslocadas na hegemonia até então sedimentada. O mito, por sua vez, é o momento de eclipse do sujeito, na medida em que busca estruturar o espaço deslocado através da construção de um novo espaço de representação, no qual o sujeito volta a ser reduzido à posição de sujeito. O momento da decisão/identificação do sujeito no interior da estrutura indecível é seguido, de imediato, pelo momento da instituição do mito/espaço de representação mítica.

Segundo Costa (2014), ao passo que o mito se institui como nova superfície de representação, possibilita ao sujeito sua única presença discursiva possível, como posição de sujeito, visto o seu desvanecimento imediato à rearticulação da estrutura. E, considerando o mito como metáfora que busca representar toda a plenitude possível através da rearticulação de todos os elementos deslocados na hegemonia até então sedimentada, é possível conceber sua transformação em um imaginário social:

Esse processo só se faz na medida em que um determinado mito alcança a vigência social de ser o “horizonte ilimitado de inscrição de *toda* reivindicação e de *todo* deslocamento possível” (p. 79, tradução nossa), comportando-se como uma *superfície de inscrição* na qual toda frustração, reivindicação insatisfeita buscará sua representação naquele mito. (...) A condição de possibilidade de um imaginário social está desde o início presente na constituição do sujeito político, ou seja, na dualidade que esta constituição implica. É pelo fato de já representar desde o começo *algo a mais* que o simples deslocamento específico produzido na estrutura hegemônica que o mito pode tornar-se ou não um imaginário. Nos casos em que o mito se transforma em um imaginário, observamos a radicalização do momento metafórico da representação, autonomizando-se do conteúdo literal do deslocamento originário, uma vez que passa a funcionar como um horizonte, uma superfície de

inscrição para toda reivindicação e todos os deslocamentos possíveis (COSTA, 2014, p. 113).

A partir das considerações propostas, entendemos, então, que, de modo imediato à emergência do sujeito no deslocamento da estrutura, sua decisão/identificação com um projeto político de sociedade alternativo ao que se encontrava vigente (mito), temos a possibilidade de transformação desse mito, em um imaginário social. Segundo Laclau (1990/2000), o imaginário social tem efeitos de totalização, remetendo-se à construção de equivalências entre antagonismos sociais, a uma superfície de inscrição para toda reivindicação e todos os deslocamentos possíveis.

Frente à discussão que desenvolvemos até esse momento, entendemos que as compreensões de sujeito [sujeito da falta], mito e imaginário social são conceitos que Laclau (1990/2000) lança mão para reafirmar lógicas argumentativas da TDRP. Por estrutura indecível, entendem-se as formações discursivas desprovidas de qualquer centro, nos termos de Derrida, ou de qualquer essência, segundo o que propõe Heidegger. O sujeito da falta, enquanto um momento que emerge nos deslocamentos das formações discursivas, se concatena com o político em sua radicalidade. Se o político é a dimensão do conflito e desconstrução do social, o sujeito da falta é o momento decisivo do político, momento entre o deslocamento e a decisão. Nesse sentido, sobre a noção de sujeito é importante dizer que se trata do sujeito político como povo; contudo, distintamente da noção de proletariado no marxismo, não pode ser definido *a priori*, pois os deslocamentos podem ocorrer em diferentes relações existentes na estrutura sedimentada. A articulação entre os antagonismos também se configura de maneira completamente contingente, uma vez que não há um mito privilegiado a se constituir como imaginário social.

Por um lado, todo mito representa “desde o começo *algo a mais* que o simples deslocamento específico produzido na estrutura hegemônica”, pois o deslocamento de uma relação social particular (antagonismo social) e a construção de uma alternativa possível à relação hegemônica revela, ao mesmo tempo, a precariedade de toda a ordem social; por outro lado, contudo, a capacidade do mito em se tornar imaginário social não está dada *a priori*, é completamente dependente dele alcançar a condição de ser uma superfície de inscrição para toda reivindicação.

O conceito de mito reafirma a função estruturante da noção psicanalítica de sutura ao estabelecer uma representação alternativa à hegemônica diante do deslocamento produzido. O conceito de imaginário social está relacionado ao conceito de significante vazio, cumprindo com a função homogeneizante/totalizante requerida pela hegemonia e que lhe é

subjacente. A unidade proporcionada pelo imaginário, mesmo que ilusória, se faz necessária enquanto um horizonte a fim de possibilitar uma ordem social, mesmo sendo a sociedade impossível.

4.3 A razão populista (2005): nomeação e afeto, objeto *a* e das Ding em torno da noção de significante vazio

Em *A razão populista*, Laclau (2005/2013) retoma os diálogos com a psicanálise. A partir da articulação das noções de nomeação, afeto, objeto *a* e das Ding, provoca reordenamentos na noção de significante vazio, reafirma lógicas argumentativas da TDRP e amplia a aproximação da TDRP à psicanálise. Sobre tal aproximação, distintamente à articulação da noção de falta/deslocamento que objetivou sanar ambiguidades argumentativas; no caso da articulação que temos aqui, trata-se de um movimento deliberado de aproximação por parte de Laclau à teoria psicanalítica a fim de reafirmar a lógica de funcionamento da teoria e, desse modo, fortalecê-la. Começemos pela delimitação da articulação da noção de nome.

A noção de nome/nomeação é introduzida por Laclau ao bojo da TDRP por intermédio de Žižek³⁰. Laclau (2005/2013) o faz com o intuito de reafirmar a condição do significante vazio que, enquanto unidade significativa que articula equivalencialmente uma pluralidade de demandas populares, precisa se esvaziar quase que por completo da sua particularidade e, assim, não ser mais do que um nome em torno do qual as demandas insatisfeitas se articulam.

Por esses trilhos, Laclau (2005/2013) entende que a constituição de uma formação discursiva decorre da capacidade de o significante vazio se afirmar enquanto o nome da totalidade de articulações equivalenciais que está a representar. No entanto, na medida em que sua teoria democrática é antagônica a qualquer essencialismo e/ou determinismo, não há como saber qual significante pode se tornar vazio e, portanto, cumprir a função de nomeação. Laclau (2005/2013) nos diz, então, que a nomeação só pode ser constatada a partir do seu efeito retroativo, na medida em que identificamos uma formação discursiva constituída, a qual, a partir do significante vazio que a nomeia, tem sua identidade assegurada – precária e parcialmente, importa ressaltar. Na direção do que afirma sobre o significante vazio cumprir a função de nomeação da cadeia, Laclau (2005/2013) considera:

³⁰ Laclau (2005/2013) se apropria da noção de nome a partir da leitura que faz do seguinte texto de Žižek, *The sublime object of ideology* (1989).

De acordo com Žizek, o ponto nodal (o *point de capiton*), cujo nome engendra a unidade de uma formação discursiva — o objeto *a* de Lacan — não tem uma identidade positiva própria: “Nós o procuramos em vão na realidade positiva porque ele não possui uma consistência positiva — porque é apenas a objetificação de um vazio, de uma descontinuidade aberta na realidade pela emergência do significante”. Não é através de uma abundância de significados, mas, ao contrário, através da presença de um significante puro que essa função de fixação nodal é preenchida (p. 163-164).

A partir do que argumenta Laclau (2005/2013), salientamos que, ao se referir ao significante vazio, o autor o faz nomeando-o como ponto nodal. Nesse sentido, reafirmamos o argumento apresentado na discussão sobre significante vazio e ponto nodal presente no capítulo terceiro, que, a partir de *Por que os significantes vazios são importantes para a política?* (1996/2011), os dois referidos conceitos passam a denominar o mesmo momento discursivo; o significante que consegue se esvaziar quase que completamente do seu particularismo para assim cumprir a função de unificar a cadeia.

Em outros termos, Laclau (2005/2013) expõe que o significante vazio, que opera como ponto nodal de formações discursivas, não é a palavra em que se condensa toda a riqueza de significados do campo que ele fixa nodalmente. Trata-se, na realidade, de uma palavra que, enquanto palavra destituída quase que completamente do seu sentido particular, ao nível do próprio significante, cumpre a função de unificação da cadeia de equivalência, constituindo, assim, uma formação discursiva. O nome do significante vazio é a palavra a qual uma pluralidade de demandas se refere para se reconhecer em sua unidade. Sobre o uso que Laclau (2005/2013) faz da compreensão de nomeação, destacamos:

É somente por meio da abordagem lacaniana que contamos com uma verdadeira inovação: a identidade e a unidade do objeto [formação discursiva] resultam da própria operação de nomeação. Isto, porém, somente é possível se a nomeação não se subordinar a descrição ou alguma designação anterior. A fim de desempenhar esse papel, o significante tem de se tornar não apenas contingente, mas também vazio (LACLAU, 2005/2013, p. 165).

Passando da nomeação ao afeto, para que uma determinada demanda particular funcione como significante vazio de uma cadeia de equivalência, além de se esvaziar quase que por completo do seu sentido particular e, assim, cumprir a função de um nome, é necessário que algo novo e singular, que não é da ordem da significação, seja produzido no processo de constituição de uma formação discursiva (LACLAU, 2005/2013).

No processo de instituição do ator político denominado povo, Laclau (2005/2013) entende, considerando *A psicologia das massas e a análise do eu* (1921) de Freud, que o afeto/gozo se apresenta como uma catexia diferencial, um investimento libidinal em um significante vazio que faz dele um ponto de fixação em torno do qual as diferenças se reconhecem em antagonismo àquele que as ameaça.

Dito isso, em suas interlocuções com a psicanalista americana Joan Copjec³¹, Laclau (2005/2013) se aproxima uma vez mais do real lacaniano: se outrora, a partir das considerações de Žižek (1990/2000), para pensar a abertura do social e a falta constitutiva, pensava-se o real em sua negatividade; agora, para conceitualizar a dimensão do afeto/gozo, pensa-se a dimensão positiva do real. Seguem as considerações de Laclau (2005/2013):

(1) a emergência do “povo” requer a passagem, via equivalências, de demandas isoladas, heterogêneas, a uma demanda “global”, que envolve a formação de fronteiras políticas e a construção discursiva do poder como uma força antagônica; (2) no entanto, como essa passagem não decorre de mera análise das demandas heterogêneas — não existe uma transição lógica, dialética ou semiótica de um nível para o outro —, algo qualitativamente novo tem que intervir. É por isso que a “nomeação” pode ter o efeito retroativo que descrevi, e foi esse momento qualitativamente diferenciado e irreduzível que denominei “investimento radical”. (...) se uma entidade se torna objeto de investimento — como apaixonar-se ou odiar —, este pertence necessariamente à ordem do *afeto*. (...) Seria um equívoco pensar que, ao acrescentar o afeto ao que dissemos até agora sobre a significação, eu estaria juntando dois diferentes tipos de fenômenos que seriam separáveis, pelo menos analiticamente. (...) O afeto não é algo que existe por si próprio, independente da linguagem. Ele se constitui somente através da catexia diferencial de uma cadeia de significação. É exatamente este o significado de “investimento”. A conclusão é clara: os complexos que denominamos “formações discursivas ou hegemônicas”, que articula a lógica diferencial e a lógica da equivalência, seriam ininteligíveis sem o componente afetivo (p. 172-173).

Considerando a argumentação que desenvolve para sustentar a lógica do investimento libidinal presente no processo de constituição de formações discursivas, Laclau (2005/2013) traça homologias entre suas compreensões de significante vazio/ponto nodal e de hegemonia e as noções de objeto *a* de Lacan e das *Ding* de Freud. Laclau (2005/2013) entende que tal qual o objeto *a* (objeto mais de gozar) é aquele que precária e parcialmente representa o

³¹ Laclau (2005/2013) se apropria da noção de afeto a partir do seguinte trabalho de Copjec, *Imagine there's no woman: ethics and sublimation* (2003).

objeto inalcançável (objeto que teria sido perdido, mas que nunca existiu, das *Ding*, a coisa freudiana), o significante vazio é aquela particularidade que passa a representar uma pluralidade de diferenças. Diferenças essas passíveis de se tornarem uma universalidade (hegemonia). Ambas as categorias, hegemonia e objeto *a*, dizem respeito a uma particularidade que representam a universalidade (LACLAU, 2005/2013).

Segundo Laclau (2005/2013), Copjec mostra como a lógica do objeto *a*, do objeto parcial corporifica o imaginário de uma totalidade ao ser elevado à dignidade da Coisa totalizante, do *das Ding*. Por *corporificar* a totalidade, Laclau (2005/2013) entende como dar um *nome* àquilo que está sendo corporificado, o que ocorre por meio do processo em que determinado objeto parcial é investido libidinalmente e torna-se a representação da Coisa, do objeto inalcançável.

Laclau (2005/2013) nos diz que a lógica do investimento libidinal nos objetos parciais que deles fazem objetos totalizantes, representantes do *das Ding*, é a mesma lógica presente no processo de constituição de uma totalidade discursiva hegemônica. Trata-se de uma parcialidade/particularidade que funciona como um todo, que se universaliza. Em termos do significante vazio, aquela particularidade que, investida por afeto e cumprindo a função de nome, articula em torno de si uma pluralidade de diferenças e passa a ordenar a cadeia. Sobre isso, Laclau nos diz que (2005/2013):

O objeto parcial torna-se em si mesmo uma totalidade; torna-se o princípio estruturante de toda a cena. (...) o objeto parcial não é *uma parte do todo*, mas *uma parte que é o todo*. (...) A lógica do objeto *a* e a lógica hegemônica não são apenas semelhantes, são simplesmente idênticas (p.176-180).

A partir do que está posto, entende-se que, assim como no caso das noções de nomeação e afeto, objeto *a* e das *Ding* servem a Laclau (2005/2013) para reafirmar lógicas argumentativas da TDRP. Com isso, salientamos uma vez mais, a articulação de categorias psicanalíticas à TDRP que não alteram sua lógica argumentativa, trata-se de um movimento orientado a uma crescente aproximação por parte de Laclau à teoria psicanalítica. O porquê dessa aproximação nos conduz à resposta para o objetivo geral de nossa pesquisa. Antes que a apresentemos, concluamos nossa argumentação sobre a apreensão do modo como a psicanálise é utilizada por Laclau de modo articulado às demais correntes de pensamento constituintes da TDRP e considerando os diálogos que o autor estabelece com seus interlocutores.

A partir do que temos discutido até então, concernente ao segundo objetivo específico da pesquisa, apreender a maneira como a psicanálise é utilizada por Laclau de modo articulado às demais correntes de pensamento constituintes da TDRP, para tanto, considerando os diálogos que o autor estabelece com seus interlocutores, apreendemos (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 1990/2000; LACLAU, 2005/2013) que:

- a) a compreensão de ponto nodal foi elaborada a partir de Lacan;
- b) o conceito de sobredeterminação foi proposta por intermédio de Althusser;
- c) a ideia de sutura foi apropriada a partir de Miller;
- d) sujeito e falta foram categorias apropriadas a partir de Zizek, as quais possibilitaram a formulação da noção de deslocamento;
- e) o conceito de significante vazio foi concebido por meio da articulação entre a noção de falta e as considerações de Copjec e de Zizek sobre o afeto e a nomeação;
- f) os conceitos objeto *a* e das Ding foram apreendidos a partir de Copjec.

Além disso, mostramos como a articulação entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento, constituintes da obra de Laclau, contribuiu para as análises do autor sobre o social e sobre o político. A estruturalidade do discurso enquanto estrutura simbólica descentrada é proposta em *Hegemonia* (1985/2015) a partir da articulação entre Derrida, com a noção de estrutura descentrada; Heidegger, com a noção de inexistência de essência do ser; e Lacan, com a noção de ponto nodal. Vale ressaltar que a compreensão de discurso ainda é formulada a partir da compreensão de jogos de linguagem proposto por Wittgenstein.

A noção de ponto nodal assim como as noções de sutura e de sobredeterminação participam do processo de sedimentação do social. Destacando que ponto nodal também está relacionado à dimensão do político, mediante sua articulação à noção de hegemonia enquanto ponto de fixação de sentidos da cadeia discursiva hegemônica nos livros de 1985 e de 1990 (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 1990), afirmar uma sedimentação pressupõe negar uma pluralidade de alternativas.

O argumento psicanalítico da sobredeterminação se articula com a noção de pluralismo de posições de sujeitos e lutas particulares a partir do cenário das revoluções democráticas e da emergência do lugar do poder como vazio (Lefort), assim, mostrando a impossibilidade de determinação *a priori* sobre o processo de constituição de uma unidade política. A noção do lugar do poder como vazio, por outro lado, a partir da introdução da noção de falta, passa a ser entendida como uma produção estruturante, o significante vazio como lócus de unificação de formações discursivas (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

A compreensão de deslocamento enfatiza a impossibilidade de fixações suturantes definitivas em decorrência da condição conflitiva do político. Assim, articula-se à compreensão de antagonismo, advinda de metaforizações da guerra da tradição marxista, especificamente, da compreensão de guerra de posições de Gramsci (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015).

A compreensão de sujeito enquanto falta, articulada às noções de mito e imaginário social, possibilita reafirmar a lógica argumentativa proposta a partir das noções de antagonismo e hegemonia, segundo a qual o social é marcado por um contínuo processo de articulação entre os elementos constituintes do discurso, bem como rearticulações para instituir novas totalidades discursivas. As noções de nomeação e afeto se articulam aos teóricos que Laclau utiliza para formular a noção de estrutura discursiva – Derrida, Heidegger, Lacan. Objeto *a* e das *Ding*, por sua vez, reafirmam a lógica hegemônica (Gramsci) de uma particularidade que se universaliza (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015; LACLAU, 2005/2013).

Mediante tais considerações, apreendemos que os elementos discurso, contingência, hegemonia, antagonismo e os conceitos oriundos da psicanálise, articulados de modo equivalente no tocante ao antagonismo a noções essencialistas de sujeito e sociedade, passaram a constituir momentos da cadeia TDRP. No que diz respeito às manutenções e aos reordenamentos decorrentes das articulações da psicanálise às demais correntes de pensamento constituintes da TDRP, compreendemos que à medida que as interlocuções de Laclau junto à psicanálise se tornaram constantes, ela, a psicanálise, passou da condição de “apenas mais uma” dentre todas as correntes de pensamento constituintes da TDRP à condição de teoria estruturante das análises de Laclau (2005/2013) sobre o social e o político.

Com a inscrição da noção de falta na TDRP, o autor passou a explorar mais a fundo os limites e condições de sedimentação do social a partir das experiências de falha e limite na estrutura por meio das noções de antagonismo, deslocamento e heterogeneidade social.

Vale também destacar que, para além da demissão negativa do real, o real da falta, Laclau (2005/2015) incorpora à sua teoria o real em sua positividade, o real do gozo a partir da noção de afeto, do investimento libidinal que recobre uma determinada demanda popular, fazendo dela o significante vazio que ordena uma formação discursiva. Como proposto por Laclau (2005/2013), sem investimento libidinal não há formação discursiva; logo, sem o real não há hegemonia. Temos, então, o lugar estruturante da psicanálise na teoria de Laclau. Sigamos agora para as considerações finais, onde responderemos o objetivo geral da pesquisa.

Considerações finais

Com o trabalho que desenvolvemos, objetivamos compreender como as articulações entre a psicanálise e as demais correntes de pensamento constituintes da TDRP contribuem para as análises sobre o social e o político propostas por Laclau. Iniciamos nossa discussão apresentando, na introdução do trabalho, o processo argumentativo por meio do qual elaboramos, a partir da banca de qualificação e junto aos membros do NPP UFAL, o objetivo geral da pesquisa, bem como os objetivos específicos derivantes do geral.

Feito isso, apresentamos o primeiro capítulo do nosso trabalho, no qual discorremos sobre os pressupostos e procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa, bem como apresentamos uma breve contextualização das obras de Laclau, que tomamos como objeto de análise.

Tomado o primeiro objetivo específico da pesquisa – compreender os principais conceitos da TDRP, considerando as diferentes influências teóricas do autor – como foco para as discussões do segundo e do terceiro capítulo, discorremos sobre o processo argumentativo e analítico por meio do qual Laclau, lançando mão de uma pluralidade de tradições de pensamento e de interlocutores, construiu sua teoria democrática. Nesse processo, tomamos as compreensões de social e de político como centrais e, em torno delas, discorremos sobre como os conceitos constituintes da TDRP foram articulados equivalencialmente de modo a antagonizar noções deterministas e essencialistas de sujeito e de sociedade,

Em específico, no segundo capítulo, discorremos sobre a dimensão do social no pensamento de Laclau, a partir da tese de que o social se constitui ontologicamente como uma objetividade precária. Para tanto, consideramos dois conceitos fundamentais à TDRP: a contingência, que possibilitou a Laclau e Mouffe (1985/2015) questionar qualquer concepção teleológica da história e afirmar que o social se constitui na dependência de configurações históricas específicas; e o discurso, que viabilizou o afastamento da busca por um sentido último da realidade a ser alcançado e a compreensão do social como um conjunto de práticas que nomeia a realidade por meio da fixação de um sentido entre outros possíveis em uma determinada configuração histórica.

Nesse processo argumentativo, discutimos a compreensão de contingência a partir: a) da crítica ao determinismo histórico e economicista de respostas marxistas da II Internacional

ao problema da fragmentação do proletariado (LACLAU; MOUFFE, 1985/2015); b) da discussão em torno do cenário da Revolução democrática, em que o poder emerge como lugar vazio, segundo o que argumenta Claude Lefort. Trata-se da crítica à noção determinista de que a sociedade seria ordenada *a priori*, com localizações estruturais bem definidas em decorrência de determinações divinas; c) da relação com a noção de antagonismo (LACLAU, 1990/2000), a partir da qual não há possibilidade de predizer quais as lutas políticas que constituirão o social.

A compreensão de discurso, por sua vez, foi desenvolvida a partir dos seguintes pontos: a) da argumentação desenvolvida por Laclau e Mouffe (1985/2015) sobre a ausência de essência do ser, como propõe Heidegger, para antagonizar qualquer noção essencialista de sujeito em torno da qual se estruturam discursos mantenedores de relações naturalizadas e de opressão; b) dos argumentos sobre a noção de ausência de qualquer centro privilegiado que ordene a sociedade, como propõe Derrida, e que reafirma o antagonismo a qualquer sujeito ou instância privilegiada que de antemão determine a organização a ser assumida pela estrutura social; c) dos argumentos sobre a noção de que as identidades dos objetos e dos sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos, se estabelecem relacionamente e diferencialmente. Ou seja, a partir de Wittgenstein, entende-se que os sentidos do ser e do objeto, antagonicamente ao que propõem tradições essencialistas de pensamento, não existem para além dos acordos discursivos estabelecidos socialmente; d) a partir da resposta de Laclau à crítica de Norman Geras à noção de discurso da TDRP (LACLAU, 1990/2000).

No terceiro capítulo, a proposta estabelecida foi apresentar o político enquanto a dimensão de desconstrução do campo da discursividade e, para tanto, defendendo a tese da primazia do político sobre o social, considerando o antagonismo como o critério de definição do político e, ontologicamente, a condição de possibilidade do social. Tese que foi retomada no capítulo quarto, a fim de mostrar uma torção realizada por Laclau ao articular o conceito de deslocamento à sua teoria.

No movimento que empreendemos, apresentamos: a) a construção da noção de antagonismo, considerando as diferenciações entre as noções de “oposição real” e “contradição lógica”. Discorreremos também sobre o processo por meio do qual relações de subordinação são subvertidas e significadas como relações de opressão, o lócus de antagonismos sociais/lutas particulares, as quais são passíveis de se tornarem lutas hegemônicas que dividem o social radicalmente em dois polos dicotômicos: hegemonia e povo; b) o processo de construção da noção de hegemonia a partir do contexto da social democracia russa, passando pelas formulações de Lênin, Gramsci até chegar à formulação

de hegemonia proposta por Laclau, uma formação discursiva em antagonismo a formações discursivas que se pretendem ordenantes do campo da discursividade.

Nesse momento de delimitação da noção de hegemonia em Laclau, mostramos o reordenamento concernente à compreensão de hegemonia decorrente da ênfase na articulação com a noção de falta lacaniana no bojo da TDRP.

Com as discussões desenvolvidas nos capítulos segundo e terceiro, contemplamos o primeiro objetivo específico da pesquisa. Isso, na medida em que nos foi possível compreender os principais conceitos da TDRP, considerando as diferentes influências teóricas constituintes do pensamento de Laclau. A discussão presente nos referidos capítulos nos permitiu ainda entender que as dinâmicas do social e do político, sedimentação e desconstrução, ocorrem de modo entrelaçado. Não havendo como concebê-los de modo radicalmente cíclico, o social e o político são complementares e simultâneos.

No quarto capítulo da dissertação, consideramos o segundo objetivo específico da pesquisa: apreender a maneira como a psicanálise é utilizada por Laclau de modo articulado às demais correntes de pensamento constituintes da TDRP, para tanto, considerando os diálogos que o autor estabelece com seus interlocutores. Defendemos a tese de que, à medida que a psicanálise vai ganhando espaço na argumentação teórica de Laclau, ela reafirma certas lógicas argumentativas da TDRP ou provoca reordenamentos teóricos.

Com a análise que desenvolvemos, compreendemos que, por mais que a TDRP tenha sido construída por Laclau e Mouffe em meio a uma polissemia de autores e tradições de pensamento, inegavelmente, no tocante aos deslocamentos e manutenções teóricas que Laclau faz operar, é à psicanálise a quem o autor recorre com insistência. Sobre isso, temos as seguintes considerações:

- a) A atribuição da causa de abertura do social não ao excesso de sentidos presentes no campo da discursividade, mas à compreensão de que este campo é marcado por uma falta constitutiva (real lacaniano), decorrente da ausência de um significante último que suture o simbólico;
- b) A admissão do registro do real como o limite da significação a partir da categoria de deslocamento;
- c) A vinculação da noção de sujeito enquanto falta ao momento de emergência do político;
- d) O real como interno ao simbólico enquanto o particularismo das demandas heterogêneas que, ao não serem representadas/articuladas no interior de uma formação discursiva, denuncia a incapacidade de plena totalização da hegemonia;

- e) O real em sua positividade a partir da noção de gozo/afeto que investe libidinalmente um significante vazio, fazendo com que cumpra a função de nomeação e ordenamento da cadeia;
- f) A vinculação da lógica hegemônica enquanto uma particularidade que representa uma universalidade à lógica do objeto *a* que, enquanto um objeto parcial, assume a função da Coisa inalcançável.

O que demonstramos, sobre a recorrência de Laclau à teoria psicanalítica em suas argumentações, alinha-se ao que propõem teóricos como Glynos e Stavrakakis (2008). Segundo eles, à medida que Laclau dialoga com a teoria psicanalítica, faz operar um giro teórico que gradativamente põe a psicanálise no centro de suas teorizações e, especialmente, a teoria lacaniana. Isso é o que os autores buscam explicitar ao recorrer a uma entrevista concedida por Laclau em 1993, na qual o autor pronuncia: “a teoria lacaniana desempenhou um importante papel em minha trajetória teórica, ao menos, desde o começo dos anos oitenta [...] Essa influência tem aumentado nos últimos anos (Laclau, 1993:58)” (GLYNOS; STRAVAKAKIS, 2008, p. 250).

Glynos e Stavrakakis (2008) dizem também que Laclau defende ativamente o seu “giro” lacaniano quando, em diálogo com Judith Butler e Žižek, se pronuncia “aliado a Žižek e contrário a Butler em defesa da teoria lacaniana” (Laclau, em Butler et al., 2000: 281) (p. 250). O que podemos ver Laclau endossar em 2011, quando junto a Jorge Alemán, em um seminário de pós-graduação sobre psicanálise, retórica e política na Universidade de San Martín, Argentina, argumenta:

Jorge Alemán destacou a importância da desconstrução. Acredito que a desconstrução foi muito importante no sentido de mostrar a natureza contingente do que antes era considerado “lógica necessária”. E o trabalho de Derrida, deste ponto de vista, tem sido fundamental. Mas há, em segundo lugar, todas as outras dimensões reconstrutivas. Uma vez desconstruído o caráter lógico de uma série de relações, elas ainda existem. E esse tipo de relação requer outro tipo de abordagem além do que a desconstrução pode oferecer. É aí que, acredito, a teoria lacaniana representa uma ajuda fundamental. É isso que estamos tentando fazer e o que queremos é que, entre psicanalistas, estudantes de retórica e linguística e estudantes da política, [a teoria lacaniana] se estabeleça como uma perspectiva teórica, cada vez mais unificada. E acho que podemos ter sucesso nessa tarefa (ALEMÁN; LACLAU, 2011, p. 373).

Um primeiro ponto que devemos destacar da fala proferida por Laclau é que, se num primeiro momento da sua produção intelectual, a desconstrução de Derrida lhe foi indispensável para mostrar a condição contingente do que antes era pensado ser “lógica

necessária”; em momentos seguintes, isso mudou. Segundo Laclau, depois de desconstruído o caráter lógico de uma série de relações, essas relações [entre elementos] ainda existem. Para Laclau, repensar o processo de articulação entre os elementos requer um tipo de abordagem além do que a desconstrução pode oferecer. É nesse ponto em que entra a psicanálise, especificamente, segundo o que mostramos, a dimensão do real a partir da noção de afeto, que faz de uma demanda popular um significante vazio que ordena uma formação discursiva.

Mediante o direcionamento proposto por Laclau quanto à busca por estreitar as relações entre política, psicanálise e linguística, formulemos a resposta ao objetivo geral da presente pesquisa:

O leitor talvez se pergunte o que tudo isso [referências à psicanálise] tem a ver com as identidades populares. A resposta é muito simples: tudo. Copjec está perfeitamente consciente de que as categorias da psicanálise não são específicas, mas pertence ao campo daquilo que poderia ser denominado ontologia geral. Ela, por exemplo, sustenta que a teoria das pulsões, em Freud, ocupa o campo das questões antológicas clássicas. É verdade que sua argumentação, como ocorre frequentemente na psicanálise, tem um caráter predominantemente genético, mas que pode ser facilmente reposicionado em termos estruturais. A plenitude mítica da díade mãe/filho corresponde à completude não alcançada, evocada — como seu oposto — pelo deslocamento ocasionado pelas demandas não atendidas. Entretanto, a aspiração a essa completude ou plenitude não desaparece simplesmente. É transferida a objetos parciais, que são os objetos das pulsões. Em termos políticos, isso é exatamente o que denominamos relação hegemônica: certa particularidade que assume o papel de uma impossível universalidade. Devido ao fato de que o caráter parcial desses objetos não resulta de uma história particular, mas é inerente a própria estrutura da significação, o objeto *a* de Lacan é o elemento-chave numa ontologia social. O todo sempre será corporificado por uma parte. Em termos da nossa análise, não existe universalidade que não seja hegemônica (LACLAU, 2005/2013, p. 178).

Como argumenta Laclau (2005/2013), as categorias psicanalíticas não se limitam ao campo da psicanálise, pertencem a um campo mais amplo, de uma ontologia geral. Nessa direção, conseguimos apreender o porquê dos usos que Laclau faz da psicanálise e qual sua relevância: a articulação da psicanálise às demais correntes de pensamento constituintes da TDPR contribuiu para as análises de Laclau sobre o social e sobre o político à medida em que ofereceu operadores analíticos para aprofundar suas investigações sobre os processos de sedimentação das estruturas do discurso — ponto nodal, sobredeterminação, sutura, nomeação, afeto, objeto *a*, das *Ding* –, bem como para aprofundar suas análises sobre a

ontologia do social, no caso, sobre a dimensão do político – sujeito da falta, deslocamento/falta.

Considerando esse campo de uma ontologia comum compartilhada pela TDRP e pela psicanálise, entendemos que a discussão que aqui desenvolvemos presta ao menos três relevantes contribuições ao campo de debates no qual nos localizamos. Num primeiro ângulo, em termos metodológicos, mostra-nos que a TDRP pode ser utilizada para analisar não apenas a construção discursiva conflitiva da realidade, mas analisar a construção argumentativa de corpus teóricos de modo a apreendermos os processos de articulação entre conceitos, manutenções, reordenamentos e ambiguidades concernentes à determinada corrente de pensamento.

Num segundo ângulo, no que diz respeito aos debates presentes na literatura que reconhecem a construção da TDRP a partir da articulação de uma pluralidade de tradições teóricas, a presente pesquisa presta contribuições no que diz respeito à delimitar mais precisamente como Laclau propõe as articulações entre as teorias que compõem a TDRP.

Num terceiro ângulo, referente à articulação entre TDRP e psicanálise, a discussão que desenvolvemos abre caminho para perguntas que podem ser fecundas para orientar novas pesquisas. Por exemplo: seria possível à TDRP se valer de noções psicanalíticas como fantasia ou sintoma para problematizar os processos de sedimentação de relações de opressão? Haveria algo como sintomas sociais, modos de gozo, que contribuiriam para a manutenção das relações de subordinação socialmente sedimentadas? Discussões acerca do uso das noções de sintoma, gozo, fantasia em análises sobre o social são amplamente disseminadas entre teóricos da psicanálise e poderiam ser formuladas no campo da teoria política. Vejamos o que nos mostra Poli (2004), sobre os usos dos referidos conceitos em análises do social no campo de discussões da psicanálise:

Desde que Lacan cunhou o termo “sintoma social”, vinculando sua leitura ao trabalho empreendido por Marx, as interpretações psicanalíticas do mal-estar na cultura têm tomado preferencialmente a via do “destino trágico”. Por um lado, encontram-se análises dirigidas pela crítica, de cunho sociológico, ao “individualismo narcisista” dos tempos modernos. Segundo esta concepção, o mal-estar contemporâneo seria efeito da “queda das utopias”, perda dos ideais norteadores — “ideal do eu” — da vida em comum (Aragão et al., 1991).¹ Outros psicanalistas, mais pautados pela dinâmica dos discursos, buscam identificar mudanças de estatuto no sintoma na pós-modernidade. Assim, em tempos em que predominaria o discurso da ciência e da técnica, poder-se-ia pensar que também no social o sujeito é forcluído (LEBRUN, 1997). Ou antes, tratar-se-ia, da constituição

de um laço social perverso no qual os indivíduos ficariam, na lógica capitalista, à mercê do gozo do Outro (GOLDENBERG et al., 1997). O modelo fundador desta análise é o do holocausto perpetrado na Segunda Guerra Mundial, que se produziria ainda, subliminarmente, sempre que os humanos são interpelados a produzir uma identidade na referência a um saber compartilhado (CALLIGARIS, 1991). Assim, paranoia ou perversão, o laço social se apresentaria, segundo esta interpretação, como manifestação sintomática de uma falta radical de suporte simbólico (MELMAN, 2002) (p. 40).

Reformulando as questões propostas, anteriores à citação acima, seria possível operacionalizar em Laclau algo como relações de opressão que decorreriam de um tipo de laço social perverso ou paranoico mediante a falta radical de suporte simbólico? Ao debruçarmo-nos com atenção sobre questões como essas, podemos perceber que não estão muito distantes do que Laclau enuncia em suas mais recentes produções, visto que introduzira a noção de Real do gozo no bojo de sua teoria: “Freud já sabia: o vínculo social é um vínculo libidinal. E o afeto não é algo acrescentado ao significado, mas consubstancial a ele” (LACLAU, 2008, p. 402, tradução nossa).

Na mesma direção do uso que Laclau faz da noção de afeto, haveria algo da ordem de uma fantasia, de uma construção imaginária que participaria do processo de construção das formações discursivas? Caso não estejamos enganados, a fantasia poderia ser inscrita e operacionalizada no bojo da teoria lacaluniana por meio da noção de imaginário social, que, apesar de ter sido formulada em *Nuevas reflexiones* (1990/2000), não foi mantida em *A razão populista* (2005/2013) como um operador analítico.

Podemos ainda nos perguntar, sendo possível identificar estas fantasias, seria passível algum tipo de tensionamento em termos de estratégia política para desarticulação do discurso antagônico? O que a psicanálise, em articulação com a TDRP, poderia formular como resposta a indagações sobre a produção de encontros com o real no campo do político a partir da ação de agentes sociais?

Essas são perguntas que poderiam continuar a nos orientar em análises sobre as articulações entre TDRP e psicanálise, bem como poderiam conduzir análises empíricas sobre processos de disputas antagônica e constituição do povo. Mediante a consideração do campo ontológico comum que aproxima psicanálise e TDRP, os apontamentos de Howarth (2005) concernentes à prática articulatória, que, em nossa pesquisa tomamos como um dos operadores de análise, exponenciam nossa afirmação sobre a possibilidade de pesquisas empíricas orientadas por conceitos psicanalíticos e lacalunianos:

O exemplo anterior mostra o modo como a abordagem da teoria do discurso pode explicar eventos e processos. É evidente, no entanto, que qualquer explicação amplamente desenvolvida contém uma pluralidade de diferentes tipos de lógicas e conceitos. É provável que incluam lógicas e conceitos teóricos como a lógica lacaniana da fantasia ou o conceito derridiano de iterabilidade; lógicas sociais mais concretas, sejam elas do apartheid ou do mercado, que devem ser construídas para dar conta de um conjunto particular de práticas sedimentadas; bem como lógicas políticas envolvidas na constituição e na contestação das lógicas e fenômenos sociais sob investigação. Como já sugerido, o problema diz respeito às condições sob as quais é possível reunir esses elementos teóricos e empíricos heterogêneos em uma cadeia explicativa sem reduzir ou subordinar esses elementos a leis ou abstrações de ordem superior, e sem dar lugar a um ecletismo no qual lógicas e conceitos incompatíveis dominem de uma maneira inconsistente (HOWARTH, 2005, p. 13, tradução nossa).

Considerando o direcionamento que pomos em destaque quanto à articulação da psicanálise à TDRP em análises empíricas, importa que recordemos a afirmação apresentada no início do presente trabalho: o contexto político da América Latina, a partir da segunda metade da década de 2000, é marcado pela crescente oposição do institucionalismo conservador e neoliberal aos regimes populistas de esquerda, comprometidos com projetos de transformação social. Oposição essa que se mantém até os dias atuais e que, no caso do Brasil, infelizmente, resultou na emergência de um populismo de direita, bem como no estabelecimento de um social orientado por um projeto de sociedade opressivo e antidemocrático, o qual tem continuamente destituído conquistas sociais, direitos constitucionais referente ao trabalho, à educação, saúde, cultura dentre muitos outros.

Nesse cenário, considerando a proposta que desenvolvemos ao decorrer dessa pesquisa: a) de que a hegemonia instituída é sempre uma sedimentação que se constitui contingencialmente; b) de que não há uma determinação última que garanta a manutenção do que está posto, logo, que a hegemonia está continuamente ameaçada mediante a existência de uma pluralidade de demandas heterogêneas, que representam pontos de deslocamentos e antagonismo, podemos afirmar: por mais que estejamos vivendo sob um ignóbil projeto político de sociedade, o futuro não está dado, está aberto à possibilidade de transformação, de desconstrução das estruturas de opressão sedimentadas.

Referências

AIBAR, J. La falta de Laclau: lo imaginario. **I D E N T I D A D E S**. Núm. 6, Año 4 Junio, 2014.

ANDREUCCI, F. A difusão e a vulgarização do Marxismo. In: HOBBSBAWM, E. J. **História do marxismo II – o marxismo na época da segunda internacional**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

ALEMÁN, J.; LACLAU, E. “Psicoanálisis, retórica y política”, en La Biblioteca, **Modos intelectuales**, Buenos Aires: Biblioteca Nacional, núm. 11, primavera, p. 366-373. 2011.

ARAÚJO, K. C. L. C. A teoria do discurso e o método de análise: uma conversação em aberto. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 1, 75-92, 2018.

ARDITI, B. La totalidad como archipiélago: el diagrama de puntos nodales. Facultad de Periodismo y Comunicación Social. **Questión**; vol. 1, no. 25. 2010.

BARBOSA, S. ¿Analogía o identidad, ontología o ética entre la teoría del significante de J. Lacan y la teoría de la hegemonía de E. Laclau? **Utopía y Praxis Latinoamericana**, vol. 19, núm. 64, enero-marzo, p. 115-124, 2014.

BARRETO, J. V. O ser dos entes que vêm ao encontro no mundo circundante; uma análise do parágrafo 15 de Ser e tempo de Martin Heidegger. **Existência e Arte**. n. 4. 2008.

BASTOS, R. L. Tipos básicos de pesquisa em psicanálise. In: _____. **Psicanálise e pesquisa: ciência? Arte? Contraciência?** Rio de Janeiro: e-papers Ed., 2009, p. 13- 69.

BLANCO, A. B.; SANCHEZ, M. S. ¿Cómo pensar el afecto en la política? Aproximaciones y debates en torno a la teoría de la hegemonía de Ernesto Laclau. **Rev. cienc. polít.** Santiago, vol.34, n.2, p.399-415, 2014.

CHAUÍ, M. A história no pensamento de Marx. In: **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

COSTA, F. A. Desafios para a psicologia política brasileira: a inserção em programas de pós-graduação e a delimitação como campo de conhecimento. **Psicologia Política**, v. 18, p. 220-235, 2018.

COSTA, F. A. **Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos: uma leitura a partir da teoria democrática radical e plural**. Dissertação em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2010.

COSTA, F.A. **A dimensão do político na Psicologia Social no Brasil (1986-2011): uma análise da produção científica a partir da Teoria Democrática Radical e Plural**. Tese em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2014.

COSTA, F. A. A Mudança Social no Contexto de uma Pluralidade de Sujeitos Políticos: contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek para a Psicologia Política. **Psicologia Política**, vol. 12, nº 25, p. 571-590, 2012.

COSTA, F. A.; PRADO, M. A. Crítica, política e psicologia social: A mudança social e o lugar da ação intelectual na luta política. **Estudos de Psicologia** (Natal. Online), v. 21, p. 216-227, 2016.

CRESWELL, J. W. Revisão da literatura. In.: _____. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. – 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, cap. 2, p. 43-59.

ELORZA, E; TZVEIBE, A; ASSUNÇÃO, L. Acerca del sujeto como distancia entre la indecibilidad y la decisión según lo piensa Ernesto Laclau. **Hologramática** - facultad de ciencias sociales, unlz, 2010.

GALLEGO, M. El afecto y la palabra: las relaciones entre un sistema de producción y los sentidos que producen. Facultad de Periodismo y Comunicación Social. **Questión**; vol. 1, no. 21, 2009.

GLYNOS, J.; STAVRAKAKIS, Y. “Encuentros del tipo real. Indagando los límites de la adopción de Lacan por parte de Laclau”, In: **Laclau: aproximaciones críticas a su obra**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

GUTIÉRREZ, V. D. “Ernesto Laclau: el populismo y sus avatares”. **Íconos**, AcademicOne File, no. 40, 2011.

HOWARTH, D. Hegemonía, subjetividad política y democracia radical. In: **Laclau: aproximaciones críticas a su obra**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

HUTAGALUNG, D.; LUBIS, A. Y. The political as the ontological primacy: On Ernesto Laclau’s thoughts. In: **Cultural Dynamics in a Globalized World** Londres, *Taylor & Francis Group*, 2018.

LACLAU, E. Atisbando el futuro. In: **Laclau: aproximaciones críticas a su obra**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista – por uma política radical e plural**. São Paulo, Editora intermeios, 1985/2015.

LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1990/2000.

LACLAU, E. Por que significantes vazios importam para a política? In: **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro, Eduerj, 1996/2011.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três estrelas, 2005/2013.

LONGO, L. O estruturalismo. In: Longo, L. **Linguagem e psicanálise – psicanálise passo a passo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LAURENTI, C.; LOPES, C. E. Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In: LAURENTI, C.; LOPES, C. E.; ARAUJO, S. F. **Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos**. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016.

MELO, M. F. A. Q. Seguindo as pipas com a metodologia da TAR. **Revista do Departamento de Psicologia** – UFF, v. 19, n. 1, p. 169-186, 2007.

MENDONÇA, D. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 205-228, 2012a.

MENDONÇA, D.; LINHARES, B. F.; BARROS, S. O fundamento como 'fundamento ausente' nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. **SOCIOLOGIAS** (UFRGS. IMPRESSO), v. 18, p. 164-194, 2016.

MENDONÇA, D. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 25, p. 479-497, 2010.

MENDONÇA, D. Emancipação e diferença, de Ernesto Laclau. Resenha de Daniel de Mendonça. **Revista Estudos Políticos**. Número, 4, 2012b.

MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. In: **Pós-estruturalismo e teoria do discurso – em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2014.

MENDONÇA, D. A teoria do discurso e sua recepção no Brasil: um rápido balanço até aqui. **REVISTA SUL-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, v. 4, p. 1-4, 2018.

MOTTA, L. E.; SERRA, C. H. S. A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes. **Rev. Sociol. Polit.** vol. 22, no.50, Curitiba, 2014.

MOUFFE, C. Pensando a democracia com, e contra, Carl Schmitt. **Cadernos da escola do legislativo**.n. 2. v. 1, 1994.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PELLER, M. Judith Butler y Ernesto Laclau: debates sobre la subjetividad. El psicoanálisis y la política. Sexualidad, Salud y Sociedad. **REVISTA LATINOAMERICANA**. n. 7, p.44-68, 2011.

POLI, M. C. Perversão da cultura, neurose do laço social. **Ágora** v. VII n. 1, p. 39-54, 2004.

ROSA, L.; SILVA, A. S. A psicologia política: um breve olhar sobre as américas. In: **Psicologia Política Debates e Embates de um campo Interdisciplinar**, São Paulo, Edições EACH, 2012.

SILVA, A. S. A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. **Psicologia Política**. vol. 12. Nº 25, p. 409-425, 2012.

SPINK, M. J. P. **Práticas discursivas e produção e sentidos no cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, v. 1, 2013.

STAVRAKAKIS, Y. Intervenciones, Laclau y el psicoanálisis: una evaluación. **REVISTA PLÉYADE**, n. 16, 2015.

STAVRAKAKIS, Y. **La izquierda lacaniana**. Psicoanálisis, teoría, política. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

VILLA, M.P. Diálogo entre política y psicoanálisis. Elementos teóricos para el estudio de las identidades políticas. **Estudios Políticos**, novena época, núm. 40, 2017.

ZIZEK, S. Mas allá del análisis del discurso. In LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo** (2ª, 257-267). Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1990/2000.